

CAROLINA MICHEL KONRATH

**COMUNICAÇÃO CORPORATIVA E
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR:**

O CASO ARACRUZ CELULOSE, GUAÍBA,RS

Porto Alegre

2006

CAROLINA MICHEL KONRATH

**COMUNICAÇÃO CORPORATIVA E
LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR:
O CASO ARACRUZ CELULOSE, GUAÍBA,RS**

Trabalho realizado como pré-requisito para conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientação: Profa. Dra. Ana Maria Dalla Zen

Porto Alegre

2006

RESUMO

O objeto deste trabalho é analisar o processo de obtenção da licença social para operar da Aracruz Celulose, Unidade Guaíba, RS, tendo como referência incidente de invasão de suas instalações por membros do movimento de camponeses e trabalhadores sem-terra. A metodologia incluiu uma pesquisa bibliográfica em torno dos conceitos de desenvolvimento sustentável, comunicação corporativa e licença social. Sob a abordagem de uma pesquisa qualitativa, envolveu a análise de conteúdo de matérias de jornais relacionadas ao incidente de invasão da empresa pelo Movimento da Via Campesina e MST, ocorrido em março de 2006. Inclui o histórico da atuação da empresa no Estado, a fim de identificar o processo de constituição de uma política de comunicação corporativa fundamentada em estratégias de diálogo com a comunidade externa, público interno, autoridades governamentais, mídia, ONGs, entre outros. Analisa como se dá o diálogo entre a empresa e estas partes interessadas, a fim de constituir um roteiro eficaz para obtenção de sua licença social para operar. Conclui que, em função das manifestações solidárias à empresa ocorridas a partir do incidente, revela-se uma tendência favorável à obtenção da licença social para operar entre parcela das partes interessadas da empresa no Estado.

PALAVRAS-CHAVE:

Licença social para operar. Comunicação corporativa. Desenvolvimento Sustentável.
Stakeholders.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO / 7

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE: A COMPLEXA TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO / 11

2.1 Anos 60: o alarme é acionado / 11

2.2 Anos 70: a sociedade se posiciona / 12

***2.3 Anos 80: A gênese do desenvolvimento sustentável - a Conferência de
Brundtland / 16***

***2.4 O empresariado começa a se movimentar: a criação do Business Council
for Sustainable Development / 22***

3 LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR: A CONCESSÃO DA SOCIEDADE / 24

3.1 Comunicação corporativa: a geração de percepções / 27

3.2 Comunicar: a arte de compartilhar informações / 32

3.3 Transparência: a credibilidade de um discurso / 33

4 ESTUDO DE CASO: A ARACRUZ CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL / 37

4.1 A chegada ao Estado do Rio Grande do Sul / 38

4.2 O diálogo com as partes interessadas / 41

4.3 A Aracruz Celulose e a licença social para operar / 43

***4.3.1 As manifestações das partes interessadas: análise das matérias
publicadas na mídia impressa / 47***

4.4 Análise de tendência social para operar / 85

4 CONCLUSÃO / 87

REFERÊNCIAS / 89

ANEXOS / 92

Anexo A Folheto de relacionamento com a comunidade / 94

Anexo B Matérias veiculadas pela mídia impressa / 105

RESUMEN

El objeto de este trabajo es analizar el proceso de obtención de la licencia social para operar de Aracruz Celulose, Unidad Guaíba, RS, teniendo como referencia incidente de invasión de sus instalaciones por miembros del movimiento de campesinos y trabajadores sin tierra. La metodología ha incluido una investigación bibliográfica alrededor de los conceptos de desarrollo sostenible, comunicación corporativa y licencia social. Bajo el abordaje de una investigación cualitativa, envolvió el análisis de contenido de materias de periódicos relacionadas al incidente de invasión de la empresa por el Movimiento de la Vía Campesina y MST, ocurrido en marzo de 2006. Incluye el histórico de la actuación de la empresa en el Estado, a fin de que se identifique el proceso de constitución de una política de comunicación corporativa fundamentada en estrategias de diálogo con la comunidad externa, públicos internos, órganos gubernamentales, media, ong's, entre otros. Resalta las medidas utilizadas por la empresa para la solución de problemas del impacto ambiental que proviene de sus actividades de producción de celulosa y de forestación. Analiza como sucede el diálogo entre la empresa y las partes interesadas, a fin de constituir un guión eficaz para obtención de su licencia social para operar. Concluye que, en función de las manifestaciones solidarias a la empresa ocurridas a partir del incidente, se revela una tendencia favorable a la obtención de la licencia social para operar entre parte de las partes interesadas en el Estado.

PALABRAS-CLAVE:

Licencia social para operar. Comunicación corporativa. Desarrollo Sostenible.
Stakeholders.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Públicos comumente citados como stakeholders / 33**
- Figura 2: Manifestação de Apoio da Comunidade - Zero Hora / 49**
- Figura 3: Manifestação de Apoio da Comunidade II - Zero Hora / 50**
- Figura 4: Manifestação de Apoio da Comunidade - Correio do Povo / 52**
- Figura 5: Manifestação de Apoio da Comunidade II - Correio do Povo / 53**
- Figura 6: Manifestação de Apoio da Comunidade - Jornal do Comércio / 54**
- Figura 7: Manifestação de Apoio da Comunidade - O Sul / 55**
- Figura 8: Vandalismo prejudica décadas de pesquisa / 65**
- Figura 9: Editorial do Jornal Correio do Povo / 66**
- Figura 10: Reação do Governo / 67**
- Figura 11: Prefeito faz denúncia / 67**
- Figura 12: Ponte mantém as esperanças / 68**
- Figura 13: Federações emitem protesto / 68**
- Figura 14: Setor madeireiro no Piratini / 69**
- Figura 15: Mensagem da AGEFLOR à sociedade riograndense / 70**
- Figura 16: Horto florestal sofre invasão e destruição / 71**
- Figura 17: Via Campesina – Manifestantes invadem horto da Aracruz / 72**
- Figura 18: Editorial do Jornal do Comércio / 73**
- Figura 19: Manifestantes invadem área da Aracruz / 74**
- Figura 20: Ação recebe críticas de Rosseto e Hohlfeldt / 75**
- Figura 21: Invasores destroem centro de pesquisas / 76**
- Figura 22: Invasores da Aracruz Celulose, próxima a Porto Alegre, destroem viveiros de florestas nativas / 77**
- Figura 23: Ação violenta do MST ameaça investimento de US\$ 1,2 bi no RS / 79**
- Figura 24: Editorial do Jornal Zero Hora / 80**
- Figura 25: Destruição / 81**
- Figura 26: Retrato da destruição / 82**
- Figura 27: Ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão / 83**
- Figura 28: Os ônibus invisíveis / 84**
- Figura 29: A polêmica ambiental / 85**

1 INTRODUÇÃO

Por que a Copesul (Companhia Petroquímica do Sul) precisa comunicar-se com o público em geral se ela é única fornecedora de matéria-prima do Pólo Petroquímico? Por que a Refap (Refinaria Alberto Pasqualini) possui um sistema permanente de comunicação com o povo gaúcho se ela é a única fornecedora de petróleo do estado? E por que a Aracruz Celulose se comunica com diferentes públicos de sua comunidade local, se o seu público final está no exterior, bem distante de sua sede?

Trata-se de uma condição indispensável para que essas empresas consigam atingir um objetivo comum, que é o de obterem uma “licença social para operar” para realizarem as suas atividades. Nesse sentido, o termo licença social para operar significa entendimento, aceitação e “autorização” da atividade da empresa na localidade em que ela está situada. É o “Sim, nós aceitamos que a sua empresa se instale em nosso meio.” Ou “Sim, nós estamos informados sobre a sua atividade e temos o direito de escolher se queremos aceitá-la ou não.” Trata-se de um contrato, que não está assinado em nenhum papel, mas que tem uma força tão grande que, se rompido, pode causar o repúdio da comunidade e o impedimento da continuidade das atividades da empresa naquele local.

Como se vê, a licença social para operar não é emitida por algum órgão legal, nem possui critérios específicos para julgamento. Ela é muito mais forte do que isso: é gerada através do conhecimento empírico, de juízos pessoais. Trata-se de um julgamento que é feito através de pessoas que possuem muito mais força que um órgão competente: os grupos sociais, ou públicos, que são atingidos pelo raio de ação de uma empresa.

Mas e o que uma empresa precisa fazer para obter essa licença social para operar? Falar com esses públicos. Comunicar-se. De forma esclarecedora e transparente. A instituição precisa “provar” constantemente que suas práticas de gestão estão voltadas para o desenvolvimento econômico, mas também para o

ambiental e o social. As pessoas precisam enxergar onde e como aconteceu esse desenvolvimento.

Esse é sem dúvida um júri rigoroso, exigente, muito crítico, curioso e, principalmente, questionador. Para emitir seu parecer, precisa confiar. Esses “juízes” são os públicos de uma instituição. Compõem sua banca desde os acionistas e o público interno, até a mídia, os formadores de opinião, o cliente final, os fornecedores, a classe política e a comunidade local. São eles que decidem se a atividade da empresa poderá beneficiar ou prejudicar a população e o meio ambiente. É deles o voto final. Está com eles o poder de mobilizar toda uma população contra ou a favor de uma instituição.

Os diferentes grupos sociais envolvidos precisam identificar o desenvolvimento sustentável. Enxergar que as atividades da empresa atendem às necessidades de consumo do presente sem que, para isso, comprometam a possibilidade de que as gerações futuras atendam suas próprias necessidades. Eis que, assim, a empresa obtém a licença social para operar, diretamente ligada a uma prática de gestão chamada desenvolvimento sustentável, que é apoiado no tripé economia, meio-ambiente e sociedade. Os princípios desse tipo de gestão devem ser percebidos em todos os processos da empresa, desde a matéria-prima consumida até o produto final gerado. Em consequência, as ações de comunicação corporativa da instituição precisam tê-lo como referência sempre que falarem com os grupos sociais que a sua ação envolve.

Dois recentes eventos me fizeram refletir sobre essa questão. A invasão a um dos hortos florestais da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, no dia 8 de março de 2006 e a prolongada manifestação contra a instalação de duas fábricas de celulose na divisa entre Uruguai e Argentina, desde o final do ano de 2005. O primeiro mostrou-me por que a comunicação é fundamental: mais do que os estragos causados, a mobilização de diferentes segmentos da sociedade a favor da empresa foi o que mais chamou a minha atenção.

A empresa está há pouco tempo no Rio Grande do Sul. Seu produto final é pouco conhecido. Não é vendido em prateleiras, muito menos consumido aqui no

nosso país. Noventa e sete por cento da produção é exportada para a China. Mas toda a sua comunicação é voltada para os públicos locais e tem como pilares o desenvolvimento econômico, social e ambiental (o tripé da sustentabilidade).

O resultado dessa comunicação pôde ser claramente percebido após o fato ocorrido. A mídia, a classe política, formadores de opinião e a comunidade local fizeram manifestos públicos de repúdio ao fato ocorrido, apresentando clara opinião favorável à empresa.

Já no segundo evento torna-se nítido o que acontece quando a população rejeita a atividade da empresa. Desde o final de 2005 manifestos em torno das duas fábricas de papel que serão instaladas entre o Uruguai e a Argentina, movimentaram páginas de jornal de todo o mundo. Uma das atitudes mais severas tomadas pela população foi fechar a fronteira entre os dois países. Ninguém atravessava. Uma forma de protestar contra a instalação das duas fábricas, que, aos olhos daquela população, apresentam uma ameaça à sociedade e ao meio ambiente.

Nos dois casos, as empresas possuem a mesma atividade: produção de celulose. Mas a receptividade acerca da atividade gerada foi oposta. Por quê? Porque no segundo caso, as empresas podem até ter conseguido licenças ambientais legais de operação. Mas não conseguiram a licença mais importante (e talvez a decisiva para a sua instalação): a licença social para operar.

Assim, este trabalho buscou estudar um pouco mais profundamente o processo que leva uma empresa a obter a licença social para operar. Nesse sentido, defendeu, em todo o percurso da pesquisa, que a comunicação é um fator decisivo para que se adquira essa autorização de operação. Nesse sentido, foram definidos os seguintes objetivos para nortear a investigação:

- a) Analisar a expressão licença social para operar e o contexto em que está inserida.
- b) Identificar os fatores que permitem a concessão de uma licença social para operar dos públicos para uma determinada empresa.
- c) Analisar até que ponto um sistema de comunicação corporativa pode ser eficaz para obtenção de licença social para operar.

d) Discutir a eficácia do sistema de comunicação corporativa da Aracruz Celulose, unidade de Guaíba, RS diante do incidente da invasão, foco deste trabalho.

e) Propor estratégias de comunicação corporativa que sejam capazes de contribuir significativamente na obtenção de “Licença social para operar” por parte da empresa.

Este trabalho foi estruturado em capítulos. No que segue, é apresentado resultado de uma pesquisa bibliográfica feita em torno dos conceitos de desenvolvimento sustentável. No seguinte, são discutidos os conceitos de licença social para operar e comunicação corporativa, para constituir uma base referencial para o sistema de comunicação corporativa da Empresa. Em seqüência, é analisado o incidente em si mesmo, de invasão da Aracruz Celulose, ocorrido em março de 2006, além de um breve levantamento do histórico da empresa no Estado. No último capítulo são sintetizados os aspectos mais relevantes da análise feita, de modo que se possam propor algumas estratégias de comunicação corporativa úteis para a obtenção de licenças sociais.

Esta investigação partiu da hipótese que existe uma tendência de licença social para operar da Aracruz Celulose, devido ao apoio que a empresa recebeu dos diferentes públicos após o evento. A metodologia baseou-se na realização da pesquisa bibliográfica já comentada acima, e da análise de conteúdo das matérias publicadas nos principais jornais do Estado, no dia seguinte ao da invasão à empresa.

A contribuição que se espera deste trabalho é ter conseguido ampliar o conhecimento sobre o assunto, ao abordar conceitos e teorias que servem de referência para eventuais estudos de planos de comunicação corporativa, para indústrias que pretendam, através dela, obter a sua licença social para operar.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO & MEIO AMBIENTE: A COMPLEXA TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO

O que significa desenvolvimento sustentável? Trata-se de um conceito complexo, que permite as mais diversas interpretações. Antes de conceituá-lo, é importante que se apresente o cenário em que ele se constituiu. Desse modo, neste capítulo será traçada uma rápida trajetória do processo de surgimento dos movimentos em favor da preservação ambiental no mundo, a fim de que possamos entender em que circunstâncias esse conceito surgiu e, assim, possamos interpretar o significado para o futuro do planeta. Além disso, a fim de situar o caso da Aracruz, é fundamental que, antes de discuti-lo, se faça uma breve análise histórica da questão ambiental no Brasil e no mundo.

2.1 Anos 60: o alarme é acionado

Mil novecentos e sessenta. Década da repressão, em plena ditadura militar no Brasil. Mas também da expressão. Movimentos de contestação ganham espaço nas ruas de todo o mundo: feminismo, movimento estudantil, movimento hippie. Em comum, uma causa: contestar valores da sociedade. Um período de pós-guerra mundial, com o reerguimento da indústria mundial, com a introdução da produção em série e o conseqüente aumento da capacidade produtiva das empresas.

É nesse cenário que o despertar da consciência ambiental começa a ganhar espaço nas discussões em todo o mundo. Começou-se a perceber que a explosão demográfica e a busca incessante pelo desenvolvimento e pela riqueza estavam provocando uma utilização descontrolada dos recursos naturais de nosso planeta.

A história de fato não inicia na década de 60, mas é relativamente consensual entre os autores que a década de 60 marca as origens de uma percepção diferenciada quanto às relações sociedade-ambiente, ou, pelo menos, que delimita o momento em que tal preocupação começa a difundir-se para a população em geral nos Estados Unidos e Europa. Esta percepção diferenciada se refere à complexidade e gravidade dos problemas ambientais. Complexidade devido ao fato de ultrapassarem a esfera do local (as interdependências), do visível (apreensão dos efeitos degradantes de substâncias químicas presentes no meio e nos alimentos, por exemplo) e do imediato (efeitos cumulativos). Gravidade quanto aos efeitos sobre a saúde humana, sobre o potencial de produtivo dos ecossistemas sobre as possibilidades de sobrevivência da espécie humana (DIESEL, 1994, p.36).

E assim surgem as preocupações públicas sobre a poluição, uso de agrotóxicos na agricultura, efeitos da urbanização para a qualidade de vida das pessoas, esgotamento de recursos não-renováveis, entre outras.

2.2 Anos 70: a sociedade se posiciona

As discussões mundiais começaram a respingar no Brasil e movimentaram a ação de dois importantes personagens, que colocam o Estado do Rio Grande do Sul como precursor dessa corrida pela preservação ambiental no país: Augusto Carneiro e José Lutzenberger. Conta Almeida (2002) que era final dos anos 60 e Carneiro, esquerdista ferrenho, ex-militante do partido comunista, juntou-se a Lutzenberger, agrônomo que até então trabalhava em uma indústria de agrotóxicos na Alemanha.

Ambos estavam insatisfeitos com as agressões ambientais a que o planeta vinha sofrendo e criaram uma instituição que se tornaria conhecida e respeitada em todo o País, a Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural). Transcorria o ano de 1971 e o discurso era de protesto contra as agressões ambientais que o estado estava sofrendo, como o despejo de lixo no Guaíba e a poluição do ar da capital. Um caso marcante e motivado também pela luta dessa entidade é da empresa Borregaard/Riocell, caso que será descrito mais detalhadamente no capítulo 4 - Estudo de caso: a Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul.

Nessa época, o Brasil estava em pleno “milagre econômico”, ou seja, imerso num processo de desenvolvimento que constituía a meta política do governo militar. As indústrias não conheciam gestão ambiental, muito menos leis de proteção ambiental:

As normas de proteção à natureza estavam dispersas em diferentes instrumentos legais, como os códigos florestais, de obras, de águas, de caça e pesca, lei de proteção aos animais e outras posturas municipais. Esse panorama só começou a mudar depois que a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, marcando-a para junho de 1972 (ALMEIDA, 2002, p.37).

A discussão toda em torno do crescimento A Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo em 1972, tinha como tema central um assunto que estava sendo altamente discutido no cenário internacional: os limites do crescimento. Tais limites são apontados num famoso estudo coordenado por Dennis Meadows e patrocinado pelo Clube de Roma, publicado em 1972, denominado *Os limites do crescimento*¹, documento este que veio a se constituir em um marco que pautou as discussões levadas efeito no mundo todo, em torno da problemática ambiental durante a década de 70.

Este estudo apontava que a situação do planeta era grave e que se os países subdesenvolvidos começassem o seu processo de industrialização de maneira massiva, aliados ao impacto que os países desenvolvidos já produziam, poderíamos ver o mundo alcançar os seus limites de saturação em alguns anos. A análise foi feita tendo como base um modelo matemático que considerava cinco variáveis, segundo Meadows² apud Nobre e Amazonas (2002, p. 29) “[. . .] industrialização (crescente), população (em rápido crescimento), má nutrição (em expansão), recursos naturais (em extinção) e meio ambiente (em deterioração)”.

Só que essa previsão catastrófica, segundo Nobre e Amazonas (2002), era um tanto quanto questionável, pois não diferenciava regiões, países, cidade ou campo, nem os Hemisférios Norte e Sul. Esse modelo também não previa que poderia acontecer alguma alteração no cenário político, técnico ou econômico de cada país. Além disso, considerava que a solução para que o limite do crescimento não fosse alcançado era crescimento zero.

Tal previsão afetava diretamente o Brasil, pois o País estava no auge de uma política desenvolvimentista. A idéia defendida pelos países ricos era inibir o crescimento dos países em desenvolvimento, através da colocação de entraves de toda a ordem que limitavam a sua concretização. Só que todo o investimento no progresso do País estava sendo constituído com empréstimos externos e a

¹ MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. **Limites do crescimento- um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

² MEADOWS, D. L., MEADOWS, D. H., RANDERS, J. & BEHRENS, W.W. **Limites do crescimento- um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

aplicação das mesmas leis de controle para o mundo todo, significava crescimento zero e uma ameaça ao desenvolvimento planejado.

Rapidamente o Brasil integrou-se a outros países em vias de desenvolvimento a fim de mostrar que os critérios aplicados para controle da poluição e impacto ao meio ambiente não poderiam ser os mesmos para todos os países do mundo. Os brasileiros levaram para a Conferência de Estocolmo a defesa de que o controle de problemas ambientais e a exploração de recursos naturais cabiam a cada país. Além disso, argumentavam que aqueles com maior nível de industrialização, portanto com maior poluição, deveriam pagar um ônus maior na luta contra ela. O País foi muito elogiado e conseguiu que suas reivindicações fossem contempladas na Carta de Princípios assinada durante o evento, que reuniu cento e doze países.

A questão de “nacionalização do controle”, segundo Almeida (2002), apesar de bem aceita na Conferência, gerou muita polêmica para com os órgãos de defesa ambiental no restante do mundo. As reivindicações brasileiras foram interpretadas como uma aceitação da poluição. Ou seja, o Brasil era um país que, além de um regime ditatorial, controle ideológico, social, denúncias de abusos de autoridade, torturas e assassinatos, buscava também o controle econômico de uma maneira questionável, já que não queria aceitar as ponderações internacionais na questão da poluição. Para piorar, ministros brasileiros fizeram declarações para a mídia mundial dizendo, nas entrelinhas, que confirmavam, embora trazendo consigo uma carga excessiva de poluição, que qualquer indústria estrangeira que viesse se instalar no País, seria sempre bem-vinda.

Para evitar mais constrangimentos no cenário nacional e internacional, em 1973 o governo brasileiro criou a Secretaria Estadual para o Meio Ambiente (SEMA), um órgão que zelaria pelo meio ambiente e pelo uso racional de recursos naturais do País. Com isso, dava uma resposta à comunidade acerca da crescente preocupação com a qualidade ambiental.

Entre as medidas mais importantes do SEMA, cita-se o Decreto 73.030/73, que reconhecia a natureza como um universo integrado a criação de um decreto que reconhecia a natureza como um universo integrado. Numa época em que a gestão

pública dos recursos era feita de forma pulverizada, tratava-se da antecipação da perspectiva holística, que viria a ser largamente utilizada muito tempo depois. Nos anos seguintes, cada estado criou a sua própria instituição de controle ambiental:

A entrada em cena dos órgãos estaduais de controle ambiental ajudou a chamar a atenção para a poluição industrial. As lutas ambientais, até então mais voltadas para o preservacionismo da fauna e da flora, passam a se desenrolar também no cenário urbano. Organizados em associações de moradores, os habitantes das cidades começaram a se queixar da água suja, do solo contaminado, do ar irrespirável. A mídia lhes abre espaço. Na esfera pública os técnicos festejam. Usam as pressões da sociedade civil para, por sua vez, pressionar as instâncias de decisão política do governo estadual e federal. Criava-se assim um interessante sistema de apoio mútuo entre setores do governo e da sociedade civil. De fora, ficaram as empresas. Mantinham-se conservadoramente refratárias à maré ecologista que crescia. Houve quem quebrasse por causa disso (ALMEIDA, 2002, p.46).

Começa-se a perceber, a partir daí, o desenvolvimento de uma massa crítica em meio à sociedade, capaz de levantar a bandeira da causa ambiental sempre que a atuação de determinada empresa a ameaçasse. Surgem paulatinamente movimentos sociais de diferentes ordens, unidos o suficiente para serem capazes de realizarem campanhas públicas de boicote à atuação daquelas empresas que não se adequassem aos princípios que defendiam. Eis que, assim, a questão ambiental torna-se a um só tempo preocupação política, a ser enfrentada de ambos os lados, governo e sociedade.

Ao analisar as literaturas sobre os movimentos dessa época, Vivien Diesel (1994) ressalta que é possível perceber na década de 70 três linhas principais de interpretação dos processos sociais relacionados à degradação ambiental: a linha do *condicionamento biológico*, do *condicionamento cultural* e do *condicionamento econômico*. A primeira apresentou pouca repercussão política e seus argumentos eram fracos, pois defendiam que a agressividade humana tinha origem na condição biológica do homem, que teve que lutar contra a natureza em seu passado para sua própria sobrevivência. A segunda linha de movimento defendia que a atitude agressiva do ser humano tinha caráter cultural: ao colocar-se como dominador na relação homem-natureza, “[. . .] favorece a intervenção degradadora” (DIESEL, 1994, p.43). A terceira linha, do condicionamento econômico, apresenta várias tendências, conforme o paradigma adotado: no paradigma neoclássico, faz-se uma

investigação acerca da relação economia de mercado x interesses individuais de uso dos recursos naturais. Já para os neomarxistas, a análise é relacionada ao desenvolvimento capitalista e suas implicações como a tecnologia, a produção de consumo, a urbanização, a pobreza e como isso se reflete no meio ambiente.

Enquanto a primeira perspectiva interpretativa não recomenda ações concretas, a segunda perspectiva se compatibiliza com os movimentos em prol de uma nova ética nas relações indivíduo-natureza, na medida em que explicita e comprova a presença de princípios legitimadores da degradação na cultura ambiental. São reforçadas, então, as iniciativas educacionais centradas na mudança de valores individuais como forma de instauração de “uma nova cultura”, favorecedora de relações mais harmoniosas com o ambiente (DIESEL, 1994, p.43).

O debate entre desenvolvimento econômico e meio ambiente transpassou décadas e, em pleno final dos anos 70, ainda não se conseguia definir estratégias que viabilizassem uma certa sincronia entre os dois discursos. Parecia impossível que desenvolvimento econômico e meio ambiente pudessem unir-se num mesmo diálogo.

2.3 Anos 80: A gênese do desenvolvimento sustentável - a Conferência de Brundtland

A década de 80 inicia com a mesma dúvida que encerrou a década anterior: como conciliar o desenvolvimento, entendido como “crescimento econômico”, com a preservação do meio ambiente, ou seja, a reserva dos recursos naturais?

No ano de 1980 a Internacional Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) lança um documento intitulado *World Conservation Strategy* (WCS), que veio a se constituir num marco na discussão ambiental. De modo bem diferente das discussões recorrentes da década de 70 sobre explosão demográfica, limites de crescimento, enfim, questões de âmbito político e econômico, o documento preocupa-se em discutir questões relacionadas à diversidade genética e aos processos ecológicos. E, como ressaltam Nobre e Amazonas (2002, p.38),

“[. . .] o que era à primeira vista um recuo incompreensível, tornou-se uma grande jogada estratégica [. . .].” E, complementando, dizem ainda os autores:

Ao estabelecer um vínculo mais frouxo entre ecologia e desenvolvimento econômico, ao deixar em suspenso as questões políticas e institucionais, a WCS afastou exatamente o que emperrava qualquer avanço negociado. Com isso, veio para o primeiro plano a necessidade de preservar, de conservar, de maneira que, ao retornarem as velhas questões (crescimento econômico, desigualdades sociais, instituições políticas internacionais etc.), elas viriam reorganizadas segundo esse ponto de vista, abrindo caminho para o “desenvolvimento sustentável” tal como seria definido depois pelo relatório de Brundtland (NOBRE E AMAZONAS, 2002, p.38).

Em 1983, a Assembléia Geral das Nações Unidas, criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), com a participação de representantes de 21 países. Essa comissão também passou a ser chamada de *Comissão Brundtland*, uma vez que era presidida pela ex-primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A finalidade principal de sua criação seria “[. . .] estudar e propor uma agenda global com objetivos de capacitar a humanidade para enfrentar os principais problemas ambientais do planeta e assegurar o progresso humano sem comprometer os recursos para as futuras gerações” (ALMEIDA, 2002, p. 54). O representante do Brasil nessa Comissão foi Paulo Nogueira, na época titular do SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente).

A comissão gerou um relatório, conhecido como o Relatório Brundtland, em que aparece pela primeira vez a expressão desenvolvimento sustentável, que em seguida se difundiu e passou a ser utilizada no mundo todo. Trata-se de um conceito complexo, passível de inúmeras discussões, que partem de pessoas com pontos de vista diversos e até mesmo conflitantes. Alguns autores o criticam por ser vago, pouco claro e operacionalizável:

[. . .] a sustentabilidade foi utilizada como termo mediador para lançar uma ponte entre ‘desenvolvimentistas’ e ‘ambientalistas’, sendo que o conceito é deliberadamente vago e inerentemente contraditório, de modo que correntes sem fim, de acadêmicos e diplomatas, podiam passar muitas horas confortáveis tentando defini-lo, sem sucesso (O’RIORDAN³ et al, apud NOBRE E AMAZONAS, 2002, p.42).

³ O’RIORDAN, T. **Sustainable environmental economics and management**. Londres: 2002, p.132.

Para Lelé, “[. . .] o chamado movimento de Desenvolvimento Sustentável, foi incapaz de desenvolver um conjunto de conceitos, critérios e políticas coerentes ou consistentes tanto do ponto de vista interno como da realidade social e física.” (LELÉ et al⁴, apud NOBRE E AMAZONAS, 2002, p.42). Estes são apenas alguns exemplos de autores que questionam a tentativa de conceituação de desenvolvimento sustentável. E fica clara a rejeição com relação a sua vaga interpretação.

No entanto, interesse deste trabalho não está concentrado em avaliar o quão abrangente e objetivo é este conceito, mas sim seu surgimento e sua aplicabilidade na comunicação. Nesse sentido, em função do termo ter-se tornado amplamente conhecido a partir da Conferência de Brundtland, optou-se pela definição presente neste no relatório gerado na ocasião: “O desenvolvimento sustentável atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991 p. 46).

Dois conceitos-chave são abordados a partir dessa definição: as “necessidades”, que estabelece os interesses da população pobre em todo mundo como a sua prioridade máxima, e o conceito de limitação, que refere-se às condições impostas ao meio ambiente pelo avançado estágio da tecnologia e da organização social, comprometendo-se com o atendimento das necessidades presentes e futuras.

Assim, segundo o Relatório de Brundtland, “[. . .] mesmo a noção mais estreita de sustentabilidade física está intrínseca a uma preocupação com a equidade social entre gerações, que deve, evidentemente ser extensiva à equidade em cada geração.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

O resultado do encontro da Comissão de Brundtland foi uma recomendação à Assembléia Geral da ONU que convocasse a II Conferência Internacional de Meio

⁴ LELÉ, S. Sustainable development: a critical review. **World Development**. v19, n.6 1991, p. 613.

Ambiente e Desenvolvimento. Essa conferência foi chamada de Rio-92, pois aconteceu no Rio de Janeiro, exatamente 20 anos depois da Conferência de Estocolmo.

O objetivo deste encontro foi a criação de uma agenda de cooperação internacional, que passou a ser chamada de Agenda 21, que, segundo Novaes “trata de praticamente todas as grandes questões, dos padrões de produção e consumo à luta para erradicar a pobreza no mundo e às políticas de desenvolvimento sustentável.” (NOVAES. 2003, p.324). A Agenda 21 é composta por quatro grandes temas: Dimensões sociais e econômicas; Conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos grupos principais e Meios de execução (NAÇÕES UNIDAS, 2006) ⁵ Estes temas estão subdivididos em 40 capítulos, o que resultou em um documento de 800 páginas. Podemos destacar alguns capítulos e comentar questões importantes levantadas, por sua importância no contexto deste trabalho:

- a) *Capítulo 3 - Luta contra a pobreza no mundo:* os países devem criar políticas de desenvolvimento humano, para que todas as pessoas recebam a oportunidade de trabalhar e obter meios de subsistência sustentáveis. Além disso, políticas e programas especiais devem ser elaborados para as zonas rurais, os pobres das zonas urbanas, a mulher e as crianças.

- b) *Capítulo 6 – Proteção e fomento da saúde humana:* neste capítulo, são abordadas a satisfação das necessidades primárias de saúde, a luta contra as doenças transmissíveis, a proteção dos grupos vulneráveis, redução de riscos para a saúde humana derivados da contaminação e dos perigos ambientais.

- c) *Capítulo 8 – Integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões:* devem ser buscadas

⁵ Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/spanish/agenda21sptoc.ht>.
Data de acesso: 10 de junho de 2006. Tradução livre do pesquisador.

soluções de integração entre o meio ambiente e o desenvolvimento em nível de políticas, projetos e gestão.

- d) *Capítulo 9 – Proteção da atmosfera:* propõe uma série de medidas aos governos e demais entidades na proteção da atmosfera.
- e) *Capítulo 11 - Luta contra o desmatamento:* é urgente a preservação das múltiplas funções de todos os tipos de bosques, terras florestais e regiões florestadas.
- f) *Capítulo 15 – Conservação da diversidade biológica:* um dos principais objetivos propostos nesse capítulo é o de pressionar os países para a entrada em vigor de um Convênio sobre a Diversidade Biológica, com a participação mais ampla possível, promovendo a compreensão científica e econômica da importância da biodiversidade e de suas funções nos ecossistemas.
- g) *Capítulo 20 - Gestão ecologicamente racional dos resíduos perigosos, incluindo a prevenção do tráfico internacional ilícito de resíduos perigosos:* neste capítulo, a preocupação é com a proteção da saúde do meio ambiente. Para que haja uma ordenação adequada dos recursos naturais e um desenvolvimento sustentável é fundamental o controle eficaz desde a produção, o armazenamento, o tratamento, a reciclagem, a reutilização, o transporte, a recuperação e a eliminação dos resíduos perigosos.
- h) *Capítulo 26 – Reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades:* propõem aos governos o reconhecimento de que as terras dessas populações devem estar protegidas contra atividades que apresentem riscos para o meio ambiente. Destaca o reconhecimento aos valores

culturais desses povos, de modo a promover um desenvolvimento ecologicamente racional e sustentável e o reconhecimento da dependência tradicional e direta dos recursos renováveis e dos ecossistemas, continua sendo essencial para o bem-estar cultural, econômico e físico dessas populações.

- i) *Capítulo 27 – Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais na busca de um desenvolvimento sustentável:* neste capítulo é destacada o papel fundamental da democracia participatória. O prestígio das ONGs demonstra o papel responsável e construtivo que estas desempenham na sociedade. A independência, um dos principais traços das ONGs, é a evidência mais clara de uma sociedade que exige uma participação genuína.

- j) *Capítulo 36 – Apoio à educação, à capacitação e à consciência:* defende que está na educação a capacidade de desenvolver uma população. Descreve que tanto a educação acadêmica quanto a não-acadêmica são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para adquirir consciência, valores e atitudes, técnicas e de comportamento ecológicos e éticos em consonância com o desenvolvimento sustentável, de modo a favorecer a participação pública e efetiva no processo de adoção de decisões.

Cada capítulo da Agenda 21 discute amplamente medidas e soluções para cada um dos 40 temas apresentados e que estão diretamente envolvidos com as questões em debate até os dias de hoje. A Agenda 21 Global serviu de modelo de inspiração para que os países criem sua Agenda 21 nacional. No entanto, as nacionais devem adaptar-se à realidade sócio-econômica e ambiental de cada país, sempre seguindo os princípios da Agenda 21 Global.

2.4 O empresariado começa a se movimentar: a criação do Business Council for Sustainable Development

Nesse período, antes e durante a Rio-92, percebe-se um gradativo fortalecimento de ONGs ou Organizações Não-Governamentais, entre as quais destacam-se o *WWF* (Fundo Mundial da Vida Selvagem), o *Greenpeace* e a *UICN* (União Internacional para a Conservação da Natureza) que, como o passar do tempo, acumulam cada vez maior qualificação técnica e reconhecimento popular.

Todavia, mesmo com toda essa movimentação, a participação das empresas continuava tímida e restrita. Nesse sentido, observa Almeida (2002, p. 57) que “[. . .] no universo empresarial a dimensão ambiental era vista, na melhor das hipóteses, como um mal necessário. No máximo, submetiam-se aos controles estabelecidos pelo poder público” . Não se via preocupação ambiental nas atitudes das empresas, e sim um cumprimento legal ao que se era obrigatório respeitar. As atitudes eram, portanto, reativas.

Com base nesse cenário, Maurice Strong, secretário-geral da Conferência da ONU marcada para 1992, solicitou que Stephan Schmidheiny⁶ formulasse uma perspectiva global sobre desenvolvimento sustentável do ponto de vista dos empresários, que assim se concretizou:

O conselheiro convocou 48 empresários e executivos de grandes empresas de 28 países e com eles fundou o Business Council for Sustainable Development, o BCSD. Do grupo faziam parte dois empresários do Brasil, Erling Lorentzen, presidente da Aracruz Celulose e Eliezer Baptista da Silva, então presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Durante o ano de 1991, os membros do BCSD dedicaram-se a produzir o documento pedido por Strong. O resultado de seu trabalho, publicado no princípio de 1992, foi o livro-relatório Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente (ALMEIDA, 2002, p. 61).

A publicação *Mudando o rumo* (1992) traz a noção da relação empresa e as pessoas que estão ao seu redor, ou seja, os públicos que envolvem uma empresa: acionistas, colaboradores, consumidores, fornecedores, vizinhos de bairro, de cidade de país. Nasce aí o conceito de *stakeholders* ou partes interessadas.

⁶ Rico industrial suíço e ex-controlador do Grupo Eternit, um dos maiores fabricantes mundiais de produtos de amianto e que se tornou seu conselheiro.

A obra abordou conceitos radicalmente novos, como o de ecoeficiência, ou seja, a proposta de que os empresários incorporem em seus planejamentos as mudanças estruturais na relação de forças nas áreas ambiental, econômica e social. E, nesse processo, o aspecto mais importante a se destacar foi o princípio de que a discussão de problemas do mundo é tripolar, ou seja envolve de modo integrado o governo, a sociedade e o empresariado.

Surge, a partir daqui, a percepção da importância da relação empresa e seus públicos, o que, no próximo capítulo, perceberemos, que implica em uma comunicação eficaz entre ambas as partes para que exista um consenso.

3 LICENÇA SOCIAL PARA OPERAR : A CONCESSÃO DA SOCIEDADE

Toda indústria, ao exercer sua atividade, de alguma maneira, acaba provocando algum tipo de impacto ambiental. Seja na extração de sua matéria-prima, durante o seu processo, no consumo de seu produto final ou ainda na decomposição deste produto. O petróleo, por exemplo, é uma fonte de recurso natural não-renovável. Mas uma empresa que extrai petróleo está agindo sob concessão de leis federais, portanto, possui legitimidade para atuar. Mas a empresa que processa o petróleo para compor gasolina acaba por fornecer ao mercado um produto altamente poluente. Igualmente as empresas que fabricam automóveis, que não deixam de usar a gasolina como combustível, contribuindo diretamente para a poluição do ar. Os consumidores também não deixam de comprar carro, sabendo que os maiores prejudicados na circulação do componente que abastece o carro são eles próprios.

Mas porque toda essa cadeia se forma se desde o início até o fim ela oferece riscos ao meio ambiente e à saúde das pessoas? Porque existe uma necessidade evidente na sociedade que é o desenvolvimento. Lá no final dessa cadeia, existe uma sociedade que inegavelmente está satisfazendo sua necessidade de consumo. Só que, conforme vimos no capítulo anterior, a sociedade, apesar do consumo, passou a exigir ao longo das últimas décadas respeito à vida e ao planeta. Esse respeito é chamado de desenvolvimento sustentável. As pessoas têm necessidade de consumo, mas querem que o seu consumo não prejudique a manutenção de sua vida no planeta hoje e para as próximas gerações. Então, qual o grande desafio de uma empresa nesse cenário? Atuar, mas com responsabilidade. Uma responsabilidade que tomou força nas últimas décadas e que chamamos de Responsabilidade Social.

Segundo o Instituto Ethos:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando

recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (OFICINA DE GESTÃO, 2005, p.3).

Assim, a Responsabilidade é um caminho para que a empresa alcance a licença social para operar. Este termo ainda aparece pouco nas literaturas, mas é amplamente utilizado pelo segmento industrial e pode ser visto dentro dos termos de comprometimento de responsabilidade social das empresas.

Sobre o significado de licença social, pouco se encontra na literatura brasileira. Assim como o próprio desenvolvimento sustentável, a licença social para operar ainda não apresenta um conceito definido, reconhecido amplamente. Percebe-se que licença social para operar é um termo advindo da nova configuração em que as indústrias estão se estruturando, em que a participação e a opinião de seus públicos tornou-se estratégica no planejamento das empresas. A partir da contextualização em que o termo aparece, podemos dizer que seu significado seria a aceitação por parte da sociedade da atividade da empresa, sob a ótica social e ambiental. Ter a licença social para operar está intimamente ligado à reputação da empresa e ao conhecimento público de sua atividade.

Valéria Vinha, em seu artigo Estratégias empresariais e a gestão do social: o diálogo com os grupos de interesse (Stakeholder) (2002), descreve:

Em diversos segmentos industriais, muitas empresas já incorporaram no seu planejamento estratégico a variável sócio-ambiental, movidas pela necessidade de se posicionar na vanguarda do novo marco competitivo, para o qual as demandas e as expectativas dos stakeholders devem nortear, cada vez mais, as decisões de investimento. Para tanto, o arcabouço institucional do setor está sendo redesenhado e as empresas líderes estão incorporando novos conhecimentos - habilidades e capacidades internas, conforme descrito por Nelson e Winter (1982) - visando imprimir maior flexibilidade para lidar com técnicas sociais participativas, destinadas a estabelecer um canal de comunicação entre a empresa e seus grupos de interesse. Neste contexto, para manter posição ou expandir mercados, abrem-se ao diálogo com a sociedade, procurando conquistar o que se convencionou chamar de Licença Social (VINHA, 2002, p.6).

Ao incorporar as variantes sócio-ambientais em seu planejamento estratégico, a empresa está assumindo o compromisso do desenvolvimento sustentável. Em sua tese de doutorado, Vinha (1999), ao descrever o processo de “esverdeamento” de

uma indústria na busca pela mudança de percepção da sociedade sobre sua atividade e da reputação entre fornecedores e clientes, cita a “Licença social para operar” como uma garantia para a empresa do investimento em minimizar impactos sócio-ambientais:

[. . .] os custos para minimizar os impactos sócio-ambientais deixaram de serem vistos como um indesejável, mas necessário, mal para serem reconhecidos, cada vez mais, como parte do custo esperado ao se fazer um negócio. Na linguagem da indústria, sua adoção é uma fiação da “Licença social para operar”. Por conseguinte, a questão ambiental passou a sinalizar a estratégia competitiva, integrando a agenda da relação com investidores, fornecedores, seguradoras etc (VINHA, 1999, p. 113).

Algumas organizações brasileiras já utilizam abertamente o termo em seus negócios. A Aracruz Celulose, produtora de celulose de eucalipto e foco de estudo deste trabalho, ao comentar sua estratégia de negócios, coloca a “Licença social para operar” como um de seus objetivos:

Entre os objetivos da estratégia de negócios da Aracruz, alguns estão intrinsecamente ligados à sustentabilidade em seu conceito mais amplo, como assegurar ou ampliar a participação de mercado; manter custos competitivos; melhorar o acesso ao capital; e obter apoio e aprovação – a chamada “licença social” – das partes interessadas para nossas operações (ARACRUZ, 2006⁷).

No Relatório de Sustentabilidade (2005), nas palavras do Presidente Carlos Aguiar, podemos encontrar mais uma referência ao termo, evidenciando o comprometimento da empresa com o assunto:

Nossa licença social para operar depende da qualidade do ambiente, do bem-estar das comunidades em que estamos presentes, e da confiança das partes interessadas – nossos empregados, clientes, acionistas e fornecedores, entre outros. Manter e ampliar a confiança desses públicos é um desafio crucial em nossa estratégia de sustentabilidade (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. 2005, p.38)

A Amanco, que atua no mercado de tubos, conexões e acessórios, na declaração de sua Responsabilidade Social, cita:

⁷ Disponível em <http://www.aracruz.com.br/ra2005/pt/rs/estrategia.html>. Acesso em 10 de junho de 2006.

A empresa acredita que a gestão social deve ser respaldada nos princípios empresariais da companhia, no cumprimento da lei, na garantia da licença social para operar, através do gerenciamento dos impactos, no investimento social, no diálogo transparente com foco no negócio sustentável (AMANCO, 2006⁸).

Uma definição mais específica sobre o termo e voltada para o setor florestal, foi encontrada no site Forest Systems. Segundo o site, Licença Social pode ser definida como:

“A tácita aprovação do público em relação ao proprietário de uma terra ou floresta baseada na aceitação de suas práticas de gerenciamento e seu reconhecimento de suas demonstrações de comprometimento com a sustentabilidade do seu negócio (FOREST SYSTEMS, 2006⁹).

Partindo-se do que foi dito acima, podemos perceber que a “concessão” da “Licença social para operar” está diretamente ligada à maneira com que a empresa se relaciona com seus públicos. E o instrumento é utilizado para conectar a empresa a seus públicos é a comunicação. Ou seja: a “Licença social para operar” é resultado de um diálogo eficaz da empresa com seus públicos.

3.1 Comunicação corporativa: a geração de percepções

Quando pensamos em uma empresa, nosso julgamento pode variar conforme o nosso grau de envolvimento com esta. Se formos público interno, pensaremos sob a ótica da vivência. No caso de fornecedores, analisaremos sob a ótica da relação comprador-fornecedor. Se nossa posição é de comunidade local, pensaremos na empresa a partir da observação de rotinas e, freqüentemente, da participação dessas rotinas. Se formos público final, ou simplesmente não pertencermos ao público-alvo, associaremos a empresa à alguma imagem “percebida” por nós em algum momento que tivemos “contato” com essa empresa, seja por ouvir falar, seja por ter lido em algum local, por ter algum conhecido que lá trabalha ou por comprar

⁸ Disponível em http://www.amanco.com.br/dimensao_social_investimento.asp. Acesso em 10 de junho de 2006.

⁹ Tradução livre da autora. Texto original: “The tacit approval the public provides to a landowner or forest manager based on its acceptance of their management practices and its recognition of their demonstrated commitment to sustainable forest stewardship”. Disponível em: <http://www.forestsyste.ms.com/glossary/glossary.htm>. Acesso em 15 de junho de 2006).

seus produtos. Não importa que tipo de público nós somos: sempre teremos uma percepção de determinada empresa.

Essa percepção é construída a partir do modo com que essa empresa se comunica. A relação comunicação-empresa é que constitui o conceito de Comunicação Corporativa ou Comunicação Empresarial, como também é conhecido. E o objetivo da comunicação empresarial é o de “gerar consentimento”, conforme descreve Rego (1986, p.34): “ A comunicação, tanto instrumental, quando consumatória, visa uma finalidade: obter certa dose de consentimento sobre um sistema de valores. Falhando o consenso, resultam anomalia e a desintegração”. Ou seja: na ausência de um consenso, a comunicação torna-se uma via de mão única, que é rejeitada por quem a recebe.

Complementa esse raciocínio a afirmação de Kendzerski:

Uma boa Comunicação pode ajudar a construir a reputação de uma empresa; a posicionar a “marca” na mente do consumidor; ajuda a agregar valor ao produto e ao negócio; ajuda a oferecer informações da empresa ao mercado e gera atitude favorável dos diversos segmentos de público para as iniciativas da empresa. (KENDZERSKI, 2006¹⁰)

Para entendermos um pouco sobre essa relação, vamos recorrer Francisco Gaudêncio Torquato do Rego, que em *Comunicação Empresarial, Comunicação Institucional – Conceitos, Estratégias, Sistema, Estrutura, Planejamento e Técnicas* (1986) introduz perfeitamente o contexto em que a comunicação corporativa está inserida:

Como sistema, a empresa possui limites definidos, de um lado, pelos componentes administrativos necessários à geração de bens e serviços, e de outro, recebe influências do meio ambiente, podendo aduzir, por inferência, que uma empresa não é apenas resultante de componentes concretos do microssistema organizacional, mas é consequência de forças, pressões, recursos e situações, nem sempre fáceis de detectar, presentes no corpo social. Quando se organiza, pois, uma empresa, na verdade, o que está-se organizando são seus circuitos internos e externos, ajustando-os e promovendo seu intercâmbio com outros sistemas (REGO. 1986, p.14).

¹⁰ KENDZERSKI, Paulo. **WBI BRASIL**. Comunicação Corporativa - Um dos caminhos para o sucesso ou fracasso Empresarial. Disponível em http://www.wbibrasil.com.br/pt/artigos/artigophp?cd_artigo=14. Acesso em 25 de maio de 2006.

O autor afirma que uma empresa é um sistema, pois é organizada de forma que seja possível integrar técnica e operacionalmente suas partes, por intercâmbio ou interdependência. Ou seja, usa-se aqui o conceito de equilíbrio: a organização buscará sempre o equilibrar as partes que a formam e isso é possível quando essas partes estão ordenadas. E quem vai integrar tudo isso é a comunicação.

A comunicação também constitui um sistema, pois é formada por diferentes elementos que também devem estar ordenados entre si para que toda a cadeia funcione (fonte, codificador, canal, mensagem, decodificador e receptor).

Esse sistema de comunicação seria o responsável pelo recebimento e envio de outros três grandes sistemas: o *sociopolítico*, onde estariam inseridos valores globais e políticas do meio ambiente; o *econômico industrial*, que está mais ligado aos aspectos comerciais da empresa, como os padrões de competição, leis de mercado, oferta e procura e o terceiro sistema, o de *microclima interno* das organizações, que se refere às normas e políticas necessárias às operações empresariais. Rego (1986) acrescenta ainda que ao trazer informações desses três sistemas ou enviar informações para eles é que o processo comunicacional é capaz de estruturar as ligações entre o chamado microssistema interno e o macrossistema social, permitindo que o comunicador estude a concorrência e analise as pressões do meio ambiente, gerando, assim, condições para o aperfeiçoamento organizacional.

Poderia acrescentar-se ao raciocínio de Rego, a afirmação de Viana (2006,23): “A comunicação é parte indissociável da administração.” Ou seja, uma organização é feita de comunicação entre suas partes: entre processos, setores e, principalmente, pessoas.

Pois, se estamos afirmando que a comunicação é um sistema que tem por função promover o equilíbrio entre as partes de outro sistema que é a empresa, podemos perceber aqui uma primeira característica: a de que a comunicação corporativa deve ser integrada. Isso confirma os novos paradigmas da comunicação moderna, que defendem que os esforços de comunicação não podem ser considerados separadamente: devem ser compartilhados.

Segundo Bueno:

[. . .] a comunicação integrada significa não apenas que as atividades de comunicação estão articuladas, mas que elas se integram ao processo de gestão, de planejamento, de marketing e que obedecem a uma política e diretrizes comuns. (BUENO, 2006¹¹)

Nassar reforça essa perspectiva quando afirma que:

[. . .] a comunicação empresarial, em sua nova abrangência, torna-se a somatória de todas as atividades de comunicação da organização. Sua elaboração ocorre de forma multidisciplinar, baseada em métodos e técnicas de jornalismo, relações públicas, publicidade, propaganda, promoções, recursos humanos, pesquisa e marketing (NASSAR, 2006¹²) .

Dizer que os esforços de comunicação devem ser integrados não significam, no entanto, que as funções citadas acima não tenham objetivos distintos: “[. . .] devem operar debaixo do mesmo processo de comunicação. Nada impede que as funções tenham estratégias próprias e independentes, desde que, no momento da comunicação empresarial, as ações sejam coordenadas” (NEVES, 2000, p.32). Ou seja: deve haver sinergia entre as mensagens.

3.2 Comunicar: a arte de compartilhar informações

A sociedade e o consumidor tornaram-se bastante hostis às 'empresas analfabetas', que não aprenderam a escrever, ouvir, falar, se expressar e principalmente, dialogar no ambiente em que atuam. E hostilidade, no caso, significa boicotar produtos, dificultar a operação da empresa, tomando-a, de alguma forma, persona non grata.

Nassar e Figueiredo

As pessoas querem saber, querem ouvir da empresa quem ela é. Essas pessoas a quem nos referimos são os públicos de uma organização. Aqueles que, de alguma forma, estão envolvidos com a atividade da empresa: os *stakeholders*.

¹¹ BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial**. Comunicação Des(Integrada). Disponível em: www.comunicacaoempresarial.com.br/artigoconcorporativa.htm. Acesso em 25 de maio de 2006.

¹² NASSAR, Paulo. **Jornalismo Empresarial**. Os novos domínios da comunicação empresarial. Disponível em: <http://www.jornalismoempresarial.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2006.

Conforme descreve Almeida (2002, p.57) “[. . .] na visão tradicional, e empresa só precisava dialogar com seus proprietários e acionistas, os *shareholders*. Na visão contemporânea, a empresa precisa ouvir, junto com a ‘voz do dono’, também a voz dos *stakeholders*” .

O “compartilhar” citado aqui, está longe da antiga comunicação de mão-única: refere-se ao compartilhamento no seu sentido mais puro: dividir. Fornecer informações para que os públicos possam conhecer e estar aberto para ouvir o que estes públicos têm a dizer. O resultado dessa troca é uma comunicação eficaz e verdadeira, que respeita o interesse de ambas partes. Mas sobre essa essência de “verdade” no discurso, trataremos mais adiante.

Mas quem são os stakeholders de uma empresa? Fábio França (2004) em seu livro *Públicos: como identifica-los em uma nova visão estratégica*, cita Hunt para descrever de uma maneira muito simples, porém completa, o termo: “[. . .] denota as pessoas ou grupos que estão ‘conectados’ a uma organização porque eles e a organização mantêm um encadeamento lógico de um em relação a outro”. (HUNT et al¹³, apud FRANÇA, 2004, p.60).

Podemos acrescentar também a definição de Carroll (1998):

Do ponto de vista dos negócios, os mais legítimos “stakeholders” são os “shareholders” (acionistas), os consumidores e os funcionários. Do ponto de vista de uma sociedade altamente pluralista (diversificada), os “stakeholders” podem incluir outros grupos, assim como: a comunidade, os grupos com interesses especiais, o governo, a mídia e o público em geral. (CARROL¹⁴ apud FRANÇA, 2004, p.61).

Na Figura 1, podemos visualizar os grupos mais freqüentemente citados nas literaturas como *stakeholders*. Nesse diagrama podemos perceber que a relação

¹³ HUNT, Todd & GRUNIG, James E. **Public Relations Techniques**. Nova York: Brace College Publishers, 1994, p.14).

¹⁴ CARROL, Archie B. Stakeholders strategy for public relations. **The Public Relations Strategist: Issues and Trends that affect Management**, v.3, n.4, Winter, 1998, p 38).

que os une é uma via de mão dupla: tanto a organização exerce pressão e influência sobre as partes envolvidas, quanto essas são capazes de pressionar a organização:

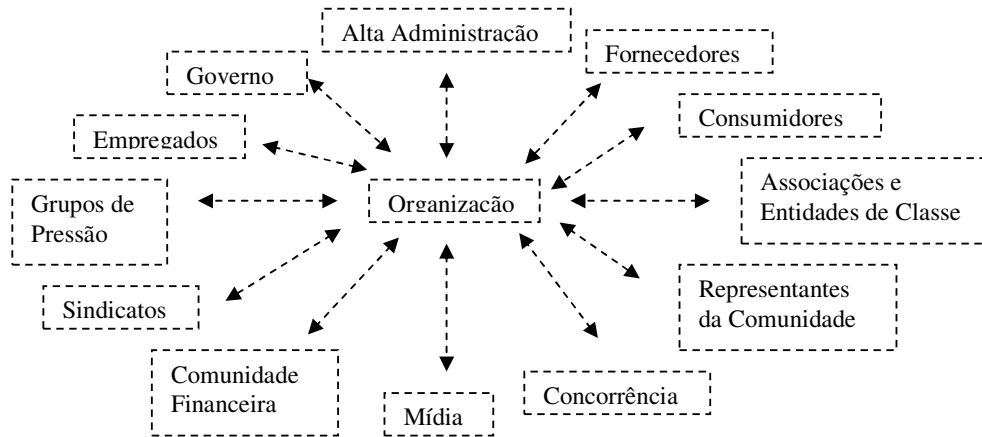


Figura 1
Públicos comumente citados como *stakeholders*
 Fonte: França, 2004, p.62

No entanto, nem todas as empresas podem considerar todos os grupos citados acima como *stakeholders*, pelo simples fato de que eles representam mais ou menos influência na relação com essa empresa. Mas, como identificar quais grupos são os *stakeholders* de determinada empresa?

O *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), propõe uma maneira. Esta organização, surgiu em 1995, da fusão entre o BCSD (ver capítulo anterior) com o WICE (*World Industry Council for the Environment*), uma entidade voltada para questões do meio ambiente, e é formada por corporações de mais de trinta países. Em 1998, reuniu pessoas de todo o mundo, dos mais diversos setores da sociedade (ambientalistas, empresários, legisladores, representantes de comunidades indígenas e negros, grupos religiosos etc) para definir o conceito Responsabilidade Social Corporativa.

Conforme argumenta Almeida (2002, p. 143), “[. . .] a essência da responsabilidade social corporativa está no diálogo com suas partes interessadas, no saber com quem e por que você está falando com determinados grupos”. O

WBCSD considera que, para ajudar a identificar as partes interessadas de uma empresa, deve-se responder a três perguntas: sobre a *legitimidade* do *stakeholder* (ele realmente representa uma parte afetada positivamente ou negativamente pelo como a empresa conduz seu negócio?), a contribuição ou influência (este grupo pode ajudar a empresa a agir de forma mais responsável? Ele influencia o negócio ou as pessoas deste negócio?) e a última pergunta refere-se ao resultado (este *stakeholder* pode trazer resultados positivos em longo prazo para o negócio?).

Essas três questões: legitimidade, influência e resultado, levam a empresa a refletir sobre como e em que nível a comunicação com os públicos relevantes deve ser trabalhada. E aqui entramos em uma questão muito importante: comunicar-se com esses públicos não está relacionado ao processo de transmitir informações da empresa para mostrar que esta faz boas ações para esses grupos. Significa, “agir com ética e bom senso para garantir os negócios da empresa” (ALMEIDA, 2002, p. 143).

Ou seja: compartilhar informações é, nos dias de hoje, um objetivo estratégico. As empresas contam com públicos diferentes, que possuem expectativas diferenciadas. E, o não-cumprimento dessas expectativas pode gerar uma rejeição à organização – leia-se aqui a não-concessão de uma possível licença social para operar.

Se os propósitos da empresa não estiverem bem esclarecidos, assim como o desenvolvimento de sua atividade (englobando aqui pessoas e processos), o uso de seu espaço físico, a sua relação com fornecedores, todo o relacionamento com as partes fica comprometido. Se uma comunidade quiser, por exemplo, pode impedir que uma empresa se instale na localidade desejada. Seja porque não concorde com sua atividade, porque ofereça riscos à saúde das pessoas e do meio ambiente. Um cliente pode deixar de comprar da empresa por não entender que, às vezes, o custo um pouco mais elevado do produto final é resultado de um esforço de toda um relacionamento com fornecedores que primam por processos mais limpos, que implicam em recursos mais dispendiosos financeiramente. Mas que previnem ou tratam danos ao meio ambiente e às pessoas.

Conectar essas informações entre as partes, coordenar as informações que devem chegar para cada parte é tarefa única e insubstituível da comunicação. No capítulo seguinte, teremos retratado o caso da Borregaard uma indústria de celulose que, por práticas incorretas e total falta de comunicação com suas partes, teve suas portas fechadas. Um caso que poderia ter sua história bem diferente caso a empresa conhecesse um pouco as necessidades dos públicos que estavam envolvidos.

3.3 Transparência: a credibilidade de um discurso

Neste capítulo, falamos sobre a importância da comunicação no contexto empresarial e as partes interessadas que devem ser comunicadas. Mas, para que a comunicação seja eficiente, além de ser estratégia primária da empresa e falar com os públicos certos ela deve contar com mais um elemento: a transparência do discurso.

O discurso, quando falamos em uma atividade empresarial, não é algo impensado, não sai de improviso. Ele é cuidadosamente estudado, pois dele depende o negócio da empresa. O discurso não pode comunicar que uma empresa é “boazinha”. Ele deve informar. Desde a atividade até a os impactos que essa atividade promove. E quais providências a empresa toma para reduzir estes impactos. E a transparência é a palavra-chave do discurso da comunicação corporativa:

A organização transparente está, por definição, aberta ao diálogo. Isso significa que ela se empenha tanto em falar quanto em ouvir, estabelecendo canais permanentes com os seus públicos e buscando, diligentemente, adaptar-se às novas demandas ou desafios. Ela está pronta para incorporar as sugestões dos seus colaboradores e admite rever ações e estratégias, se elas não se mostrarem adequadas. A organização transparente prioriza o atendimento, favorece o contato e, sob nenhuma hipótese, manipula dados ou informações, com o objetivo de conseguir vantagens. Ela pratica, como diz o mercado, o jogo limpo (BUENO, 2006)¹⁵

¹⁵ BUENO, Wilson. **Jornalismo Empresarial**. A transparência na comunicação empresarial. Disponível em: <http://www.jornalismoempresarial.com.br/artigoconcorporativawilbuenotransparencia.htm> . Acesso em 10 de junho de 2006.

A “transparência”, portanto é o “jogar um jogo limpo”, definido por Bueno. A partir do reconhecimento de seus *stakeholders*, a empresa deve buscar conhecer as suas necessidades. Por exemplo: se uma empresa trabalha com processos químicos, que eliminam gases na atmosfera, em uma rápida conversa com os públicos que estão submetidos a esses componentes, ela poderá perceber quais os seus anseios com relação a esses gases.

A transparência será a maneira como essa empresa responde às partes suas dúvidas com relação ao assunto. Comunicar como a empresa emprega os gases em seus processos, como ela previne e trata os riscos oferecidos, se ela cumpre leis, possui certificações, realiza inspeções periódicas, quais os resultados delas é fundamental para que essas pessoas envolvidas entendam o trabalho da empresa e reforcem sua opinião sobre a organização.

As pessoas precisam sentir-se parte das decisões da empresa. Precisam entender que aquela empresa opera com um objetivo específico e primordial, que é o lucro de seus acionistas, mas que para isso ela não utiliza exploração de mão-de-obra (ninguém quer ver algum familiar sendo explorado por uma empresa) nem do meio ambiente (ninguém quer ter a saúde de sua família e do planeta prejudicada pelos interesses de um grupo privado).

Brandão complementa esse raciocínio, ao citar que “[. . .] o trinômio transparência-credibilidade-confiança é que sustenta os negócios, amplia os mercados, constrói reputações, torna a empresa impermeável às crises de

comunicação”¹⁶ Complementa esse raciocínio, as palavras de Francisco Viana, ao descrever que:

[. . .] a crescente pressão da sociedade sobre as empresas, em especial naquilo que diz respeito à ética corporativa, à responsabilidade social, à transparência e, sobretudo, no respeito efetivo aos compromissos que assume, está a exigir, cada vez mais, que as corporações, e seus comunicadores, deixem a zona de conforto das mensagens institucionais para enfrentar as questões de frente, assumindo erros quando eles existem. Assim, correr riscos passa a ser uma tendência inelutável, de probabilidade crescente (VIANA, 2006¹⁷)

Viana descreve que a transparência não é uma opção e sim um caso de sobrevivência ao citar, por exemplo, os *blogs* assinados por altos executivos de grandes corporações. Neles se busca a conversa direta com a sociedade, na busca por percepções desta. Ou seja, as empresas estão migrando para um diálogo mais transparente com seus públicos, dispondo-se a “correr riscos, se expor e conversar em pé de igualdade com os clientes ou cidadão” (VIANA, 2006¹⁸). O autor revela novas tendências na comunicação ao citar questões como a Gestão da Reputação Corporativa. Afinal, reputação é um ativo intangível, com “custo inestimável”. Assim “as companhias são não o que imaginam ser, mas o que a sociedade acredita que elas são” (VIANA, 2006¹⁹).

¹⁶ BRANDÃO, Luiz Fernando. **Aberje**. Comunicação: a difícil arte de plantar e colher. Disponível em www.aberje.com.br. Acesso em 25 de maio de 2006.

¹⁷ VIANA, Francisco. **ABERJE**. Novas tendências na comunicação. Disponível em www.aberje.com.br. Acesso em 25 de maio de 2006.

¹⁸ VIANA, Francisco. **ABERJE**. Novas tendências na comunicação. Disponível em www.aberje.com.br. Acesso em 25 de maio de 2006.

¹⁹ VIANA, Francisco. **ABERJE**. Novas tendências na comunicação. Disponível em www.aberje.com.br. Acesso em 25 de maio de 2006.

4. ESTUDO DE CASO: A ARACRUZ CELULOSE NO RIO GRANDE DO SUL

A Aracruz Celulose é a maior produtora mundial de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, respondendo por 28% da oferta global do produto. Seu produto final, a celulose branqueada, é destinada à fabricação de papéis de imprimir e de escrever, papéis sanitários (como fraldas, absorventes, papel-higiênico, lenços umedecidos), e papéis especiais (como papéis fotográficos). Trata-se de uma empresa brasileira, com unidades no Rio Grande do Sul, na Bahia e no Espírito Santo.

Teve seu início no Espírito Santo, em 1967, com o Grupo Aracruz Florestal S/A. Possui um sistema de produção e distribuição integrada. Suas unidades industriais ficam próximas dos hortos florestais e ao junto a um porto para a distribuição do produto final. Exporta 97% de sua produção, tendo como mercados-alvo a Ásia, Europa e América do Norte. Na Unidade Guaíba, adquirida em 2002 e foco da nossa análise, a empresa produz mais de 400 mil toneladas de celulose ao ano.

A Aracruz Celulose é uma indústria que usa como matéria-prima um produto extraído da natureza – a celulose de eucalipto. A empresa trabalha com florestamento de eucalipto, ou seja, planta as árvores consumidas no processo fabril. Percebe-se, assim, fatores importantes: a empresa trabalha com uma atividade que envolve o meio ambiente diretamente. Não explora a mata nativa, mas usa grandes porções territoriais para desenvolvimento de sua atividade. Suas florestas são caracterizadas pela monocultura de eucalipto: uma espécie exótica. Diante desses fatos, já temos um bom indicativo que a sua atividade é polêmica. Segundo Vinha:

[. . .] as empresas que enfrentam o desafio crescimento/preservação ambiental defrontam-se com inúmeros obstáculos de natureza organizacional e mercadológica. Vulneráveis às pressões dos movimentos sociais e à impossibilidade concreta de crescer sem causar prejuízos ao meio ambiente, nem comprometer a continuidade de obtenção das matérias-primas, estas firmas necessitam incorporar no seu planejamento um grau de flexibilidade elevado, inclusive para lidar com a opinião pública e as expectativas sociais (VINHA, 1999, p.98) .

Sendo assim, a empresa tem consciência de que precisa investir maciçamente em esforços de comunicação com as partes interessadas. E isso é abertamente divulgado em seu Relatório de Sustentabilidade:

No novo ambiente de negócios, somente terão lugar no mercado – e, por assim dizer, futuro – as empresas que conseguirem integrar adequadamente os fatores econômicos, sociais e ambientais, atingindo os patamares necessários para serem consideradas sustentáveis (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2005, 2006, p.40).

E este esforço ganha ainda mais sentido, quando consideramos o histórico de atuação da empresa no Rio Grande do Sul. É fundamental fazer-se um breve relato histórico da empresa no Estado, para podermos entender o cenário que a empresa encontrou no Rio Grande do Sul e como a comunicação se estruturou em função disso.

4.1 A chegada ao Estado do Rio Grande do Sul

A Aracruz chegou ao nosso Estado em 2002, com a aquisição da Klabin Riocell. Além de uma fábrica, adquiriu todo um contexto histórico em que a unidade estava inserida. Segundo Bueno (2002,p.35), “[. . .] a instalação da Riocell em Guaíba começou a ser desenhada em 1965, a partir da definição da norueguesa Borregaard S/A de implantar uma unidade industrial”.

Conforme descreve Freitas (1985), os planos de construção de uma unidade fabril de produção de celulose iniciou em 1965, na Noruega. Este país, juntamente com Suécia e Finlândia concentram as maiores indústrias de celulose e papel no mundo até os dias de hoje. O Brasil foi escolhido em função das condições favoráveis: excelente clima para a produção de eucalipto e acácia negra, estradas, rios e lagoas navegáveis:

A Cidade de Guaíba reunia todos esses fatores, acrescidos, ainda, da convergência das duas principais rodovias do Estado, da proximidade e fácil acesso ao canal de navegação do rio Guaíba, das características de resistência do solo e da existência de duas outras indústrias similares: a Celupa e a Pedras Brancas (FREITAS, 1985, p.20).

A fábrica da empresa Indústria de Celulose Borregaard Ltda foi inaugurada em 15 de março de 1972. O local escolhido foi a cidade de Guaíba, próxima à capital do Estado, Porto Alegre, às margens do Lago Guaíba. Não houve um trabalho de comunicação adequado com a comunidade local, acerca da atividade da empresa. Segundo Freitas (1985), a empresa, como estrangeira, não considerou que deve haver um breve estudo do local antes da instalação, a fim de entender os anseios da comunidade e, principalmente, informar a atividade da empresa, seus objetivos, vantagens e progressos que seriam atraídos por esse investimento.

Assim, logo em seguida, a empresa sofreu certa antipatia do público local, agravada por sérios impactos ambientais e sociais que a empresa oferecia. Almeida (2002) descreve que a empresa norueguesa “despejava diariamente no ar da região mais de oito toneladas de poluentes, entre os quais ácido sulfídrico, responsável pelo cheiro insuportável”. Em função disso, a população sofria com os olhos irritados, dificuldades para respirar e náuseas.

A população, então, reuniu forças e iniciou a luta contra a empresa. Para dar força ao movimento, entrou a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, citada no capítulo 2 deste trabalho), sob o comando do ambientalista José Lutzemberger. Segundo Bueno (2002), notícias eram veiculadas diariamente na comunidade local e nos arredores, denunciando o cheiro, a poluição e à insatisfação da comunidade. A imagem formada pela opinião pública e seu próprio apelo acabaram provocando o fechamento da empresa em 1974, dois anos após sua inauguração. Almeida (2002) conta que em 1975 o controle acionário da empresa foi transferido para o Montepio da Família Militar (MFM), então com 51% das ações. Como o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) era um dos acionários da empresa, a empresa tornou-se 95% nacionalizada. A empresa passou a chamar-se, então, Riocell (Rio Grande Companhia de Celulose do Sul Ltda).

Na nova fase, a empresa investiu maciçamente em equipamentos de controle ambiental e na década de 80 já não emitia mais cheiro ruim. Como estratégia, chamou ou próprio José Lutzemberger (que se mobilizou contra a atuação da Borregaard) para assessorar sua área florestal e seu parque ecológico. Além disso,

descreve Bueno (2002), iniciou suas atividades com uma Assessoria de Relações Públicas, a fim de melhorar a imagem da empresa. Através de técnicas de comunicação, passou a conversar com seus públicos, transmitindo as finalidades e realizações da empresa e, principalmente, proporcionando à população o direito de informação e expressão de seus desejos e pensamentos.

Bueno (2002), em seu estudo, comenta as atividades que a empresa passou a desenvolver com seus diversos públicos, que foram fundamentais para a reformulação da imagem da empresa no Estado. Com os funcionários, foi desenvolvido um trabalho interno de educação ambiental e consciência ecológica, alertando para os danos que os acidentes na fábrica podem provocar. Em 1980, foi iniciado um trabalho com a comunidade, através da campanha Cubra o Mundo de Verde, na distribuição de 100 mil mudas nativas de árvores e folhagens. Iniciou-se o Projeto Educação, que fazia a distribuição de mais de 100 mil cadernos às escolas da região e a doação de mel extraído das florestas de eucalipto para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais da região da Riocell. Em 1988, a qualidade foi o enfoque. Um trabalho em toda a empresa conscientizou sobre a importância da qualidade nos processos, completada com a conquista da certificação ISO 9002. Em 1992, a empresa criou o Ceciell - Centro de Educação para Ciências da Riocell.

Através desse centro, atuava nos municípios de influência das atividades florestais e industriais, com educação ambiental, de treinamento para a coleta seletiva de lixo por funcionários e prestadores de serviços. Neste ano também, iniciou um trabalho à comunidade, com visita de escolares para conhecer o manejo florestal, o processo fabril e realização de trilhas ecológicas. Nos anos de 1994 e 1995 conquistou outras certificações.

Em 2000, o Grupo Klabin adquiriu o controle de 99% das ações da Riocell. A empresa passou a chamar-se, então, Klabin Celulose Riocell. Ao longo de dois anos, conquistou diversas premiações por seus trabalhos ambientais e de qualidade. Conquistou também a Certificação do FSC (Forest Stewardship Council), por seu correto manejo florestal. A Riocell possuía certificação em toda a cadeia de produção. Foi considerada a primeira empresa de celulose com base de eucalipto totalmente certificada, do início ao fim de seus processos.

Percebe-se, assim, a mudança de conceito de atuação que foi empregada pela empresa. Em 2002, a Aracruz Celulose adquiriu a Klabin Celulose Riocell.

A partir desse breve histórico, percebe-se que a Aracruz adquiriu não apenas uma fábrica, mas um histórico bastante delicado. E continuar as ações desenvolvidas pela Riocell não eram apenas uma opção, mas uma questão de sobrevivência da própria empresa no Estado.

4.2 O diálogo com as partes interessadas

A mensagem do presidente da Aracruz Celulose, Carlos Aguiar, no Relatório de Sustentabilidade de 2005 faz menção ao compromisso da empresa de comunicação com suas partes:

E essa destacada posição implica ainda maior responsabilidade. Nossa “licença social” para operar depende da qualidade do ambiente, do bem-estar das comunidades em que estamos presentes, e da confiança das partes interessadas – nossos empregados, clientes, acionistas e fornecedores, entre outros. Manter e ampliar a confiança desses públicos é um desafio crucial em nossa estratégia de sustentabilidade (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2005, 2006, p.40).

Assim, a estratégia da empresa no Estado não poderia ser diferente. Com relação às estratégias de negócio da empresa e a sustentabilidade, o Relatório acrescenta:

Para a Aracruz, portanto, a sustentabilidade é um alvo móvel e um objetivo permanente, cujos parâmetros são a todo momento ajustados pela sociedade. Acompanhar essas mudanças e assegurar que estejam contempladas nos planos de crescimento da Empresa são parte do nosso compromisso com o futuro. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2005, 2006, p.43).

O desenvolvimento sustentável não está presente somente na estratégia da empresa. Ele orienta toda a comunicação da empresa no Estado. Para ilustrar isso, foi feito um levantamento das principais peças de comunicação da empresa na mídia impressa desde a sua chegada ao Estado, até o mês de março de 2006. Optou-se

por esse recorte, pois a mídia impressa atinge a maior parte das partes interessadas da empresa.

No Anexo B, podemos perceber, através das mensagens, o esforço de comunicação corporativa. As peças divulgam conceitos, premissas de atuação da empresa, investimentos, cumprindo seu papel de comunicação com as partes interessadas e buscando obter destas, a “Licença social para operar”. Além disso, a divulgação do Relatório Anual de Sustentabilidade complementa e ilustra a estratégia de comunicação da empresa. Através dele, as partes podem acompanhar como aconteceu no ano anterior o desenvolvimento do diálogo com as partes interessadas, o desempenho econômico e social da empresa, o desempenho ambiental, os objetivos de sustentabilidade para o ano corrente (o relatório é divulgado no ano corrente com os resultados obtidos do ano anterior), os prêmios e reconhecimentos conquistados no ano anterior e a declaração de verificação, certificada pelo órgão internacional BVQI, atestando “a consistência e confiabilidade das informações sociais e ambientais apresentadas”.

No entanto, a empresa tem consciência de que esse esforço de comunicação não evita as pressões locais de entidades contra a atuação da atividade da empresa.

Ambientalistas, ONGs, o meio acadêmico apresentam sérias denúncias contra a atividade da empresa, denunciando impactos sociais e ambientais da monocultura do eucalipto. As denúncias vão desde o campo social até o ambiental. O incidente analisado neste trabalho, de invasão à empresa, foi provocado pelo MST e o Movimento das Mulheres Camponesas, que apresentam uma série de denúncias contra as atividades da empresa. Para justificar a ação, o movimento alegou que se mobilizou para “denunciar os impactos ambientais da invasão desses desertos verdes criados pelo plantio de eucaliptos” (Fonte: Correio do Povo, 09 de março de 2006, p. 1).

No meio acadêmico, destacaram-se algumas vozes dissonantes em relação às práticas da empresa. Entre elas, destacam-se Sebastião Pinheiro, engenheiro florestal, que lançou recentemente a “Cartilha do Eucalipto”. Ele comenta, na questão social, que o florestamento tira mais empregos do que a possibilidade de

geração deles. Ele acrescenta que “[. . .] em nome do capital, estão expulsando índios, quilombolas e pequenos agricultores de suas terras, que, acudados, acabam vendendo suas terras por valores irrisórios.” (2006¹, p.12). Pinheiro ainda denuncia questões ambientais: fala sobre o consumo exagerado de água por parte da espécie, do prejuízo ao solo pelo cultivo, da quantidade de gás carbônico liberado na atmosfera. Já Francisco Leandro Soares Fuchs, produtor rural e veterinário aposentado da UFRGS, vê por outro lado. Para ele, “[. . .] o plantio de eucalipto tem sido uma alternativa econômica para os produtores rurais , uma vez que a agricultura vem passando por uma grave crise” (2006¹, p.12). Ele acrescenta, dizendo que no caso específico do RS, o florestamento é uma alternativa para resolver o problema do empobrecimento da metade sul. Do ponto de vista ambiental, Fuchs enxerga outros benefícios não apontados por Pinheiro, como a contribuição para prevenir o “apagão florestal” (através da liberação do oxigênio pela fotossíntese), o não-uso de mata nativa. Fuchs ainda defende que a teoria do deserto verde é um equívoco: “Faltam estudos mais aprofundados na área”. Ambos professores, no entanto, concordam em um ponto: devem haver leis, fiscalização e zoneamento, para controlar a prática (2006¹, p.13).

No entanto, existem movimentos no meio universitário ainda mais radicais. O Núcleo de Economia da UFRGS publicou em março deste ano um manifesto contra as empresas de celulose, solidarizando-se com movimentos como o MST e o Movimento das Mulheres Camponesas. Eles apontam para “[. . .] o desastre ecológico e humano, representado pelo plantio de grandes áreas de eucalipto pela Aracruz [. . .] (2006², p.7). Acusam a pesquisa científica de não ser neutra “[. . .] os pesquisadores, a serviço da Aracruz Celulose, funcionários do grande capital predador, em nome de ‘exportar ou morrer’ vão transformar grandes espaços de nossos país em ‘desertos verdes’” (2006², p.7). Acusam também que “[. . .] a Aracruz vem agredindo o meio ambiente e o povo brasileiro [. . .]” (2006², p.7).

Para responder às denúncias levantadas, a empresa trabalha a comunicação e seus projetos, faz aberta divulgação das denúncias e processos aos quais a empresa responde em seu Relatório de Sustentabilidade e usa bastante a “transparência no website”:

Avançamos na identificação dos principais desafios de sustentabilidade envolvidos em nossas atividades. A partir daí, buscamos esclarecer os posicionamentos da Empresa – e os dados concretos que lhes dão suporte, quando é o caso – em relação a importantes questões, como o relacionamento com as diversas comunidades, a questão fundiária, o uso de defensivos agrícolas, a biodiversidade e as mudanças climáticas. Após essa etapa, iniciamos o processo de tornar públicas, em nosso website (www.aracruz.com.br), todas essas questões. O relacionamento da Empresa com as comunidades indígenas, por exemplo, já está disponível e vem sendo atualizada desde agosto de 2005. Os demais posicionamentos estão em fase final de revisão e deverão ser publicados em 2006. (RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2005, 2006, p.50)

No mês de março deste ano, a polêmica levantada em torno do eucalipto tomou proporções ainda maiores quando o movimento da Via Campesina invadiu o Horto Florestal Barba Negra, de propriedade da empresa no município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. A invasão, que motivou o desenvolvimento deste trabalho, deixou explícita a insatisfação do movimento contra a atividade da empresa no Estado e, conseqüentemente, a não-concessão de licença social para operar desta parte para com a empresa.

A invasão ocorreu na madrugada do dia 08 de março. Segundo matéria divulgada na capa do jornal Correio do Povo, do dia 09 de março, aproximadamente dois mil integrantes da Via Campesina e do MST invadiram a propriedade da empresa, destruindo os viveiros florestais (espécie de incubadora onde são cultivadas as mudas de eucalipto) e mais de um milhão de mudas de eucalipto. Os invasores chegaram de ônibus, renderam os vigias e empunhados de foices, facões e porretes, com os rostos cobertos com lenços, destruíram o local. Além das mudas, eles destruíram também o laboratório de pesquisas genéticas da empresa, com mais de 20 anos de pesquisa no melhoramento genético da espécie.

A invasão tomou repercussão nacional. Motivou as mais diferentes manifestações na sociedade. E são essas manifestações o alvo do estudo deste trabalho, que serão abordadas na seção seguinte.

4.3 A Aracruz Celulose e a Licença social para operar

Para ilustrar o conteúdo abordado na revisão teórica deste trabalho, principalmente ao se refere à licença social para operar, serão apresentadas manifestações das partes interessadas na mídia impressa, nos quatro jornais de maior circulação do Estado (Zero Hora, O Sul, Jornal do Comércio, Correio do Povo), no dia 09 de março, um dia após a invasão ao Horto Florestal Barba Negra, da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro.

O objetivo é verificar, através do conteúdo das matérias, se as manifestações geradas após o ato de invasão ao Horto Florestal Barba Negra foram a favor ou contra a empresa. Vale ressaltar que o presente estudo prático não têm a pretensão de afirmar que a empresa possui “Licença social para operar” no Estado. Analisou-se um episódio específico, que pode indicar uma tendência de que os resultados de comunicação da empresa foram eficazes para a obtenção de uma “Licença social para operar” no Estado.

A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, “[. . .] uma metodologia de pesquisa avançada usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (MORAES, 2002, p.9). Foi realizada abordagem qualitativa do conteúdo analisado e por fim, uma abordagem quantitativa para verificar se, dentro do universo pesquisado, pode ser constatada uma tendência de que a empresa possui “Licença social para operar” na região.

A delimitação de suporte foi definida em função da definição das partes interessadas de atuação da empresa. Foram definidas como partes interessadas as partes evidenciadas em um material publicitário distribuído no ano de 2004 (Anexo A): População local (Guaíba, municípios dos hortos florestais), Autoridades, Empresários e Profissionais Liberais, Jornalistas, Jovens e Ambientalistas.

A delimitação temporal (dia seguinte após o incidente) foi assim definida para captar a primeira reação das partes interessadas diante do evento. Por isso, abrange declarações apenas do dia seguinte ao ocorrido. No entanto, para dar maior

riqueza de conteúdo ao estudo, foi acrescentado um importante componente para a análise: a passeata de apoio à empresa, realizada no município de Guaíba, pela comunidade local no dia 13 de março. Para a análise desta, serão usadas as matérias veiculadas na mídia impressa, nos quatro maiores jornais de circulação do Estado (Zero Hora, O Sul, Jornal do Comércio, Correio do Povo), no dia 14 de março (dia seguinte à passeata).

Para a análise, foram consideradas manifestações, os seguintes materiais:

- a) População Local: passeata contra o ato de invasão à empresa, ocorrida no município de Guaíba em 13 de março do presente ano. Para a análise desta, foram utilizadas matérias publicadas nos jornais Zero Hora, O Sul, Correio do Povo e Jornal do Comércio, no dia 14 de março.
- b) Autoridades: declarações na mídia impressa (Jornais Zero Hora, O Sul, Correio do Povo e Jornal do Comércio) de autoridades gaúchas veiculadas no dia 09 de março, dia seguinte ao ocorrido.
- c) Empresários e Profissionais Liberais: declarações veiculadas no dia 09 de março na mídia impressa (Jornais Zero Hora, O Sul, Correio do Povo e Jornal do Comércio).
- d) Jornalistas: editoriais dos principais jornais do Estado (Jornais Zero Hora, O Sul, Correio do Povo e Jornal do Comércio) veiculados no dia 09 de março.
- e) Ambientalistas: declarações veiculadas no dia 09 de março nos principais jornais do Estado (Jornais Zero Hora, O Sul, Correio do Povo e Jornal do Comércio).

Devem ser ressaltadas algumas observações a respeito do objeto de análise. A primeira delas é que parte interessada “jovens” não foi considerada neste estudo, por não terem sido localizadas manifestações desta parte no universo pesquisado. Na ausência de declaração verbal de alguma parte, se a manifestação ocorreu através de faixas, documentos ou semelhante veiculados nos jornais das datas analisadas, foram consideradas na análise como declarações. A terceira é que o termo “declaração” diz respeito a algum membro ou grupo das partes interessadas. Caso o mesmo membro ou grupo tenha dado declarações com o mesmo conteúdo

para diferentes jornais, será utilizada apenas uma vez a declaração. Quarta observação é de que as ONGs e os movimentos de defesa da terra, como o Movimento das Mulheres Camponesas e o MST, foram considerados dentro da parte interessada “Ambientalistas”. Uma vez que a invasão foi promovida pelo movimento da Via Campesina, fica clara a reprovação de “Licença social para operar” deste público específico. No entanto, suas ações apesar de serem motivadoras da pesquisa gerada, serão consideradas nesta análise.

Segundo Moraes (1999), na metodologia de análise de conteúdo é importante observar o global para depois partir para o individual. Por isso, foi realizada a coleta das manifestações e realizada a leitura das matérias veiculadas nos jornais O Sul, Zero Hora, Correio do Povo, Jornal do Comércio dos dias 09 e 14 de março de 2006. Depois, as declarações foram agrupadas conforme a parte interessada e, para serem consideradas de apoio à empresa (portanto, comprovadoras de uma tendência de “Licença social para operar”) foram submetidas a um critério: a declaração demonstra opinião desfavorável a atuação da empresa na região? Se sim, as declarações foram consideradas reprovativas de “Licença social para operar”. Se não, foram consideradas aprovativas de “Licença social para operar”.

4.3.1 As manifestações das partes interessadas: análise das matérias publicadas na mídia impressa

Após a leitura de todas as matérias, as mesmas foram agrupadas em grupos, de acordo com a parte interessada.

a) População Local

O jornal Zero Hora, no dia 14 de março de 2006, traz na capa e em matéria interna (página 28, seção Geral) a passeata organizada pela comunidade de Guaíba. Tanto capa quanto matéria interna são ilustradas com fotos do ato. Composta por autoridades, moradores, comerciantes da cidade, estudantes cavalarianos, operários da construção civil (de bicicleta), a passeata percorreu três quilômetros da Avenida Getúlio Vargas. Nas fotos, podem ser vistas faixas levadas

pelos manifestantes, com os dizeres “Somos a favor do Progresso” e “Somos a favor do Emprego. Não à desordem”. A matéria contou com a entrevista do prefeito da cidade de Guaíba Manoel Stringhini, que foi superintendente florestal da então Riocell, em 1986. (iMPORTANTE: o prefeito neste caso, teve sua declaração considerada comunidade – o perfil de cargo dele se encaixa na parte “Autoridades” - pois ele estava falando em nome da comunidade de Guaíba, portanto sua declaração não poderia ser deixada de fora deste grupo).

O jornal Correio do Povo disponibilizou uma matéria de capa e outra interna sobre a passeata. Na matéria de capa, foi divulgado o número de participantes da passeata: cerca de mil pessoas. A matéria de capa conta com uma foto, com a mesma faixa mostrada na Zero Hora, com os dizeres “Somos a favor do emprego. Não à desordem”. Na página 7, traz mais informações, como novas declarações do prefeito da cidade, que demonstra apoio integral à empresa e aos novos investimentos que o Estado está para receber e além das declarações do diretor financeiro do Sindilojas e de um tradicionalista gaúcho

Declaração 1: Prefeito da cidade de Guaíba

Ver aquilo pela TV gerou um sentimento de repúdio na população. Para mim, foi ainda pior, porque aquele laboratório fui eu quem construiu, em 1986 (Depoimento de Manoel Stringhini, Prefeito de Guaíba, jornal Zero Hora, dia 9 p.28).

Além de pedirmos a penalização dos envolvidos na destruição dos viveiros e do laboratório de alta tecnologia, na madrugada do dia 8, solicitamos segurança para a região (Depoimento de Manoel Stringhini, Prefeito de Guaíba, jornal Correio do Povo, dia 9 p.7).

O povo gaúcho não concorda com atitude semelhante a dos rebeldes talibãs praticada em Barra do Ribeiro (Depoimento de Manoel Stringhini, Prefeito de Guaíba, jornal Correio do Povo, dia 9 p.7).

Percebe-se o quanto o incidente repercutiu na mídia, que teve alcance nacional. Além da indignação quanto ao ato violento praticado pelo movimento da Via Campesina.

Declaração 2: faixa carregada por manifestantes na passeata

***Contra o MST, MCC, Via Campesina
e sua forma de luta.***

Fonte: Jornal Zero Hora, dia 9 p.28.

Somos a favor do progresso.

Fonte: Jornal Zero Hora, dia 9 p.28.

Somos a favor do emprego. Não à desordem.

Fonte: Jornal Zero Hora, dia 9 p.28.

Pelo teor do conteúdo divulgado nas faixas, é possível entender que a população local acredita que a empresa traz desenvolvimento para a cidade e que o tipo de manifestação empregada (de invasão) não é bem vista por essa população.



Figura 2
Manifestação de Apoio da Comunidade
Fonte: Zero Hora, 14 de março de 2006, p.1



Guaíba marcha em apoio à Aracruz

Centenas de pessoas participaram, ontem à tarde, de ato em repúdio à depredação do horto florestal, praticada na quarta-feira passada em Barra do Ribeiro

Cinco dias depois de ter seu horto florestal depredado, em Barra do Ribeiro, a Aracruz teve novamente uma unidade invadida, desta vez de forma ordeira no município de Guaíba.

Diferentemente do que ocorreu na quarta-feira, ontem a empresa foi tomada por centenas de pessoas que foram lhe prestar solidariedade.

Os manifestantes tomaram o estacionamento junto ao centro tecnológico em ato organizado pela prefeitura, pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços da cidade, além de outras entidades. Foram recepcionados pelo gerente-geral da unidade, Paulo Silveira:

– Recebemos as pessoas com muito orgulho e satisfação, porque Guaíba é uma cidade que sempre deu apoio à empresa. Manifestações como esta são essenciais para refor-

çar a sensibilização da direção da companhia em um momento de definição de novos investimentos.

O ato encerrou uma caminhada de aproximadamente três quilômetros pela Avenida Getúlio Vargas, iniciada às 14h no Parque da Juventude, no Centro. Ao som dos hinos rio-grandense e de Guaíba, autoridades, moradores e comerciantes distribuíram uma carta de repúdio à destruição dos viveiros da Fazenda Barba Negra, na vizinha Barra do Ribeiro, e qualificam de “vândalos e criminosos” os integrantes da Via Campe sina que a executaram.

– Ver aquilo pela TV gerou um sentimento de repúdio na popula-

ção. Para mim, foi ainda pior, porque aquele laboratório fui eu que construí, em 1986 – afirmou, emocionado, o prefeito Manoel Stringhini (PMDB), que foi superintendente florestal da então Riocell.

A exceção dos funcionários de serviços essenciais, os servidores públicos municipais foram dispensados do trabalho no turno da tarde para participar da caminhada. Estudantes da cidade, cavalarianos e operários da construção civil, de bicicleta, engrossaram a manifestação.

A Aracruz reúne 60% do Produto Interno Bruto do município e, como empregador, só fica atrás da prefeitura: 2 mil vagas (com as indiretas).

Figura 3
Manifestação de Apoio da Comunidade II
Fonte: Zero Hora, 14 de março de 2006, p.28

A matéria do Correio do Povo na página 7 também traz o nome de novas entidades que participaram da manifestação pública, como a OAB-RS, Polícia Civil, Brigada Militar e Corpo de Bombeiros, associações de moradores, escolas de samba, times de futebol como o Inter e o Grêmio. A manifestação contou com uma oração coletiva pela paz com o Pastor Roberto dos Santos. Além disso, conta com duas novas declarações: do diretor financeiro do Sindilojas e do Tradicionalista Walter Carneiro, da Sociedade Beneficente Fraternidade Gomes Jardim, que participou da marcha percorrendo o trajeto a cavalo.

Declaração 3: Diretor Financeiro do Sindilojas

O diretor financeiro do Sindilojas, José de Medeiros, justificou que o sentimento é de revolta na cidade. Segundo ele, a maioria dos estabelecimentos comerciais manteve as portas fechadas durante a passeata, que partiu do Parque da Juventude, às margens do Guaíba, e seguiu até a sede local da Aracruz (Citação referente à declaração de José de Medeiros ao Jornal Correio do Povo, dia 9 p.7).

Declaração 4: Sociedade Beneficente Fraternidade Gomes Jardim

Somos ordeiros e temos orgulhos de ser gaúchos. (Depoimento de Walter Carneiro, Jornal Correio do Povo, dia 9 p.7).

As declarações reforçam o posicionamento já citado pelo prefeito da cidade, de contestação à violência praticada contra uma empresa local.

Horto da Aracruz retoma trabalho logo

A Aracruz Celulose deve reiniciar, na próxima semana, as atividades no Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, destruído por integrantes da Vila Campesina no dia 8 de março. Segundo o diretor operacional da empresa, Walter Lídio Nunes, a medida evitará a demissão de funcionários. Ele acredita que, ainda no primeiro semestre, os acionistas decidirão sobre a localização do novo investimento da empresa no país, no

valor de 1,2 bilhão de dólares. A fase de viabilização técnica e logística deve estar concluída em 60 dias. "A decisão será tomada em cima de dados, análises técnicas e risco social", salientou. O RS é um dos principais candidatos a sediar o empreendimento e mantém suas chances devido à posição firme do governo e da sociedade contra a invasão da última semana, assegurou Nunes.

Ele disse que "um empreendimento desse

porte não pode botar uma mochila nas costas e trocar de lugar". Nunes estranha que, no meio de tanta destruição no horto florestal, tenha sumido apenas o winchester que armazenava os dados das pesquisas. Também ontem, cerca de mil pessoas saíram às ruas de Guaíba para pedir a punição dos invasores da Aracruz em Barra do Ribeiro. **Página 7**



Comunidade de Guaíba saiu às ruas em manifestação para pedir que os invasores do horto em Barra do Ribeiro sejam punidos

Votorantim obtém proteção judicial contra invasão

A juíza plantonista da 3ª Vara Cível de Bagé, Fernanda Araújo, deferiu liminarmente o pedido de interdito proibitório à Votorantim Celulose, proprietária de uma área plantada com eucaliptos em Hulha Negra. O objetivo da empresa foi garantir a imediata reintegração de posse no caso de uma eventual invasão, como ocorreu na semana passada na unidade da Aracruz localizada em Barra do Ribeiro.

A iniciativa foi reforçada pelos rumores

que circularam na região de que o projeto da Votorantim seria o próximo alvo do MST. A notícia também mobilizou cerca de 30 produtores, que mantêm dez postos fixos de vigília em fazendas próximas aos assentamentos de Candiota, Aceguá e Hulha Negra, além de quatro patrulhas volantes. Segundo o presidente da Associação/Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias, a tensão cresceu após declarações do MST de que haverá invasões em abril e

que multinacionais serão atacadas.

O comandante do 6º Regimento de Polícia Montada da BM, major Lineu Scherer, garante, porém, que o clima é de tranquilidade. De quatro patrulhas deslocadas para Hulha Negra, onde se desenvolve o projeto da Votorantim Celulose, apenas duas serão mantidas. No domingo, 200 sem-terra invadiram a fazenda Santa Rita, em Itapetininga (SP), pertencente à Companhia Suzano de Papel e Celulose.

Figura 4

Manifestação de Apoio da Comunidade

Fonte: Correio do Povo, 14 de março de 2006, p.1

Guaíba pede punição dos invasores

Comunidade promove manifestação pública de apoio à Aracruz Celulose e pede mais segurança

Lojistas, comerciantes, moradores, estudantes e políticos de Guaíba saíram às ruas, ontem, para pedir a punição dos invasores do Horto Florestal Barba Negra, da Aracruz, em Barra do Ribeiro. Os cerca de mil manifestantes também realizaram ato de apoio à indústria na unidade de Guaíba, responsável por mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do município. "Além de pedirmos a penalização dos envolvidos na destruição dos viveiros e do laboratório de alta tecnologia, na madrugada do dia 8, solicitamos segurança para a região", frisou o prefeito Manoel Stringhini.

A comunidade guaibense teme que os atos de vandalismo da Via Campesina possam prejudicar novos empreendimentos da Aracruz no Estado. O Rio Grande do Sul, a Bahia e o Espírito Santo estão na disputa para abrigar uma nova unidade produtiva da empresa, totalizando investimento de 1,2 bilhão de dólares. "O povo gaúcho não concorda com atitude semelhante a dos rebeldes talibãs praticada em Barra do Ribeiro", disse Stringhini, que, na época da construção do horto, era

superintendente florestal da Riocell - atualmente denominada Aracruz.

O objetivo, conforme o prefeito, é lutar para que a Aracruz opte pelo RS para a instalação da nova unidade, independentemente de a cidade escolhida ser Guaíba. "Queremos que fique na Metade Sul, onde todos os municípios têm condições de receber o empreendimento", salientou. O diretor financeiro do Sindilójas, José Medeiros, justificou que o sentimento é de revolta na cidade. Segundo ele, a maioria dos estabelecimentos comerciais manteve as portas fechadas durante a passeata, que partiu do Parque da Juventude, às margens do Guaíba, e seguiu até a sede local da Aracruz.

"Somos ordeiros e temos orgulho de ser gaúchos", comentou o tradicionalista Walter Carneiro, da Sociedade Beneficente Fraternidade Gomes Jardim. Ele percorreu o trajeto a cavalo, ao lado de cavalheiros do piquete Bento Gon-

çalves e de DTGs da cidade. A mobilização também teve apoio da OAB-RS, Polícia Civil e Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros, além de diversas associações de moradores, escolas de samba e times de futebol, entre eles Inter e Grêmio. O presidente do Conselho de Pastores de Guaíba, pastor Roberto dos Santos, aproveitou o momento para fazer uma oração coletiva pela paz.

FOTOS RICARDO GIUSTI



Empresa abre as portas à população

As cerca de mil pessoas que participaram ontem do ato de repúdio contra a Via Campesina foram convidadas a ingressar nas dependências da unidade da indústria, em Guaíba. "O sentimento é de emoção por essa e pelas demais manifestações de apoio recebidas", salientou o gerente-geral da Aracruz, Paulo Silveira. Ele assegurou estar trabalhando para anunciar, em breve, nova base no RS, com investimento de 1,2 bilhão de dólares. "Estamos empenhados para que o empreendimento venha para Guaíba", assinalou. Se a Aracruz optar por construir nova fábrica de celulose no Estado, há uma forte tendência de ampliação da unidade de Guaíba.

As expectativas são de que a planta já existente passaria a ter maior competitividade, pois o investimento em um parque fabril instalado seria benéfico para diluir os custos fixos do empreendimento. "A direção da empresa reconheceu as amplas manifestações de apoio, e o RS continua nos planos de crescimento da Aracruz", frisou. Conforme Silveira, depois da prefeitura, a indústria é o segundo maior empregador do município, com 500 empregos diretos e 1,5 mil indiretos.

A recuperação dos experimentos destruídos em Barra do Ribeiro poderá levar até seis anos. Já a reconstrução do laboratório de alta tecnologia genética deverá estar finalizada em seis meses. "Houve danos irreversíveis, pois perdemos sementes de árvores que não existem mais", explicou o consultor da Aracruz Celulose, geneti-



Faixas condenando a Via Campesina foram carregadas pelo povista florestal Teotônio Assis. Segundo ele, boa parte das matrizes que se perderam são "filhas e netas" de árvores já derrubadas. "Era o momento de estarmos colhendo frutos desses estudos, mas temos condições de buscar o tempo perdido", enfatizou Assis, acrescentando que a ação da Via Campesina "foi contra o Brasil".

O gerente-geral, porém, admitiu não entender a forma como os militantes da Via Campesina tiveram acesso ao Horto Florestal Barba Negra. "A ação foi pontual, pois, além de vencerem um labirinto de estradas, sabiam onde estava o laboratório e os viveiros que abrigavam as matrizes clonadas", comentou Silveira.

Cavalarianos lideraram marcha de protesto

Gerente-geral deseja investigação a fundo

Os atos de vandalismo contra a unidade da Aracruz carecem de uma investigação aprofundada, afirmou o gerente-geral da empresa, Paulo Silveira. "É preciso saber quem financiou e apoiou essa organização e as demais entidades que a compõem." O líder do PFL na Assembleia Legislativa, deputado José Sperotto, participou do ato realizado em Guaíba e condenou a invasão ocorrida em Barra do Ribeiro. "O governo federal tem que tomar uma posição urgente", defendeu. Ele ressaltou que os invasores devem ser identificados, presos e processados.

O secretário-geral de Guaíba, Roberto Quadros, lembrou que rotineiramente têm acontecido atos de vandalismo no Estado, "praticados por pessoas que se dizem ligadas a movimentos de trabalhadores".

Figura 5

Manifestação de Apoio da Comunidade II
Fonte: Correio do Povo, 14 de março de 2006, p.7

O Jornal do Comércio apresentava naquele mesmo dia, 14 de março, na página 23, na seção Geral uma matéria sobre a passeata no dia anterior. Sem foto, a matéria conta apenas com a entrevista do Secretário do Município, Roberto Quadros, que faz referência ao repúdio da população aos atos de vandalismo que aconteceram no estado.

Declaração 5: Secretário do Município de Guaíba

Esse ato confirma o sentimento da população de indignação contra os vários atos de vandalismo que vêm ocorrendo no Rio Grande do Sul e que têm ficado impunes.
(Depoimento de Roberto Quadros, Secretário do Município de Guaíba. Jornal do Comércio, dia 14, p.23)

Moradores de Guaíba fazem caminhada de apoio à Aracruz

Centenas de moradores de Guaíba realizaram ontem uma caminhada de repúdio à invasão do horto florestal Barba Negra, da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro. A iniciativa, promovida pela prefeitura e diversas entidades, percorreu cerca de três quilômetros entre o Parque da Juventude e a sede da empresa, onde uma comitativa foi recebida pelo gerente industrial da unidade de Guaíba, Paulo Silveira. "Não é a primeira vez que a comunidade manifesta apoio à Aracruz, o que é muito importante nessa hora em que a empresa está para definir um investimento de US\$ 1,2 bilhão no Estado", ressaltou.

A Aracruz representa 60% da arrecadação do município de Guaíba e emprega 500 funcionários diretos e outros 500 terceirizados. "Esse ato confirma o sentimento da população de indignação contra os vários atos de vandalismo que vêm ocorrendo no Rio Grande do Sul e que têm ficado impunes", explicou o secretário do Município, Roberto Quadros. Segundo ele, mesmo sem uma preparação logística prévia, o número de pessoas que participaram da caminhada foi surpreendente. "A concentração foi no início

da tarde e a caminhada sob sol forte, mas mesmo assim, muita gente esteve presente nessa atividade de solidariedade à Aracruz", disse.

A Polícia Civil continua ouvindo depoimentos de participantes e testemunhas da invasão ao horto florestal, comandada pela Via Campesina Internacional, na madrugada de quarta-feira passada. O delegado de Camaquã, Rudymar Rosales - que auxilia a delegada Raquel Dornelles, de Barra do Ribeiro, na montagem do inquérito -, disse que a dificuldade está sendo encontrar algumas pessoas envolvidas na ação que não residem na região. Por isso, policiais realizam diligências em todo Estado para intimar os que estão desaparecidos. "Todos aqueles que foram encontrados estão comparecendo normalmente para serem ouvidos", informou.

Ontem, o governador em exercício, Antonio Hohlfeldt, anunciou que vai pedir à Interpol informações sobre líderes da Via Campesina Internacional que deram entrevistas apoiando a depredação da Aracruz durante a II Conferência de Reforma Agrária, promovida pela FAO na semana passada.

Figura 6
Manifestação de Apoio da Comunidade
 Fonte: Jornal do Comércio, 14 de março de 2006, p.23

O jornal O Sul traz uma matéria sobre a manifestação pública em Guaíba na página 15, com informações semelhantes às já citadas e sem nenhum depoimento.

Comunidade de Guaíba faz manifestação contra vandalismo na Aracruz em Barra do Ribeiro.

A Aracruz Celulose recebeu ontem à tarde o apoio de aproximadamente 1 mil pessoas em Guaíba contra ato da Via Campesina realizado na quarta-feira em Barra do Ribeiro. Os manifestantes caminharam até a sede da empresa e entregaram um documento que repudia a ação. A companhia teve o laboratório e o horto florestal de sua unidade em Barra do Ribeiro destruídos, durante invasão do grupo. Com sede em Guaíba, a Aracruz é responsável por 60% do PIB (Produto Interno Bruto) do município.

A manifestação, organizada pela prefeitura, Câmara de Vereadores, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), lojistas, entidades e moradores, serviu também para incentivar a continuidade dos investimentos da Aracruz no Rio Grande do Sul. A empresa segue estudando a possibilidade de implementar uma nova



PASSEATA foi feita em apoio à empresa, que responde por 60% do PIB local.

unidade no Estado. O investimento total chegaria a 1,2 bilhão de dólares.

SEIS ANOS - Somente daqui a seis anos a Aracruz recuperará os prejuízos com a depredação de seus experi-

mentos, conforme a diretoria. Entre o material destruído estavam sementes de eucalipto de última geração oriundas de países como Austrália e Indonésia. A parte física do laboratório deverá estar recuperada em até seis meses.

Figura 7
Manifestação de Apoio da Comunidade
Fonte: Jornal O Sul, 14 de março de 2006, p.15

b) Autoridades

O Jornal Correio do Povo, na edição do dia 09 de março (Figura 8) traz em matéria de capa, as declarações do Governador do Estado em exercício Antônio Hohlfeldt, qualificando o ato como “provocação e bandidagem”. Mais adiante, na página 19 (Figura 10), sob o título “Reação do Governo” é aprofundada a opinião Hohlfeldt:

Declaração 6: Governador do Estado em Exercício

Não tem outro termo a usar. Sobretudo quando as pessoas se apresentam de capuz na cabeça. É assim que o Governo do Estado está interpretando isso: foi bandidagem (Depoimento de Antônio Hohlfeldt, Governador do Estado em exercício. Jornal Correio do Povo, dia 9, p.1)

A orientação é fazer um inquérito mais bem feito possível, buscando responsabilizar diretamente quem promoveu essa invasão, essa bandidagem (Depoimento de Antônio Hohlfeldt, Governador do Estado em exercício. Jornal Correio do Povo, dia 9, p.1).

Na matéria da capa (Figura 8), aparece também a declaração do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, qualificando o ato como “violento”, acrescentando que deveria ser tratada “no âmbito do poder judiciário”. Na página 19 (Figura 10), aparece um complemento à essa declaração, afirmando que o ministro declarou não concordar com o ato promovido pela Via Campesina no Horto Florestal da Aracruz.

No Jornal Zero Hora, já na capa (Figura 23), a notícia ganha grande destaque, evidenciando o risco de perda de um investimento de uma nova fábrica da Aracruz no Estado. Na página 4, descreve todo o incidente ocorrido e também faz referência ao pronunciamento de Rosseto, condenando a ação (Figura 25).

Declaração 7: Ministro do Desenvolvimento Agrário

Não tenho nenhuma concordância com o tipo de ação dessa natureza e não acho que isso colabore para o ambiente de debate que queremos para fortalecer uma estratégia de reforma agrária de combate à pobreza, de apoio à agricultura familiar do nosso país (Depoimento de Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário. Jornal Correio do Povo, dia 9, p.1).

O direito às manifestações faz parte do processo democrático, o que não podemos aceitar é um ambiente de violência (Depoimento de Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário. Jornal Correio do Povo, dia 9, p.1).

As ações dessa natureza nada têm a ver com o programa de reforma agrária e, portanto, este é um assunto que deve ser tratado pelo poder judiciário (Depoimento de Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário. Jornal Zero Hora, dia 9, p.4).

O inquérito irá responsabilizar diretamente quem promoveu essa invasão, essa bandidagem, Vamos chegar em quem provocou e responsabilizar os autores. (Depoimento de Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário. Jornal Zero Hora, dia 9, p.4).

O prefeito de Barra do Ribeiro, Anacleto Miliszewski também fez uma declaração que aparece na página 19 do Jornal Correio do povo (Figura 11), falando sobre a perda dos estudos genéticos. Acrescentou ainda o luto da cidade pós incidente.

Declaração 8: - Prefeito de Barra do Ribeiro

[. . .] colocaram no lixo anos de estudos genéticos e de clonagens de mudas de eucalipto (Depoimento de Anacleto Miliszewski, Prefeito de Barra do Ribeiro. Jornal Correio do Povo, dia 9, p.19).

[. . .] Estamos enlutados com o ocorrido, já que a Aracruz é parceira da prefeitura em ações culturais, esportivas e educacionais (Depoimento de Anacleto Miliszewski, Prefeito de Barra do Ribeiro. *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.19).

Também na página 19 do *Correio do Povo*, consta a declaração do Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Luis Roberto Ponte, lamentando os atos ocorridos contra a Aracruz (Figura 12).

O *Jornal Zero Hora* traz também uma declaração de Ponte, convocando a sociedade a se mobilizar contra esse tipo de ato (Figura 27)

Declaração 9: Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais

Um episódio destes acontece justamente no momento em que negociamos com a empresa um novo investimento na metade sul (Depoimento de Luis Roberto Ponte, Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.19).

Não acredito que um ato isolado possa modificar os planos (Depoimento de Luis Roberto Ponte, Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.19).

Ponte avaliou como inaceitáveis os prejuízos causados ao avanço da pesquisa de alta tecnologia. Frisou que as empresas de celulose instaladas no RS preservam o meio ambiente e têm alto grau de qualidade (Citação referente à declaração de Luis Roberto Ponte, Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.19).

A sociedade tem que repudiar esse ato, porque, caso contrário, isso seria mortal para as negociações com os investidores do setor (Depoimento de Luis Roberto Ponte, Secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais. *Jornal Zero Hora*, dia 9, p.4).

Na edição de 09 de março, o Jornal do Comércio (Figura 19) também faz referências ao posicionamento de Rosseto e Hohlfeldt já citado no Correio do Povo, com declarações de Hohlfeldt de como o Estado estava conduzindo a investigação e a punição dos invasores. A matéria também menciona o caos que o movimento provocou na II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, ocorrida na PUCRS, em Porto Alegre, no dia 08 de março.

No Jornal O Sul, são citadas ainda declarações de Antonio Hohlfeldt, já citadas nos outros jornais.

c) Empresários e Profissionais Liberais

O Jornal Correio do Povo do dia 09 de março mostra na página 19 que as entidades de classe também se posicionaram em relação ao fato ocorrido. Federasul, Fiergs, Fecomércio, FCDL e Farsul (Figura 13) emitiram nota repudiando a invasão. O conteúdo basicamente trata do direito de propriedade e do tipo de manifestação gerada. As entidades não chegaram a pronunciar, a partir de análise da matéria, defesa à atividade da empresa no estado, mas posicionaram-se veemente contra o ato ocorrido, repudiando:

Declaração 10: Federasul, Fiergs, Fecomércio, FCDL e Farsul

[. . .] as invasões e o vandalismo praticado por movimentos clandestinos em propriedades privadas do RS.

[. . .] Os atos citados destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por estes empreendimentos.

[. . .] a inviolabilidade do patrimônio dos indivíduos encontra-se acima de qualquer ideologia ou inclinação política.

[. . .] Estamos diante de casos de claro desrespeito ao direito de propriedade que têm sido repetitivos e de forma crescente em nosso estado e país.

[. . .] Esperamos uma posição firme e decidida do Governo do Estado e do Ministério Público Estadual e Federal para solucionar de imediato os casos lamentavelmente consumados e impedir que novas invasões ocorram (Trechos do manifesto de repúdio anunciado pelas entidades Federasul, Fiergs, Fecomércio, FCDL e Farsul, citadas pelo Jornal Correio do Povo, dia 9, p.19).

Também na página 19, o jornal mostra que representantes do setor madeireiro foram recebidos pelo Governador do Estado em exercício e pelo presidente da Assembléia Legislativa no dia do fato ocorrido. Entre os representantes, estava o gerente regional florestal da Aracruz, Renato Rostirolla (Figura 14).

A mesma matéria informa que a Associação Gaúcha de Empresas Florestais, divulgou nota oficial repudiando a ação em Barra do Ribeiro. Na mesma edição do jornal, consta a nota (Figura 14).

Declaração 11: Associação Gaúcha de Empresas Florestais

A sua solidariedade e total empenho em colaborar com a empresa Aracruz, corpo de funcionários e comunidade de Barra do Ribeiro, no sentido de demonstrar que esse episódio não denota somente uma agressão à empresa e ao direito da livre iniciativa, mas também a agressão à possibilidade de construção de um futuro alicerçado sob a égide do conhecimento e da integração social [. . .]

O seu profundo pesar pela destruição dos laboratórios onde estavam armazenados conhecimentos científicos desenvolvidos há mais de vinte anos, os quais estavam a serviço não somente da empresa, mas de toda a comunidade técnico científica gaúcha e brasileira, com o objetivo de gerar oportunidades de atividade sócio-econômica e de geração de renda.

[. . .] o setor florestal desenvolve seu projeto de crescimento baseado na expectativa de promoção de um desenvolvimento sustentável, capaz de gerar crescimento econômico com justiça social e conservação ambiental (Trechos do manifesto de repúdio publicado pela Associação Gaúcha de Empresas Florestais no Jornal Correio do Povo, dia 9, p.19).

Os jornais O Sul, Jornal do Comércio e Zero Hora não fazem menção a algum pronunciamento de entidades empresariais nas edições do dia 09 de março.

c) Jornalistas

A opinião dos jornalistas acerca do ato ocorrido foi avaliada a partir dos editoriais dos quatro jornais de maior circulação do Estado.

O jornal Correio do Povo do dia 09 de março publicou seu editorial criticando o ato de vandalismo cometido na invasão. Classificou o ato como “ uma operação terrorista” (Figura 9). Segundo o editorial, a ação da Via Campesina:

Declaração 12 : Editorial do jornal Correio do Povo

[. . .] pode desestimular importantes investimentos que beneficiarão com milhares de empregos exatamente o setor primário, meio do qual seriam provenientes os manifestantes [. . .]

Os gaúchos estão cansados. Não faltará apoio da sociedade para que as autoridades cumpram sua obrigação constitucional de garantir a ordem pública
(Trechos do Editorial Jornal Correio do Povo, dia 9, p.1).

O Jornal do Comércio, do dia 09 de março, divulgou um editorial totalmente focado para os rumos que este tipo de invasão estão tomando (Figura 18). Citou a Aracruz Celulose apenas em seu início, questionando o porquê dos movimentos sem-terra definirem o que é bom ou não para o Estado.

Declaração 13 : Editorial do Jornal do Comércio

Invasão de horto florestal, com destruição de viveiro de mudas para reflorestamento. Agora, a Via Campesina arvora-se, literalmente, em saber tudo o que é bom ou não para o Rio Grande do Sul (*Trechos do Editorial Jornal do Comércio, dia 9, p.2*).

O Jornal O Sul não divulgou editorial referente ao assunto.

A Zero Hora divulgou editorial (Figura 24), comentando que as ações violentas do MST estão prejudicando a própria imagem do movimento perante a sociedade. Com relação ao fato ocorrido na empresa, o jornal manifesta-se:

Declaração 14 : Editorial da Zero Hora

A área atingida pelo vandalismo, que inclui até mesmo laboratórios de pesquisa, é parte de um vasto projeto de florestamento que começa a tomar forma no Rio Grande do Sul e nos países do Cone Sul. Responsável pela propriedade, a empresa Aracruz está na iminência de anunciar um investimento (*Trechos do Editorial Jornal Zero Hora, dia 9, p.18*).

d) Ambientalistas , ONGs e Movimentos da Sociedade

No jornal Correio do Povo de 09 de março, não foi apresentada nenhuma declaração de ambientalistas ou ONGs gaúchas. Mas o jornal colheu declarações do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (Figura 8) do Movimento de Mulheres Camponesas (Figura 16) e da Via Campesina (Figura 16). Estes movimentos foram os protagonistas da invasão à empresa. Nas declarações eles deixam evidente sua posição contrária à atuação da empresa. Segundo os movimentos, a monocultura de eucaliptos, atividade da Aracruz Celulose, é prejudicial ao meio ambiente e à sociedade.

No Jornal Zero Hora, dá ênfase ao depoimento de uma colaboradora interna da empresa sobre a destruição do laboratório. Divulga também a declaração da porta-voz da Via Campesina, Lucy Piovesan. O mesmo jornal traz também o depoimento de João Pedro Stédile, líder do MST, sobre os novos alvos do MST (Figura 25)

Declaração 15: Coordenadora estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)

Escolhemos o Horto Florestal Barba Negra porque a área concentra a principal unidade de produção de mudas de eucaliptos e pinus da Aracruz (Depoimento de Irma Ostroski, Coordenadora estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.19).

Declaração 16: Adriana Maria, Coordenação estadual do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

Nos mobilizamos para denunciar os impactos ambientais da invasão desses desertos verdes criados pelo plantio de eucaliptos (Depoimento de Adriana Maria, da Coordenação estadual do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.19).

Declaração 17 : porta-voz da Via Campesina

Luci Piovesan alegou que a invasão representou a indignação das mulheres do campo pelos incentivos concedidos à agricultura empresarial e à expansão da indústria de celulose (Citação referente à declaração de Luci Piovesan, porta-voz da Via Campesina. *Jornal Correio do Povo*, dia 9, p.1).

Atacamos uma empresa que, aliada às outras, está transformando o pampa em monocultura de eucaliptos. (Depoimento de Luci Piovesan, porta-voz da Via Campesina. *Jornal Zero Hora*, dia 9, p.4).

Declaração 18 : líder do MST

Não é mais o capital industrial que controla a agricultura, é o financeiro. O inimigo não é mais o latifundiário tradicional, mas o grande capital internacional (Depoimento de Luci Piovesan, porta-voz da Via Campesina. Jornal Zero Hora, dia 9, p.4).

O Jornal do Comércio, na mesma data, divulga em chamada na capa (Figura 17) e matéria na página 20 (Figura 19) os objetivos da ação da Via Campesina, que foi denunciar as conseqüências ambientais e sociais do cultivo de eucalipto, acácia e pinus para celulose que, segundo o movimento, cria os chamados “desertos verdes”

Conforme divulga o Jornal do Comércio ainda, segundo a Via Campesina, a monocultura gera desgaste no solo e cada árvore de eucalipto consome 30 litros de água ao dia. A Via Campesina alega que a Aracruz persegue movimentos camponeses e indígenas no Espírito Santo e na Bahia.

O Jornal O Sul, em edição na mesma data, trouxe o assunto em matéria de capa (Figura 21) e em matéria na página 13 (Figura 22). Na matéria, descreve a ação de invasão na Aracruz e apresenta os objetivos do ato (denunciar o impacto ambiental e a redução dos postos de trabalho na agricultura familiar decorrentes da monocultura do eucalipto), mas não apresenta nenhuma entrevista ou declaração do MST ou da Via Campesina.

Vandalismo prejudica décadas de pesquisa

Militantes da Via Campesina e do MST invadem horto florestal em Barra do Ribeiro, danificam 1 milhão de mudas e destroem laboratório

Dois mil militantes ligados à Via Campesina e ao MST, a maioria mulheres, invadiram ontem o Horto Florestal Barba Negra, pertencente à Aracruz Celulose, destruíram estufas, inutilizaram pelo menos 1 milhão de mudas de eucaliptos e depredaram um laboratório de melhoramento genético. A ação ocorreu ontem em Barra do Ribeiro, a 60 quilômetros de Porto Alegre. Os invasores chegaram às 5h30min, renderam e trancaram os dois vigilantes num dos 37 ônibus e rasgaram plásticos e telas das estufas com facas amarradas na ponta de taquaras. Mesmo afirmando que a manifestação era pacífica, os invasores empunharam também foices, facões e porretes e cobriram os rostos com lenços. Falando como porta-voz da Via Campesina, Luci Piovesan alegou que a invasão representou a indignação das mulheres do cam-

po pelos incentivos concedidos à agricultura empresarial e à expansão da indústria da celulose.

"Há trabalhos de 20 anos de melhoramento genético que foram perdidos", lamentou o gerente regional florestal da Aracruz, Renato Rostirolla. Segundo ele, a invasão poderá prejudicar o RS na disputa para sediar uma nova unidade da empresa, que terá investimento de 1,2 bilhão de dólares. O governador em exercício Antonio Hohlfeldt qualificou o ato de "provocação e bandidagem". Ele manifestou sua desconfiança de que alguma instância da área federal de segurança tenha sonegado informações ao governo do Estado ou mesmo aos seus próprios órgãos. Lembrou que caberia à Polícia Rodoviária Federal (PRF) monitorar a movimentação da BR 116, por onde os ônibus transportando os manifestantes transitaram, mas a PRF informou que os 37 ônibus trafegaram por estradas secundárias. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, considerou violenta a ação em Barra do Ribeiro, acrescentando que deve ser tratada "no âmbito do poder Judiciário".

Depois da depredação do Horto Florestal, os manifestantes participaram de uma marcha na Capital. No final da caminhada, na entrada da PUCRS, onde se realiza uma conferência da ONU sobre reforma agrária, romperam uma barreira da Brigada Militar, com muita troca de empurrões.

Em Coqueiros do Sul, onde 2 mil invasores do MST estão desde o dia 28 de fevereiro na Fazenda Coqueiros, a Brigada Militar bloqueou o deslocamento de cerca de 300 sem-terra que iam da área onde montaram acampamento para a sede da fazenda, a 1,5 mil metros de distância. Os policiais militares tiveram que usar bombas de fumaça e balas de borracha para conter os invasores. **Página 19**



Depredação começou pelas estufas, rasgadas pelos militantes



Funcionários da empresa foram rendidos e trancados pelos invasores

Figura 8
Manifestação de Apoio da Comunidade
Fonte: Jornal Correio do Povo, 9 de março de 2006, p.1

Basta!

O bárbaro episódio de vandalismo contra o horto florestal da Aracruz Celulose é o ápice de uma série infausta de provocações. Ansiosos por tirar proveito dos holofotes da Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que ocorre em Porto Alegre, militantes abrigados sob bandeiras como a da Via Campesina e do MST buscaram o confronto na fazenda Coqueiros e em badernas nas ruas da Capital, enquanto investiam contra a unidade da Aracruz, em operação terrorista, que pode desestimular importantes investimentos, que beneficiarão com milhares de empregos exatamente o setor primário, meio do qual seriam provenientes os manifestantes, e a empobrecida Metade Sul do Estado.

O Rio Grande do Sul tem convivido tempo demais com atentados à lei, à ordem pública, às instituições e à propriedade privada. As reivindicações de terras para a reforma agrária ou as manifestações enfocando outros temas só perdem legitimidade com esses métodos selvagens, que aterrorizam a população, afugentam investidores, intranquilizam produtores e espalham a insegurança na comunidade.

Os gaúchos estão cansados. Não faltará o apoio da sociedade para que as autoridades cumpram sua obrigação constitucional de garantir a ordem pública.

Figura 9

Editorial do Jornal Correio do Povo

Fonte: Correio do Povo, 09 de março de 2006, p.1

Reação do governo

O governador em exercício Antonio Hohlfeldt classificou o ataque ao Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, como "provocação e bandidagem". "Não tem outro termo a usar. Sobretudo quando as pessoas se apresentam de capuzes na cabeça. É assim que o governo do Estado está interpretando isso: foi bandidagem", afirmou Hohlfeldt, momentos antes de receber a visita de representantes do setor madeireiro. O governador também ressaltou que priorizará a elaboração do inquérito que irá apurar os culpados da ação. "A orientação é fazer um inquérito mais bem feito possível, buscando responsabilizar diretamente quem promoveu essa invasão, essa bandidagem."

Segundo Hohlfeldt, até o momento nenhuma pessoa do grupo foi identificada, apenas as numerações das placas de alguns



Hohlfeldt disse que houve 'provocação e bandidagem'

RICARDO GUSTI

ônibus usados na ação. Ele criticou a esfera federal, que não teria comunicado à Brigada Militar sobre a circulação dos 37 ônibus pela rodovia. "Muito provavelmente a área federal sonegou informações ao governo do Estado", observou. "Houve uma série de reuniões prevendo as atribuições que caberiam a cada um; ao Estado, caberia o monitoramento nos espaços não-federais. A rodovia utilizada é federal, portanto, não cabia à BM fazer o acompanhamento. E não foi feito monitoramento pela outra parte."

Figura 10

Reação do Governo

Fonte: Jornal Correio do Povo, 9 de março de 2006, p.19

Prefeito faz denúncia

A destruição das mudas de eucalipto no Horto Florestal Barba Negra retardará em 120 dias o plantio de novas florestas em Barra do Ribeiro. A ação da Via Campesina também atingirá 400 pessoas contratadas pela Aracruz Celulose especialmente para a execução do trabalho. "Foi uma surpresa desagradável, pois nossa cidade nunca tinha enfrentado esse tipo de manifestação", afirmou o prefeito de Barra do Ribeiro, Anacleto Miliszewski (PT). Segundo ele, é inadmissível que 37 ônibus transportando os manifestantes tenham circulado pelo município durante a madrugada sem chamar a atenção das autoridades locais. "Colocaram no lixo anos de estudos genéticos e de clonagem de mudas de eucalipto", lamentou.

O prefeito denunciou ainda que outra empresa produtora de mudas estabelecida no município igualmente está sob ameaça de invasão. "Encaminharei pedido de reforço à Brigada Militar, a fim de evitar que novas invasões e destruições ocorram na cidade", frisou. Para Miliszewski, as perdas verificadas no Horto Florestal Barba Negra são lastimáveis. "Estamos enlutados com o ocorrido, já que a Aracruz Celulose é parceira da prefeitura em ações culturais, esportivas e educacionais."

Um inquérito foi instaurado na DP de Barra do Ribeiro visando à identificação dos líderes da mobilização. O Departamento de Criminalística do



Depois do ataque (acima), invasores passaram à ação

Instituto-Geral de Perícias foi acionado para realizar levantamento dos danos causados à empresa. Além de integrantes do MST e do MCC, também participaram das destruições ativistas dos movimentos dos Pequenos Agricultores e dos Atingidos por Barragens, da Pastoral da Juventude Rural e da Comissão Pastoral da Terra.

O presidente da Farsul, Carlos Sperotto, suspeita que estrangeiros estejam entre os envolvidos nas invasões da fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, e da unidade da Aracruz. Ele repudiou os atos de vandalismo em Barra do Ribeiro. "É com esse tipo de gente que lidamos no meio rural."

Figura 11

Prefeito faz denúncia

Fonte: Jornal Correio do Povo, 9 de março de 2006, p.19

Ponte mantém as esperanças

O secretário estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Luis Roberto Ponte, lamentou os atos que resultaram em sérios prejuízos à Aracruz Celulose. "Um episódio desses acontece justamente no momento em que negociamos com a empresa um novo investimento na Metade Sul." Para ele, porém, as tratativas não estão inviabilizadas. "Não acredito que um ato isolado possa modificar os planos."

Ponte avaliou como inaceitáveis os prejuízos causados ao avanço da pesquisa de alta tecnologia. Frisou que as empresas de celulose instaladas no RS preservam o meio ambiente e têm alto grau de qualidade. Ele prometeu a adoção de medidas para evitar vandalismo contra as outras unidades da Aracruz, os empreendimentos da Votorantim Celulose e Papel e os 36 mil hectares de terra pertencentes à Stora Enso.

Figura 12

Ponte mantém as esperanças

Fonte: Jornal Correio do Povo, 9 de março de 2006, p.19

Federações emitem manifesto

Federasul, Fiergs, Fecomércio, FCDL e Farsul emitiram nota, ontem, repudiando "as invasões e o vandalismo praticados por movimentos clandestinos em propriedades privadas do RS". Conforme a nota, esses atos "destróem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos". As entidades afirmam que "a inviolabilidade do patrimônio dos indivíduos encontra-se acima de qualquer ideologia ou inclinação política". "Estamos diante de casos de claro desrespeito ao direito de propriedade que têm sido repetitivos e de forma crescente em nosso Estado e no país", acrescenta. "Esperamos uma posição firme e decidida do governo do Estado e do Ministério Público Estadual e Federal para solucionar de imediato os casos lamentavelmente consumados e impedir que novas invasões ocorram."

Figura 13

Federações emitem manifesto

Fonte: Jornal Correio do Povo, 9 de março de 2006, p.19

Setor madeireiro no Piratini

Representantes do setor madeireiro foram recebidos ontem pelo governador em exercício Antonio Hohlfeldt e pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Luiz Fernando Záchia (PMDB). Entre eles, estava o gerente regional florestal da Aracruz, Renato Rostirolla. *Renato Rostirolla*

Ele reiterou esperar que as negociações entre a empresa e o Estado avancem, no sentido de trazer para o RS a nova unidade da Aracruz. "Se sabe que não foi um movimento dos gaúchos. Pelo contrário, o povo e o



governo querem que o investimento fique aqui. Eu, como gaúcho, torço para que sim." Pela manhã, Rostirolla advertira sobre o desestímulo provocado pelo ato de vandalismo.

Segundo Rostirolla, além da perda de longos anos de pesquisas, está estimado em 400 mil dólares o prejuízo causado pela destruição do laboratório de alta tecnologia no Horto Florestal. Ele informou que um outra empresa, que também presta serviços para a Aracruz, teria recebido ameaças. Referida empresa está construindo o maior viveiro de mudas nativas, pinus e eucaliptos da América Latina. A Associação Gaúcha de Empresas Florestais divulgou nota oficial repudiando a ação destrutiva em Barra do Ribeiro.

ÔNIBUS — Segundo a PRF, os 37 ônibus que conduziram os camponeses até a unidade da Aracruz, em Barra do Ribeiro, teriam utilizado uma estrada interna, e não a BR 116. A PRF esclareceu que, ao ser informada de que cerca de 40 ônibus se deslocavam de Tapes em direção a Porto Alegre, realizou ronda entre 3h e 7h, sem que fosse avistado qualquer coletivo.

Figura 14

Setor madeireiro no Piratini

Fonte: Jornal Correio do Povo, 9 de março de 2006, p.19

MENSAGEM DA AGEFLOR À SOCIEDADE RIOGRANDENSE

Em relação aos graves fatos ocorridos na data de 08/03/2006, quando a empresa Aracruz Celulose, seu corpo de funcionários e a comunidade de Barra do Ribeiro foram violentados pela invasão da empresa, destruição de seus laboratórios e trabalhos técnicos científicos, a AGEFLOR dirige-se à comunidade riograndense em geral, setor público, privado e sociedade civil no sentido de registrar o que abaixo segue:

- O seu repúdio veemente aos atos praticados com violência pelo Movimento Via Campesina, caminho oposto ao que a sociedade riograndense busca trilhar em nome do desenvolvimento social, econômico e no culto à cultura da paz;
- A sua solidariedade ao constrangimento e abalo psicológico patrocinado gratuitamente a todos os seres humanos violentados neste processo, pessoas diretamente envolvidas e prejudicadas, estejam na condição de funcionários, moradores, cientistas, pequenos empresários e comunidade de Barra do Ribeiro;
- A sua solidariedade e total empenho em colaborar com a empresa Aracruz, corpo de funcionários e comunidade de Barra do Ribeiro, no sentido de demonstrar que este episódio não denota somente uma agressão à empresa e ao direito da livre iniciativa, mas também uma agressão às possibilidades de construção de um futuro alicerçado sob a égide do conhecimento e da integração social, sobretudo sob a inspiração e referência ao lema pátrio contido no Pavilhão Nacional, qual seja: "Ordem e Progresso";
- O seu profundo pesar pela destruição dos laboratórios onde estavam armazenados conhecimentos científicos desenvolvidos há mais de vinte anos, os quais estavam a serviço não somente da empresa, mas de toda a comunidade técnico-científica gaúcha e brasileira, com o objetivo de gerar oportunidades de atividade sócio-econômica e de geração de renda;
- Que o Setor Florestal do Rio Grande do Sul iniciou suas atividades no Estado há mais de setenta anos, onde, atualmente, somente em termos de associados da AGEFLOR, 56 empresas desenvolvem atividades em mais de 100 municípios, gerando 200 mil empregos;
- Por outro lado, o Setor Florestal desenvolve atualmente seu projeto de crescimento baseado na expectativa de promoção de um desenvolvimento sustentável, capaz de gerar crescimento econômico com justiça social e conservação ambiental;
- Considera ainda importante considerar que este projeto traz a possibilidade de criação de oportunidades para mais de 400 mil famílias, e acena com esperança para famílias urbanas e camponesas, que hoje encontram-se excluídas socialmente e sem oportunidades de integrarem-se a processos de geração de renda familiar;
- E, por fim, à Comunidade Riograndense, deixar um alerta para reflexões e desdobramentos: a construção de uma sociedade desenvolvida e justa passa necessariamente pelo apreço à diversidade, à ordem, ao desenvolvimento do conhecimento e da ciência, ao culto ao trabalho, à liberdade e, antes de tudo, pela cultura da paz. A intolerância praticada ao exemplo do que ocorreu, se tolerada, somente garante uma sociedade violenta e arbitrária, onde prosperam todos os frutos do mal;
- Por fim, registra seu empenho de colaborar efetivamente, de forma persistente, com a sociedade em geral, com os representantes da sociedade civil e autoridades sempre que houver oportunidade para combater o mal através do BEM.

Porto Alegre, aos 09 de março de 2006.

Roque Justen • Presidente

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMPRESAS
FLORESTAIS - AGEFLOR



Figura 15
Mensagem da AGEFLOR à sociedade riograndense
Fonte: Correio do Povo, 09 de março de 2006, p.19

Horto florestal sofre invasão e destruição

ândalos ligados à Via Campesina, com os rostos cobertos, atacaram a propriedade da Aracruz Celulose durante a madrugada

Aproximadamente 2 mil camponeses ligados à Via Campesina invadiram, às 5h de ontem, o Horto Florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, de propriedade da Aracruz Celulose, e destruíram cerca de 1 milhão de mudas de eucalipto prontas para o plantio, além de inutilizar totalmente um laboratório de pesquisa de alta tecnologia. A invasão poderá retirar o RS da disputa de uma nova unidade da indústria, totalizando investimento de 1,2 bilhão de dólares. "O Estado era um grande concorrente, mas esse tipo de ação desestimula a expansão dos negócios", salientou o gerente regional florestal da Aracruz Celulose, Renato Rostirolla, ainda chocado após ver os destroços. Segundo ele, os invasores prejudicaram 20 anos de pesquisas envolvendo a evolução

das florestas de eucalipto. "Misturaram sementes obtidas por intermédio de cruzamentos para melhorar a genética", lamentou.

Os manifestantes cobriram os rostos com lenços ou toucas-ninjas para não serem identificados durante a destruição das estufas, onde estavam depositados os viveiros com as mudas que seriam plantadas a partir de ontem. Outros cobriram a cabeça com o *hata* - lenço-símbolo da revolução palestina. Embora justificando que a mobilização era pacífica, os invasores empunhavam porretes, foices, facões e taquaras. Os invasores precisaram de apenas 45 minutos para fazer o estrago. O gru-

po ainda dominou dois seguranças que, sob a ameaça de foices, foram obrigados a embarcar em um ônibus com placas de Pelotas. Ao término do ato, ambos foram libertados.

De acordo com Irma Ostroski, da coordenação

estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o objetivo era denunciar o avanço da monocultura de eucaliptos no RS. "Escolhemos o Horto Florestal Barba Negra porque a área concentra a principal unidade de produção de mudas de eucaliptos e pinus da Aracruz", afirmou. Pelo menos 90% dos manifestantes eram mulheres, que aproveitaram a mobilização para marcar o Dia Internacional da Mulher. "Nos mobilizamos para denunciar os impactos ambientais da invasão desses desertos verdes criados pelo plantio de eucaliptos", ressaltou Adriana Maria, da coordenação estadual do Movimento de Mulheres Camponesas (MCC). A invasão foi acompanhada por 30 representantes da Via Campesina Internacional.



Figura 16

Horto florestal sofre invasão e destruição

Fonte: Correio do Povo, 09 de março de 2006, p.19



Figura 17
Via Campesina – Manifestantes invadem horto da Aracruz
Fonte: Jornal do Comércio, 9 de março de 2006, p.1

Até quando os sem-terra abusarão da nossa paciência

Invasão de horto florestal, com destruição de viveiros de mudas para reflorestamento. Agora, a Via Campesina arvora-se, literalmente, em saber tudo o que é bom, ou não, para o Rio Grande do Sul. Com o dinheiro advindo do "pedágio" cobrado sobre as verbas federais repassadas aos assentados, uma vergonha e extorsão criminal, eis que é recurso público e com finalidade de sustento, organizações como a Via Campesina e o MST extrapolam todos os limites. Não param mais diante sequer de oficiais de justiça, no cumprimento de mandados. Intimações são rasgadas, caravanas de ônibus pagos com dinheiro à vista cortam o Estado nas madrugadas, deslocando gente que está vivendo de invadir, marchar, depredar, zombar da lei. E, repetimos, são sustentados pelo dinheiro dos impostos, de quem tem suas terras ocupadas, suas empresas vergastadas. Pouco antes, o ministro Miguel Rossetto, fala mansa, bem articulada, repete obviedades e passa ao largo na avaliação do grave delito. Estamos fazendo isso, aquilo. Maioria dos assentamentos não dependem mais do governo. Construímos casas e levamos energia elétrica para os acampamentos e por aí vai. A pergunta da sociedade que trabalha, tem compromissos e é temente às autoridades - não é, definitivamente, o caso do MST e da Via Campesina - é até quando tais movimentos abusarão da paciência do conjunto dos gaúchos. Estamos em outra edição do "Abril Vermelho". Agora, em março. No Rio Grande, em São Paulo e no Nordeste. Pegaram gosto de fazer o que bem entendem. Querem o confronto. Com mulheres grávidas e crianças à frente, buscam mártires para que assentamentos levem o nome dessa ou daquela vítima que virá, inevitavelmente, no rastro da escalada de desrespeito. É dito, foi declarado e sabe-se que a reforma Agrária é uma decisão nacional. Mas, como ela, a geração de empregos, a austeridade das finanças, o Bolsa Família. Se a agricultura familiar

responde por 60% da produção gaúcha, segundo o ministro Rossetto, há que haver respeito de todos para com todos. O governo federal, cedendo às pressões das invasões, libera verbas e mais verbas. O movimento se tornou um saco sem fundo, porém poucos são os resultados práticos. É aqui, é no Nordeste, é no Pontal do Paranapanema, onde o controverso José Rainha é acusado até assassinatos pelos próprios companheiros. Está na hora de se abrir a autêntica caixa-preta de todos os atores que vêm convulsionando a zona campesina no Brasil. A situação cansou e não se pode mais ir acobertando, em nome de uma legítima reforma Agrária, esta balbúrdia de profissionais de invasões que vão de acampamento em acampamento, liderando outros, a maioria tendo lotes doados mas para os quais não dão importância. Parece claro que a motivação política, mesmo sob um governo petista, que sempre apoiou o MST em outras administrações federais e estaduais, é o que predomina hoje. O MST recebe dinheiro oficial diretamente para proporcionar educação, alimentação, compra de sementes e implementos agrícolas, mas não presta contas a ninguém. A luta de classes tem sido pregada abertamente e estamos deixando criar-se um governo campesino paralelo às autoridades, tanto nos estados como em claro enfrentamento com as autoridades federais. Estas, pelo seu viés ideológico, olham para o lado quando dos desmandos. Há que se dar um basta na anarquia. Reforma Agrária sim, mas dentro da lei, com cadastramento, com a mão forte dos poderes públicos e da Justiça orientando-a. Não debaixo do controle de milícias, com facões e toucas, atentando contra o direito de propriedade, a ordem e a lei.

Figura 18

Editorial do Jornal do Comércio

Fonte: Jornal do Comércio, 09 de março de 2006, p.2

Manifestantes invadem área da Aracruz

Protesto coordenado pela Via Campesina causa prejuízos no borto florestal da empresa em Barra do Ribeiro

No Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem, mais de mil camponesas ligadas à Via Campesina Internacional realizaram um protesto, durante a madrugada, no horto florestal Barba Negra, da Aracruz Celulose, no município de Barra do Ribeiro. As manifestantes chegaram em 40 ônibus e invadiram o local destinado à pesquisa genética e produção de mudas de árvores utilizadas na indústria de celulose e papel, como eucaliptos e pinus.

De acordo com a empresa, os seguranças foram rendidos, os empregados ameaçados, destruída parte do viveiro de plantas e do laboratório de pesquisa. Sem divulgar os valores do prejuízo, uma nota da Aracruz salienta que aproximadamente um milhão de mudas foram perdidas, além de computadores, sementes e material genético que teria levado 15 anos para serem produzidos.

A ação pode gerar a perda de novos recursos investidos pela Aracruz no Estado, sustenta o gerente florestal da empresa, Renato Rostirolla. Segundo ele, seriam anunciados investimentos de US\$ 1,2 bilhão até junho. A Aracruz é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto. Responde por cerca de 30% da oferta global do produto, destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

A Federasul, a Fiergs, a Fecomércio, a FCDL e a Farsul protestaram contra a invasão e o vandalismo praticado em propriedades privadas. "Esses atos que afrontam a lei, agridem a democracia e também destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos", diz a nota conjunta divulgada ontem. A Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor) também criticou a ação da Via Campesina e defendeu as atividades do setor no Estado, onde 56 empresas atuam em mais de cem municípios, gerando 200 mil empregos.



Mulheres promoveram ação durante a madrugada no local destinado à pesquisa

O objetivo do protesto foi denunciar as consequências sociais e ambientais do cultivo de eucaliptos, acácia e pinus para celulose, o que criaria os chamados "desertos verdes". Segundo a Via Campesina, a monocultura de eucalipto gera desgaste no solo, sendo cada

planta capaz de consumir 30 litros de água por dia. A entidade alega que a Aracruz persegue os movimentos camponeses e indígenas no Espírito Santo

e na Bahia. Pelos cálculos da Via, a empresa possui mais de 250 mil hectares de "deserto verde" plantados no País, sendo 50 mil no Estado.

Figura 19

Manifestantes invadem área da Aracruz

Fonte: Jornal do Comércio, 9 de março de 2006, p.20

Ação recebe críticas de Rossetto e Hohlfeldt

A invasão à Aracruz recebeu críticas do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que salientou que a ação nada tem a ver com o programa de reforma agrária, devendo ser tratada no âmbito do Poder Judiciário. Rossetto se encontra em Porto Alegre, presidindo a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Ciradr), promovida pela FAO e pelo Ministério.

O governador em exercício, Antonio Hohlfeldt, que se reuniu com dirigentes da Secretaria de Justiça e Segurança e com a Ageflor, chamou a ação de "bandagem". Ele prometeu que os autores da invasão serão responsabilizados criminalmente. "Estamos periciando o local e buscando informações sobre os ônibus que levaram os manifestantes até lá através das placas. Pessoas ou entidades serão identificadas e irão responder", garantiu. Hohlfeldt afirmou que a Brigada Militar não sabia do protesto. "Viaturas monitoraram o deslocamento dos ônibus até o ingresso numa rodovia federal. Dali em diante, é de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal", explicou. As mani-



Na entrada da PUC, também houve tumulto

festantes da Via Campesina se encontram na Região Metropolitana para participar do fórum paralelo à Ciradr que ocorre na PUC.

Tentativa de entrar na conferência da FAO gera confronto com a BM

Após o protesto na Aracruz, as camponesas marcharam pelas ruas de Porto Alegre até a PUC, onde está sendo realizada a II Ciradr. As manifestantes foram impedidas de ingressar no evento pela BM no portão de entrada. Depois de muita confusão e empurra-empurra, os organizadores da Conferência permitiram o acesso ao estacionamento da universidade, onde houve um enterro simbólico de algumas empresas ligadas ao agronegócio. Uma das líderes do movimento, Adriana dos Santos, criti-

cou a ação da BM. "No Dia Internacional da Mulher tivemos que apanhar da polícia para sermos atendidas", disse.

Um grupo de 50 camponesas foi autorizado a entrar no plenário da Ciradr. Com os trabalhos interrompidos durante meia hora, elas leram um manifesto pedindo um novo modelo de reforma agrária que favoreça o pequeno produtor e preserve a biodiversidade, além de criticar a Organização Mundial do Comércio (OMC), o FMI e o Banco Mundial.

Figura 20

Ação recebe críticas de Rosseto e Hohlfeldt

Fonte: Jornal do Comércio, 9 de março de 2006, p.20

INVASORES DESTROEM CENTRO DE PESQUISAS.

Página 13



INVASORES DESTROEM PLANTAS E ENFRENTAM A POLÍCIA.

Depois de destruir cerca de 1 milhão de mudas de eucalipto e equipamentos dos laboratórios de pesquisa da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, na madrugada de ontem, o grupo de mulheres do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) voltou para Porto Alegre a tempo de participar da marcha pelo Dia Internacional da Mulher. A caminhada reuniu cerca de 3 mil mulheres pelas ruas da capital. Os manifestantes seguiram até o campus da PUC-RS, onde aconteceu a II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Em frente à universidade, houve um pequeno confronto entre os manifestantes e a polícia (foto), que acabou permitindo a entrada do grupo no auditório onde ocorre o evento da ONU. Página 13

Figura 21

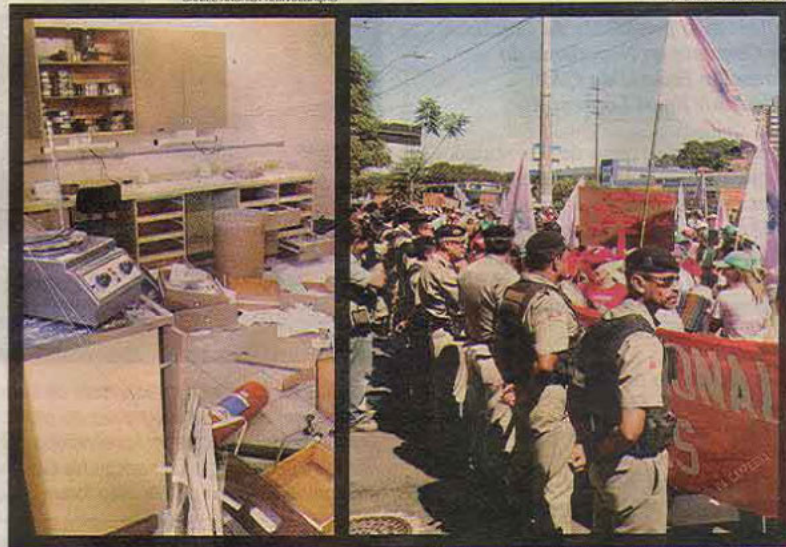
Invasores destroem centro de pesquisas
Fonte: Jornal O Sul, 09 de março de 2006, p.1

Invasores da Aracruz Celulose, próxima a Porto Alegre, destróem viveiros de florestas nativas.

Cerca de 2 mil integrantes da Via Campesina deprederam, na madrugada de ontem, o horto florestal da Aracruz Celulose, localizado na fazenda Barba Negra, em Barra do Ribeiro, perto de Porto Alegre. Os ativistas, a maioria mulheres, destruíram 1 milhão de mudas prontas para plantio e um laboratório contendo materiais genéticos que levaram 15 anos para serem produzidos, de acordo com a Aracruz.

Os manifestantes chegaram ao local em ônibus e, utilizando taquaras com facas amarradas nas pontas, renderam seguranças da empresa e realizaram a deprecação. Em comunicado, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) informou que o ato teve como objetivo denunciar o impacto ambiental e a redução de postos de trabalho na agricultura familiar decorrentes da monocultura de eucalipto.

"Até então afirmavam que as invasões eram em áreas não-produtivas, mas agora invadiram um laboratório", destacou o gerente regional da Aracruz, Renato Afonso Rostirolla, que estima um prejuízo tecnológico de mais de 800 mil reais. Além disso, ele ressaltou que 150 hectares de mudas deixarão de ser plantados em função do ataque. O produto abastecerá a



MANIFESTANTES que deprederam prédio da empresa (E) participaram de marcha de protesto na capital (D).

fábrica de celulose da empresa em Guaíba, onde a segurança foi reforçada.

Em reunião com o governador em exercício do RS, Antonio Hohlfeldt, Rostirolla disse esperar que a ação não prejudique o Estado na competição para sediar o novo investimento florestal da companhia - líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto.

As placas dos veículos usados pelos ativistas e imagens gravadas pelas câmeras da empresa durante a invasão

serão inseridas no inquérito policial aberto para apurar o caso. "O inquérito responsabilizará diretamente quem promoveu essa bandidagem", frisou Hohlfeldt. Ele disse que também será averiguado por que a PRF (Polícia Rodoviária Federal), responsável pela segurança na rodovia por onde trafegaram os ônibus, não comunicou o fato à BM (Brigada Militar).

A PRF informou que rondas policiais não constatarem o comboio, saído de Tapeces, na BR-116 e na BR-290,

antes da entrada na propriedade da Aracruz.

MARCHA - Após a invasão, os autores do ataque engajaram-se ontem pela manhã, em Porto Alegre, na marcha em comemoração ao Dia Internacional da Mulher organizada por entidades ligadas à agricultura camponesa. Os manifestantes pretendiam participar da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que terminará amanhã no campus central da Pucrs.

na Zona Leste da capital.

No local, encontraram um efetivo da BM impedindo a abertura dos portões que davam acesso ao prédio do evento. Com a derrubada de uma grade e tumulto entre as partes, foi decidido que apenas uma delegação representativa do movimento poderia entrar no recinto. Na conferência, o grupo apresentou um manifesto pedindo eficácia na reforma agrária e a proibição do que classifica como “desertos verdes”.

Presente ao encontro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, reprovou a destruição praticada no horto florestal. As ações dessa natureza nada têm a ver com a política de assentamento rural aplicada por meio de programa governamental e, portanto, “devem ser tratadas pelo Poder Judiciário”, salientou.

BLOQUEIO – Pelo menos 2 mil pessoas bloquearam ontem à tarde uma pista da BR-158, em Júlio de Castilhos, no Centro do RS, em protesto à política agrícola do governo federal. Nos próximos dias, outras manifestações serão realizadas às margens da rodovia, com a distribuição de impresso reivindicatório aos motoristas, conforme líderes do movimento.
(AMB com agências)

Figura 22
Invasores da Aracruz Celulose, próxima a Porto Alegre, destroem viveiros de florestas nativas.
Fonte: Jornal O Sul, 09 de março de 2006, p.13

Ação violenta do MST ameaça investimento de US\$ 1,2 bi no RS

Na sua mais agressiva operação em solo gaúcho em muitos anos, integrantes da Via Campesina destruíram quase duas décadas de pesquisa da empresa Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro. O vandalismo (foto), protagonizado em especial por mulheres,

> Deslocamento de 1,5 mil pessoas não teve alerta ou vigilância



atingiu experimentos científicos, estufas e mudas de eucaliptos. A ação deixa sob suspense a decisão do grupo, que estuda onde construir sua nova fábrica para produção de celulose, prevista para gerar até 50 mil empregos diretos e indiretos.

> Ataque a fazenda de pesquisa destrói 3 milhões de mudas

Figura 23

Ação violenta do MST ameaça investimento de US\$ 1,2 bi no RS
Fonte: Jornal Zero Hora, 9 de março de 2006, p.1

Autodestruição de imagem



A destruição de milhões de mudas de eucaliptos do viveiro da Aracruz, em Barra do Ribeiro, por integrantes da Via Campesina, caracteriza-se como um ato de truculência que provoca ao mesmo tempo prejuízos para o agronegócio e para a própria imagem do movimento dos sem-terra. A operação, protagonizada principalmente por mulheres, ultrapassou os limites das manifestações democráticas que os movimentos sociais têm o direito de promover. Soa como provocação despropositada num momento de extrema tolerância das autoridades com as invasões e até mesmo com a desobediência às ordens ju-

diciais de desocupação.

A área atingida pelo vandalismo, que inclui até mesmo laboratórios de pesquisa, é parte de um vasto projeto de florestamento que começa a tomar forma no Rio Grande do Sul e em países do Cone Sul. Responsável pela propriedade, a empresa Aracruz está na iminência de anunciar um investimento de US\$ 1,2 bilhão, disputado pelo governo gaúcho, que a depredação de ontem pode acabar prejudicando.

Não cabe à Via Campesina concluir que propriedades dedicadas ao florestamento descumprem a função social prevista pela Constituição. Igualmente não é atribuição dos movimentos sociais organizados decidir que supostas violações a esse princípio

significam carta-branca para a invasão e a destruição.

A reforma agrária é uma pretensão legítima de segmentos sociais excluídos, desde que os meios para chamar a atenção para a causa respeitem a lei. A substituição do diálogo pela força gera inequívoco repúdio da sociedade, como mostra recente pesquisa de opinião realizada pelo Ibope para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA): 56% das pessoas consultadas acham que as ações do MST trazem mais resultados negativos do que positivos. É uma evidência de que a organização, ao patrocinar ações radicais como a de ontem, está prejudicando a própria causa.

Figura 24

Editorial do Jornal Zero Hora

Fonte: Zero Hora, 09 de março de 2006, p.18

Questão agrária

Destruição

CARLOS WAGNER

Numa ação violenta, um contingente estimado em 1,5 mil agricultores, a maioria mulheres, invadiu e destruiu ontem um laboratório, experimentos científicos, oito estufas e pelo menos 3 milhões de mudas de eucaliptos na Fazenda Barba Negra, de propriedade da Aracruz Celulose SA, em Barra do Ribeiro.

A ação colocou em risco o emprego de 1,2 mil pessoas que já trabalham na empresa e outros 50 mil empregos diretos e indiretos que podem ser gerados caso a Aracruz escolha o Estado como sede de seu novo investimento: uma nova fábrica de US\$ 1,2 bilhão.

Os invasores chegaram à Barba Negra em torno de 4h30min e saíram de lá menos de uma hora depois, por volta das

5h15min. As 4 milhões de mudas destruídas estavam prontas para ser plantadas e garantiriam o suprimento da fábrica de celulose daqui a sete anos.

A invasão pegou carona em um momento de visibilidade do Rio Grande do Sul, palco até amanhã da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, evento promovido pelas Nações Unidas que reúne no campus da PUCRS organizações de diferentes partes do mundo e autoridades. Na reunião, na terça-feira à noite, o líder do MST João Pedro Stedile havia salientado:

– Não é mais o capital industrial que controla a agricultura, é o financeiro. O inimigo não é mais o latifundiário tradicional, mas o grande capital internacional.

Além dos prejuízos, o vandalismo afetou profissionais como Isabel Barros Gonçalves, 52 anos, analista do laboratório.

– As instalações físicas podem ser recuperadas. Mas o material de pesquisa, não. Imagine o que é ver espalhadas pelo chão sementes que acompanhei nos últimos 19 anos – disse, em lágrimas.

A presença feminina seria um seguro para invasores

Luciana Piovesan, 32 anos, do Movimento das Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul, tem outra visão:

– Atacamos uma empresa que, aliada a outras, está transformando o pampa em monocultura de eucaliptos.

A Barba Negra foi escolhida como alvo há dois meses, na organização da agenda de atividades que seriam realizadas pela Via Campesina (articulação mundial de movimentos sociais) durante a conferência. A invasão ficou a cargo das mulheres por um motivo político, pelo fato de que ocorreria no Dia Internacional da Mulher, e outro prático. Caso fosse encontrada resistência, a presença do público feminino seria um seguro para os invasores.

Não houve reação. Os agricultores se deslocaram em mais de 40 ônibus e não tiveram problemas em render os dois vigias da Aracruz, que estavam desarmados. A ação foi testemunhada por três emissoras de TV – SBT, Bandeirantes e Record – que tiveram acesso à informação com antecedência, além do fotógrafo free lancer Jefferson Bernardes. A presença de câmeras simultâneas à invasão evidenciou a intenção do movimento de dar publicidade a seu ato.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, em Porto Alegre, condenou a ação:

– Ações dessa natureza nada têm a ver com o programa de reforma agrária e, portanto, este é um assunto que deve ser tratado pelo Poder Judiciário.




Isabel Gonçalves



Tubos de ensaio foram quebrados



Armas foram encontradas na área da fazenda

Figura 25
Destruição

Fonte: Jornal Zero Hora, 9 de março de 2006, p.4



A depredação de laboratório e de experimentos científicos, que pode abortar novos investimentos no Estado, foi consumada em menos de uma hora por centenas de manifestantes, a maioria mulheres.

Figura 26
Retrato da destruição
Fonte: Jornal Zero Hora, 9 de março de 2006, p.4

Ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão

TATIANA CRUZ

A ação violenta do MST foi realizada poucas semanas antes de a Aracruz definir a localização de seu novo investimento. O Estado disputa com o Espírito Santo e a Bahia a construção de uma fábrica de US\$ 1,2 bilhão para produção de 1 milhão de toneladas de celulose, o que pode gerar 50 mil empregos diretos e indiretos.

Apesar do prejuízo com a destruição do laboratório de pesquisa, a companhia ainda continua – pelo menos oficialmente – disposta a investir no Rio Grande do Sul.

Durante o dia, houve momentos de extrema preocupação. Pela manhã, o gerente regional florestal da empresa, Renato Rostirolla, declarou, em meio às mudas pisoteadas, que o episódio poderia gerar interrogações no processo de instalação de uma futura unidade em solo gaúcho.

O calmante para o governo do Estado veio à tarde, quando o diretor operacional do grupo, Walter Lidio Nunes, tentou atenuar a importância do episódio. Falando do Espírito Santo, onde coordena as operações em todo o país, Nunes disse que as conversações com o Estado e o município continuam.

– Esse ato de barbárie é alienígena ao ambiente do Rio Grande do Sul. Está claro para nós que não expressa nem de longe o que pensa a sociedade como um todo. Vamos manter nossos estudos no Estado – disse, informando que a decisão sobre a nova fábrica deve ser anunciada até o fim deste mês.

Preocupado, o secretário de Desenvolvimento, Luis Roberto Ponte, convocou a sociedade para mostrar

O prejuízo

Confira a estimativa de perdas feita pela empresa:

> US\$ 400 mil: destruição do laboratório

> Dezenas de milhões de US\$: destruição de material genético de alta eficiência

que a manifestação não representa a comunidade gaúcha:

– A sociedade tem de repudiar esse ato, porque, caso contrário, isso seria mortal para as negociações com os investidores do setor.

Empresa fez estudo para verificar o risco social

Ponte se refere a dois quesitos importantes nesse tipo de investimento, envolto em polêmica sobre impacto ambiental: a observância da lei e um ambiente de boas relações com a comunidade. O tema é tão importante que, no ano passado, a Aracruz – que amarga um histórico de invasões de suas terras nos Estados onde tem unidades (BA e ES) – já havia contratado uma empresa para analisar o risco social para a instituição em caso de implantação de uma nova unidade no entorno de Porto Alegre. Em comparação às concorrentes, a Região Metropolitana se saíra bem, graças ao grau de politização da sociedade.

✉ tatiana.cruz@zerohora.com.br

Figura 27
Ameaça ao investimento de US\$ 1,2 bilhão
Fonte: Jornal Zero Hora, 9 de março de 2006, p.4



Depois de percorrerem 40 quilômetros em ônibus em comboio, manifestantes promoveram depredação de empresa

Os ônibus invisíveis

CARLOS ETCHICHURY

Como é possível que mais de 40 ônibus circulem em comboio com centenas de manifestantes por cerca de 40 quilômetros sem serem vistos pelas polícias rodoviárias federal e estadual?

A pergunta foi feita ontem ao governador em exercício, Antonio Hohlfeldt, à cúpula da segurança no Estado e à Polícia Rodoviária Federal (PRF), que divergiram sobre a responsabilidade.

De acordo com a versão do comandante-geral da Brigada Militar,

coronel Airton Costa, cerca de 40 ônibus foram vistos saindo de Tapes por volta das 3h.

– Eles saíram em direção a Porto Alegre pela BR-116. A informação foi repassada à Polícia Rodoviária Federal – explicou Costa.

O governador em exercício disse que a Brigada fez a sua parte.

– Não sei se a Polícia Rodoviária Federal sabia (*da invasão*), mas o fato é que eles não estavam lá – afirmou.

De acordo com Hohlfeldt, estão em poder da Polícia Civil e da Brigada fitas de vídeo e fotos da invasão e algumas placas dos cerca de 40 ônibus. Na entrevista coletiva ele prometeu punição aos responsáveis pela destruição.

– O inquérito irá responsabilizar diretamente quem promoveu essa invasão, essa bandagem. Vamos chegar em quem provocou e responsabi-

lizar os autores – afirmou Hohlfeldt.

O inspetor Alessandro Castro, chefe da Comunicação Social da PRF, confirmou que a corporação foi avisada da saída dos ônibus de Tapes. Como os veículos não foram localizados na rodovia, desmobilizou-se.

– Uma viatura percorreu o trecho entre as 3h, momento em que houve o aviso, e as 7h. Os ônibus não foram vistos. Às 7h, foram vistos 37 ônibus saindo da Estrada do Copde e entrando na BR-116, em Guaíba. Naquela hora, a propriedade já havia sido atacada – disse Castro.

Há duas possibilidades para o mistério. Uma é de que os ônibus tenham se deslocado por estradas secundárias. A outra é de que o comboio tenha percorrido o trecho antes da chegada da viatura da PRF.

✉ carlos.etchichury@zerohora.com.br

Figura 28

Os ônibus invisíveis

Fonte: Jornal Zero Hora, 9 de março de 2006, p.4



Figura 29

A polêmica ambiental

Fonte: Jornal Zero Hora, 9 de março de 2006, p.5

4.4 Análise da existência de tendência de licença social para operar

Através de uma abordagem quantitativa, foram contabilizadas todas as declarações presentes no levantamento de conteúdo do universo pesquisado. Entende-se por declarações neste estudo, as opiniões citadas por determinado indivíduo ou grupo.. O material gerado foi, então, submetido a uma pergunta: a declaração (conjunto do que foi dito por aquela pessoa ou grupo) demonstra opinião desfavorável à atuação da empresa na região?

Um quadro foi criado para melhor entendimento e visualização dos resultados encontrados:

Quadro Demonstrativo da análise quantitativa

Declaração	Demonstra opinião desfavorável a atuação da empresa na região?	
	Sim	Não
1		X
2		X
3		X
4		X
5		X
6		X
7		X
8		X
9		X
10		X
11		X
12		X
13		X
14		X
15	X	
16	X	
17	X	
18	X	

Desconstruindo-se os dados desta tabela:

- Número de declarações registradas = 18
- Opiniões desfavoráveis à atuação da empresa = 4
- Opiniões favoráveis à atuação da empresa = 14

Sendo assim, pode-se constatar que 77% das opiniões declaradas nos principais veículos de comunicação impressa do Estado no dia seguinte à invasão são favoráveis à empresa, contra 23% desfavoráveis. Verifica-se portanto, uma tendência favorável ao reconhecimento de licença social para operar das partes interessadas da empresa analisadas nessa pesquisa.

5 CONCLUSÃO

A “Licença social para operar” é um importante alvo a ser conquistado pelas indústrias que, de alguma forma, trabalham com atividades que envolvem algum tipo de impacto social ou ambiental. Ela é a garantia de aceitação da atividade da empresa na região.

Ela se constitui no resultado do diálogo com as partes interessadas de uma organização, os chamados *stakeholders*. E esse diálogo deve estar fundamentado em uma estratégia consistente de comunicação corporativa, considerada a essência da construção da imagem e reputação de uma empresa. A comunicação corporativa deve deixar transparecer os conceitos de desenvolvimento sustentável praticados pela empresa, uma vez que essas práticas são a garantia de sobrevivência da empresa.

A organização deve estar sempre aberta ao diálogo, que não deve ser uma via de mão única, e sim, uma construção a partir dos objetivos da empresa e dos anseios das partes interessadas relacionadas com a organização.

A Aracruz Celulose é uma empresa que utiliza os conceitos analisados neste trabalho em suas estratégias. E para provar que esse esforço deve ser constante e flexível, o presente estudo abordou os dois lados: de um lado, a não-aceitação da “Licença social para operar” por parte dos movimentos da Via Campesina e do MST e, de outro, as manifestações favoráveis à empresa, que indicam uma tendência de “Licença social para operar” das partes interessadas da empresa.

O presente estudo conclui que o apoio gerado pelas partes após o incidente deve-se ao esforço de comunicação trabalhado com estas. A comunicação corporativa, amparada nos conceitos de desenvolvimento sustentável e de diálogo com as partes, pode ser considerada, portanto, fundamental na concessão da “Licença social para operar”.

A sua obtenção, todavia, não representa o fim de uma jornada. Ao contrário, significa tão somente que o primeiro passo foi dado no sentido de integrar a ação da empresa à preocupação com o futuro do planeta, que é o objetivo comum a todos os indivíduos e instituições que estão realmente preocupados com a preservação da vida de todas as espécies. Adquirir a licença social para operar, nesse sentido, significa o passaporte para uma maior integração dos objetivos da empresa com os interesses da sociedade civil, organizada ou não.

REFERÊNCIAS

ADVERSO. Porto Alegre, n.141, Maio de 2006. 27p.

ADVERSO. Porto Alegre, n.140, Março de 2006. 27p.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

AMANCO. Disponível em www.amanco.com.br. Acesso em 10 de junho de 2006.

ARACRUZ CELULOSE. Disponível em www.aracruz.com.br. Acesso em 10 de junho de 2006.

BUENO, Álvaro de Oliveira. **O ambientalismo associado à imagem de uma empresa**. 2002. 79 f. Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação Relações Públicas, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BUENO. Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial**. Comunicação Des(Integrada). Disponível em: www.comunicacaoempresarial.com.br/artigocomcorporativa.htm. Acesso em 25 de maio de 2006.

CÉSAR, Regina Célia Escudero. **Comunicação Empresarial**. As Relações Públicas frente ao desenvolvimento comunitário. Disponível em: <http://comunicacaoempresarial.com.br/artigocomcorporativaescudero.htm>. Acesso em 25 de maio de 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

INSTITUTO ETHOS. **Oficina de Gestão**. In: Conferência Internacional 2005 - Empresas e Responsabilidade Social. São Paulo: 2005.

DIESEL, Vivien. Educação Ambiental: um tema démodé?. **Ciência e Ambiente**, Ijuí, vol. 1, p.35-52, janeiro/junho 2004.

FRANÇA (livro públicos **Carolina** ver no catálogo da PUCRS referência completa do Livro).

FREITAS, Antonio de Lisboa Mello e. **Relações públicas: casos atuais – perspectivas futuras**. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 1985. 133 p.

KENDERSKI, Paulo Roberto. **WBI Brasil**. Comunicação Corporativa - Um dos caminhos para o sucesso ou fracasso Empresarial. Disponível em http://www.wbibrasil.com.br/pt/artigos/artigo.php?cd_artigo=14. Acesso em 25 de maio de 2006.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação (Porto Alegre)**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), v. 22, n. 37, p. 7-32, mar. 2002.

NAÇÕES UNIDAS – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/spanish/agenda21sptoc.htm>. Acesso em 10 de junho de 2006.

NASSAR. Paulo. **Jornalismo Empresarial**. Os novos domínios da comunicação empresarial. Disponível em: <http://www.jornalismoempresarial.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2006

(NASSAR e FIGUEIREDO. O que é comunicação empresarial. São Paulo : Brasiliense, 1995.

NEVES, Roberto de Castro. Comunicação empresarial integrada : como gerenciar imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais. Rio de Janeiro : Mauad, c2000. 275 p.

NOBRE, M.; AMAZONAS, M. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

NOVAES, WASHINGTON. **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Relações Públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI. Disponível em: <http://www.comunicacaoempresarial.com.br/artigos.htm>. Acesso em 25 de maio de 2006.

REGO, Francisco Gaudêncio **Torquato do**. **Comunicação empresarial, comunicação institucional : conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. São Paulo : Summus, 1986.

VIANA, Francisco. ABERJE. Novas tendências na comunicação. Disponível em www.aberje.com.br. Acesso em 25 de maio de 2006.

VINHA, Valéria Gonçalves da. **A convenção do desenvolvimento sustentável e as empresas eco-comprometidas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000. (tese de doutorado).

VINHA, Valéria Gonçalves da. Estratégias empresariais e a gestão do social: o diálogo com os grupos de interesse (Stakeholder). In: IX Congresso Brasileiro de Energia. Rio de Janeiro: 2002. (artigo)

ANEXOS

ANEXO A - Folheto de Relacionamento com a Comunidade

Relacionamento com a Comunidade.



Página 1

A Aracruz Celulose é líder mundial de celulose branqueada de eucalipto e um dos dez maiores exportadores do Brasil. Ao longo da sua história, a empresa busca o crescimento sustentável, promovendo uma relação de troca com as comunidades em que está inserida. Na unidade Guaíba, RS, adquirida em 2003, não é diferente: a Aracruz está presente gerando desenvolvimento sócio-econômico para a região e educação ambiental.

A estratégia de comunicação da empresa está baseada em três pilares principais: educação, meio ambiente e desenvolvimento sócio-econômico.

Os públicos-alvo são:

- População local (Guaíba, Porto Alegre e municípios com hortos florestais)
- Autoridades
- Empresários e profissionais liberais
- Jornalistas
- Jovens
- Ambientaíistas

Para chegar a esses públicos, a empresa utilizou, em 2004, meios de comunicação como televisão, rádio AM, jornais e mídia exterior, com o cuidado de trabalhá-los com muito foco e pertinência.

Além disso, desenvolveu um amplo trabalho de "corpo a corpo" com as populações locais, investindo cerca de R\$ 1 milhão de Reais em ações sociais e educativas. Quer saber como? Então confira a seguir algumas delas.

Página 2

	<p>Outdoors</p>
	
	
<p>Peças de outdoors veiculadas em Porto Alegre e Grande Porto Alegre durante o ano de 2004.</p>	

Página 3

<p>Alguns spots veiculados em rádios AM durante o ano de 2004:</p>	
<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>INTEGRAR ESCOLAS COM A ARACRUZ É UM DESAFIO QUE A EMPRESA ADOTA TODOS OS DIAS. NA GINCANA DO DIA DA ÁRVORE, POR EXEMPLO, OS ALUNOS ESCLARECEM DÚVIDAS SOBRE REFLORESTAMENTO, CONHECEM O EUCALIPTO E PASSAM POR TAREFAS FÍSICAS E CULTURAS. SEMPRE CULTIVANDO JUNTO AS RIQUEZAS DA NOSSA TERRA.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>	<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>OS HORTOS FLORESTAIS DA ARACRUZ CELULOSE SÃO UMA VERDADEIRA ESCOLA AO AR LIVRE. LÁ A COMUNIDADE APRENDE TUDO SOBRE A PRODUÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA PARA CELULOSE E TODAS AS INTERAÇÕES COM A NATUREZA QUE A ATIVIDADE FLORESTAL POSSUI. LIGUE E VENHA FAZER UMA VISITA. INFORMAÇÕES: 480.7109 OU 480.7307.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>
<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>VOCE JÁ PENSOU EM COBRIR O MUNDO DE VERDE? A ARACRUZ JÁ. A UNIDADE GUAIBA DISTRIBUI EM JUNHO, NO MÊS DO MEIO AMBIENTE, CIENTIAS MEL MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS, ORNAMENTAIS E FRUTÍFERAS PARA A COMUNIDADE. SÃO INICIATIVAS COMO ESSA QUE AJUDAM PORTO ALEGRE A SER A CAPITAL MAS ARBOREZADA DO BRASIL.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>	<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>RESPONSABILIDADE SOCIAL TAMBÉM FAZ PARTE DA MATÉRIA-PRIMA DA ARACRUZ. ATRAVÉS DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS OU ASSOCIAÇÕES, A EMPRESA PROMOVE DIFERENTES AÇÕES. A DISTRIBUIÇÃO DE CADERNOS ESCOLARES É UM EXEMPLO DA PREOCUPAÇÃO COM AS COMUNIDADES DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>
<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>MUITA GENTE DESCONHECE, MAS O EUCALIPTO É HOJE UMA OPÇÃO CONSCIENTE PARA GARANTIR A PRESERVAÇÃO DA NATUREZA. AO PLANTÁ-LO, INTEGRADO À FAUNA E FLORA EXISTENTES, A ARACRUZ CELULOSE ENCONTROU UMA IMPORTANTE ALTERNATIVA CONTRA A DEVASTAÇÃO DAS FLORESTAS NATIVAS.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>	<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>É NO VIVIERO DE MUDAS FLORESTAIS QUE INICIA O PROCESSO DA PRODUÇÃO DE CELULOSE. LÁ ESTÃO AS MUDAS DE EUCALIPTO, A BASE DO PRODUTO QUE VAI PARA O MERCADO. PARA ENTENDER COMO FUNCIONA O NOSSO TRABALHO, AGENTE UMA VISITA À ARACRUZ CELULOSE E DESCUBRA COMO É O DIA A DIA DA EMPRESA. INFORMAÇÕES: 480.7109 OU 480.7307.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>
<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>O COMPROMISSO DA ARACRUZ COM A COMUNIDADE VAI ALÉM DA PRODUÇÃO DE CELULOSE. ATRAVÉS DE UMA PARCERIA COM APICULTORES DA REGIÃO, A ARACRUZ RECEBE MEL PARA DOAÇÃO AS APES DE GUAIBA, ELDOBRADO DO SUL, BARRA DO RIBEIRO, CAMAQUÁ E TAPES. ATUAL, ALÉM DO DESENVOLVIMENTO, A ARACRUZ SABE A IMPORTÂNCIA DE INVESTIR NA COMUNIDADE.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>	<p>- BOM DIA ARACRUZ.</p> <p>TODO ANO, A ARACRUZ CELULOSE DISTRIBUI CADERNOS ESCOLARES PARA CRIANÇAS EM MAIS DE 20 CIDADES PRÓXIMAS À FÁBRICA, EM GUAIBA. DESTA VEZ, SERÃO DISTRIBUÍDOS 400 MEL CADERNOS. COM AÇÕES COMO ESSA, A ARACRUZ REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM AS COMUNIDADES, E COM O FUTURO.</p> <p>ARACRUZ CELULOSE. NOSSO FUTURO TEM RAÍZES.</p>

Página 4

 <p>Cadernos entregues em 2005.</p>	<h3>Projeto Educação</h3> <p>O Projeto Educação é responsável pela distribuição anual de milhares de cadernos para alunos das redes públicas estadual e municipal de localidades próximas à empresa. A entrega é feita em solenidades nas prefeituras ou em escolas escolhidas pelo município. Com o projeto, a Aracruz retorna para as comunidades a matéria-prima que produz na forma de uma ferramenta da educação. Em 2005, foram entregues 400 mil cadernos para cerca de 200 mil estudantes, em um total de 24 municípios.</p>
 <p>Cadernos entregues em 2004.</p>	<p>"Algumas famílias passam por necessidades financeiras e a aquisição de um único caderno pode competir com a compra da alimentação. A Aracruz reconhece seu papel de agente do desenvolvimento local e realiza importante missão", Rudimar Serpa de Azevedo, Secretário de Educação de Charqueadas, RS.</p>

<h3>Aracruz doa 400 mil cadernos no RS</h3> <p>A Aracruz distribuiu 400 mil cadernos a escolas de 25 municípios gaúchos. Neste ano, está sendo incluído o município de Porto Alegre no campo, que ocorre desde 1999.</p> <p>Na manhã de quinta-feira, 7, no saguão da Prefeitura de Gaudinópolis, a empresa fez a entrega simbólica ao município que irá receber 50 mil cadernos. O ato, que marcou o começo do Projeto Educação 2005, contou com a presença do prefeito de Gaudinópolis, Manoel Stragliotto, do gerente da Aracruz, Paulo Silveira e da secretária de Educação Maria Nereida Duarte dos Reis.</p> <p>Alunos da primeira série da Escola Municipal Inácio de Quadros receberam os primeiros cadernos. Segundo a secretária de Educação, os cadernos vêm ajudando os estudantes, principalmente os mais carentes, que muitas vezes não têm condições de comprar o material escolar.</p>  <p>ENTREGA DE CADERNOS: Os cadernos são entregues às Prefeituras, na quarta-feira.</p> <p>Jornal Folha Gaúcha, 08 de abril de 2005.</p>	<h3>Projeto Educação</h3>
 <p>Solenidade de entrega dos cadernos na Prefeitura Municipal de Charqueadas, RS em 20 de março de 2005.</p>	 <p>Solenidade de entrega dos cadernos na Prefeitura Municipal de Gaudinópolis, RS em 08 de abril de 2005.</p>



Livro pedagógico da Turma da Lara Cruz, entregue durante ação nas escolas.

Volta às aulas


Em março de 2005, a Atacruz desenvolveu uma ação educativa em escolas de Porto Alegre, na qual as crianças puderam descobrir a celulose e sua utilidade. Aproveitando a volta às aulas, foi apresentada a importância do cidadão com o material escolar. Durante oito dias, um ator em pernas de pau, caracterizado como um professor, acompanhado de uma ajudante, mostrou, em um caminho-expositor, as etapas pelas quais passa a celulose, do plantio da muda de eucalipto sua transformação em produtos de papel. Juntamente, foi entregue a cartilha da Lara Cruz e sua turma.

A ação beneficiou cerca de 4.500 alunos do ensino fundamental em 21 escolas das redes pública e privada de Porto Alegre.


"A Atacruz está de parabéns por esta iniciativa. É na parceria empresa-escola que conseguimos cidadãos críticos e preocupados com a preservação do nosso bem maior: a natureza." -
Hilda Berengan,
Diretora Pedagógica
Colégio João Paulo I



Página 7




Escola Monte Libano, Porto Alegre, RS, 08 de março de 2005.




Escola Adventista, Porto Alegre, RS, 01 de março de 2005.

Volta às aulas



Escola Adventista, Porto Alegre, RS, 01 de março de 2005.



Página 8

Largada da Corrida Ecológica 2005, em 10 de abril de 2005.

Corrida ecológica na Barba Negra

Mais de 500 atletas competiram na prova

Mais de 500 atletas, entre os integrantes do clube de atletismo gaúcho, participaram da 10ª Corrida Ecológica de Cross Country Aracruz, realizada no domingo, dia 10 de abril no Horto Florestal Terra Dura, em Barba Negra.

Na competição, a prova masculina percorreu 2,675 metros, 2x412 metros para as categorias infantis. O objetivo da competição é promover o esporte e a educação ambiental.

Na ocasião, foram realizadas também as atividades de plantio de mudas de eucalipto, com a participação de alunos da escola local.

A organização da prova foi realizada pela Associação de Atletismo de Barba Negra, com o apoio da Prefeitura Municipal e da Comissão de Meio Ambiente da Prefeitura de Barba Negra.

Cada atleta recebeu uma 1 kg de alimento produzido pela empresa, que será usado em um projeto de educação ambiental desenvolvido pela Prefeitura de Barba Negra.

APRESENTA: Prova realizada no Horto Florestal Terra Dura.

Foto: Gaúcho, 13/04/2005, Página 15

Comida Cross Country

Março é o mês de aniversário da Aracruz. Uma das atividades comemorativas é a Comida de Cross Country, que acontece dentro de um horto florestal, aproveitando as trilhas unizadas pelos caminhos e máquinas nos processos de produção e colheita de madeira da Aracruz. O evento, reconhecido pela Federação Gaúcha de Atletismo, concilia esporte e educação ambiental. A edição de 2005, no Horto Florestal Terra Dura, contou com mais de 1500 pessoas, entre atletas (inclusive do Chile e Uruguai), familiares, treinadores e comunidade.

Entrega de mel

Em parceria com apicultores, aproveitando o potencial de suas florestas de eucalipto, a Aracruz entrega, anualmente, 3.500 kg de mel às APAES de cinco municípios, além de duas turmas de aprendizado especial (deficientes visuais e auditivos). O mel é vendido à comunidade e a renda é revertida para as instituições. Em 2004, 500 crianças foram beneficiadas com a venda do produto.

Jornal do Construto, Caderno Responsabilidade Social 07 de dezembro de 2004.

UMA ATITUDE QUE MOSTRA TODO O SEU ESTILO

tecnoplano

IGUATEMI

Cubra o mundo de verde

O Cubra o Mundo de Verde distribui mudas de diferentes espécies nativas do Rio Grande do Sul, arborizando as cidades e despertando a consciência ecológica. Durante o mês de junho, cada pessoa pode levar para casa até três mudas, recebendo orientações de técnicos agrícolas sobre as características das árvores e suas formas de plantio. No local, no Shopping Iguatemi, em Porto Alegre, também é montado um estande com alguns produtos que apresentam o processo fabril da Aracruz. Em 2004, foram distribuídas 100 mil mudas de 20 diferentes espécies. Desde o início do projeto, 2,4 milhões de mudas já foram entregues.

Árvores

É incentivadora a nota "Cubra o mundo de verde", do Infocem Especial (291 de 12 de julho). No entanto, cabe lembrar que o incentivo para o cultivo de árvores também é importante na época das podas. A prefeitura de Curitiba do Sul, por exemplo, não colabora nesse sentido, uma vez que exige que os galhos podados sejam devidamente picados e enterrados para não estorrear a cidade dois meses. Essa exigência leva muitos a parar duas vezes antes de plantar uma árvore.

Anelise Kuhn Stangherlin
Dona de casa - Curitiba do Sul (RS)

Zeni Hara,
16 de junho de 2004.

Folheto explicativo distribuído durante o evento.

Página 11

Cubra o mundo de verde

Cubra o Mundo de Verde completa 25 anos

De 13 a 23 de julho, a Aracruz, o Shopping Center Iguatemi e a Tecnoplano promovem a 25ª edição da campanha "Cubra o Mundo de Verde", em Porto Alegre. A parceria é reconhecida como uma das mais importantes contribuições em prol da reposição florestal no Rio Grande do Sul, além de conscientizar as populações urbanas para o verde e a sua importância, assim como para a busca de soluções harmônicas na convivência com o meio ambiente.

Durante 11 dias, cerca de 100 mil mudas de árvores de 20 diferentes espécies de nativas, frutíferas, ornamentais e folhosas foram distribuídas a um público superior a 35 mil pessoas.

A promoção também proporciona a cada frequentador do shopping a oportunidade de conhecer o funcionamento dos processos da Aracruz - desde a produção de madeira até a fabricação de celulose e papel - num estande especialmente montado para o evento.

Divulgação no jornal interno da Aracruz, Aracruz em Revista, edição 128, Setembro de 2004.

Página 12




Kit entregue para as crianças durante a ação.

Dia da árvore

Para marcar o Dia da Árvore de 2004, a Aracruz promoveu uma ação educativa em parques de Porto Alegre. Promotores apresentaram a empresa para as crianças, promoveram jogos de perguntas e respostas sobre ecologia, e distribuíram brindes. Para dar um clima ainda mais lúdico, atores caracterizados como um professor e uma pintora passaram conceitos de educação ambiental. No fim da tarde, foi promovido um passeio ciclístico às margens do Lago Gusiba, encerrado com um esquete teatral sobre meio ambiente. A ação atingiu cerca de 8 mil pessoas. Foram distribuídos mil CDs da turma da lata Cruz, 3.000 livros para colorir sobre pássaros nativos do Rio Grande do Sul, 3.000 balões e 2.500 folders da ONG Amigos da Floresta.



Página 13











Dia da árvore

Página 14

Floresta é vida que se renova

A campanha Floresta é Vida que se Renova visa aproximar a comunidade escolar, divulgando a importância das árvores e o manejo florestal realizado pela Aracruz. A primeira etapa promove a elaboração de projetos ambientais pelos alunos – para os quais a Aracruz fornece mudas de árvores. Os melhores projetos seguem para a segunda etapa: a Gincana Florestal Aracruz, que acontece nas dependências da empresa em setembro, e propõe tarefas lúdicas e culturais. Os vencedores recebem recursos para melhorias nas escolas. Em 2004, participaram 30 escolas de dez municípios, envolvendo cerca de 12 mil professores e alunos.

Selo da campanha, criado por alunos das escolas públicas de Guanabara e região, através de um concurso cultural.

Página 15

Tilhas volantes e educativas

A Aracruz criou um programa de tilhas temáticas para atender a comunidade da região, divulgando o manejo florestal e o processo industrial e enfatizando as práticas ambientais adotadas pela empresa. Durante o trajeto, educadores explicam o monitoramento da biodiversidade nos hortos florestais, o tratamento de resíduos, o manejo da madeira e o Parque Ecológico da Aracruz. Em 2004, 2.000 pessoas participaram das tilhas.

Seja bem-vindo
às Tilhas de Aracruz Celulose.

Aqui você terá uma pequena amostra de trabalhos realizados pela empresa e de atividades ambientais que far parte do manejo da unidade. Contate-nos para conhecer nossos programas de Tilhas, Datas, programas e agendas. Estamos esperando por você.

Tilhas Volantes

Esta é uma atividade de educação ambiental da Aracruz Celulose. Acompanhe nos locais: Resíduos da empresa com o objetivo de divulgar o manejo florestal nos municípios onde as atividades são realizadas, demonstrando o controle ambiental e as práticas da empresa como referência no manejo de resíduos de pilonéis em relação à responsabilidade ambiental. Nas tilhas, com duração de duas horas, são abordadas temas como biodiversidade dos hortos florestais, técnicas de colheita, manejo dos resíduos sólidos e o monitoramento de solo.

Programa Bom Vizinho

Este programa é voltado para os moradores das regiões próximas da floresta da Aracruz. Seu objetivo é mostrar as atividades florestais e práticas ambientais da empresa para toda a comunidade vizinha. Além disso, o programa procura identificar possibilidades de futuro parceria, com benefícios para todos os envolvidos no processo de produção florestal.

Trilhas Florestais Aracruz

Quer saber mais, ou ainda se agendar uma visita? Ligue (51) 480 7297 e não deixe de vir com o maior prazer visitar.

Agradecemos de verdade as visitas para você.

Folheto distribuído durante as tilhas.

Página 16

Resultados	
<p>A Aracruz realiza anualmente uma pesquisa para avaliar a percepção da empresa pela sociedade junto às principais comunidades em que atua. Entre os dias 19 e 27 de outubro de 2004, foram entrevistados 400 moradores de Porto Alegre, Barra do Ribeiro, Eldorado do Sul, Guaba e São Jerônimo.</p>	<p>Seguem alguns resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 59,50% dos entrevistados consideram a imagem da Aracruz 'ótima' ou 'boa'. Apenas 2,5% a classificam como 'ruim' ou 'péssima'. • O 'recall' espontâneo da Aracruz como grande empresa do estado aumentou de 20,4% para 38,75%, passando a ser a mais citada (à frente de Gerdau, Petrobrás e RBSS, entre outras). • Aumentou o número de pessoas que a consideram a melhor empresa (de 8,96% em 2003 para 13,50% em 2004). • Foi considerada a empresa que mais favorece o progresso econômico da região, com 33,5%. • O reconhecimento da preocupação da Aracruz com os aspectos ambientais e sociais passou de 61,19% em 2003 para 68,50% em 2004. • Aumentaram as opiniões favoráveis a novos plantios de eucalipto no Estado (apenas 6% dos entrevistados se dizem contrários à atividade). • 40,75% dos pesquisados afirmaram lembrar da comunicação da Aracruz, sendo que 86,20% consideram-na 'ótima' ou 'boa'. Ainda 67,48% afirmaram que a imagem da empresa melhorou depois disso.

Página 17

Resultados																			
<p>O resultado dos esforços em comunicação pode ser também medido pelo número de pessoas atingidas pelas ações. Confira:</p>	<table border="1"> <tr> <td>Projeto Educação – cadernos escolares</td> <td>200.000 estudantes</td> </tr> <tr> <td>Entrega de mel nas APAES</td> <td>500 alunos</td> </tr> <tr> <td>Corrida de Cross Country</td> <td>1.500 participantes</td> </tr> <tr> <td>Cubra o Mundo de Verde</td> <td>45.000 pessoas</td> </tr> <tr> <td>Volta às Aulas</td> <td>4.500 alunos</td> </tr> <tr> <td>Dia da Árvore</td> <td>8.000 alunos</td> </tr> <tr> <td>Campanha Floresta é Vida que se Renova</td> <td>12.000 professores e alunos</td> </tr> <tr> <td>Trilhas Volantes e Educativas</td> <td>2.000 participantes</td> </tr> <tr> <td>Projeto Escola Aberta para Cidadania</td> <td>1.200 alunos</td> </tr> </table>	Projeto Educação – cadernos escolares	200.000 estudantes	Entrega de mel nas APAES	500 alunos	Corrida de Cross Country	1.500 participantes	Cubra o Mundo de Verde	45.000 pessoas	Volta às Aulas	4.500 alunos	Dia da Árvore	8.000 alunos	Campanha Floresta é Vida que se Renova	12.000 professores e alunos	Trilhas Volantes e Educativas	2.000 participantes	Projeto Escola Aberta para Cidadania	1.200 alunos
Projeto Educação – cadernos escolares	200.000 estudantes																		
Entrega de mel nas APAES	500 alunos																		
Corrida de Cross Country	1.500 participantes																		
Cubra o Mundo de Verde	45.000 pessoas																		
Volta às Aulas	4.500 alunos																		
Dia da Árvore	8.000 alunos																		
Campanha Floresta é Vida que se Renova	12.000 professores e alunos																		
Trilhas Volantes e Educativas	2.000 participantes																		
Projeto Escola Aberta para Cidadania	1.200 alunos																		
	<p>O interesse da mídia pelos assuntos trabalhados pode ser atestado pelo volume de notícias publicadas no período, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • De janeiro de 2004 a abril de 2005, 12 jornais das cidades de Porto Alegre, Guaíba, Triunfo e Camaquã, publicaram um total de 39 reportagens, matérias ou notas sobre os projetos citados anteriormente, em 609 cm/columa. <p>Além disso, no site da Aracruz (www.aracruz.com.br) existe um ambiente totalmente dedicado aos projetos da empresa com a comunidade. Na página específica sobre trabalhos com a comunidade da Unidade Guaíba: http://www.aracruz.com.br/web/pt/comunidades/comuni_acao_guaiba.htm, foram realizados 4.419 page views, de janeiro de 2004 a março de 2005.</p>																		

Página 18

Resultados	
O resultado dos esforços em comunicação pode ser também medido pelo número de pessoas atingidas pelas ações. Confira:	
Projeto Educação – cadernos escolares	200.000 estudantes
Entrega de mel nas APAES	500 alunos
Corrida de Cross Country	1.500 participantes
Cubra o Mundo de Verde	45.000 pessoas
Volta às Aulas	4.500 alunos
Dia da Árvore	8.000 alunos
Campanha Floresta é Vida que se Renova	12.000 professores e alunos
Trilhas Volantes e Educativas	2.000 participantes
Projeto Escola Aberta para Cidadania	1.200 alunos
<p>O interesse da mídia pelos assuntos trabalhados pode ser atestado pelo volume de notícias publicadas no período, conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • De janeiro de 2004 a abril de 2005, 12 jornais das cidades de Porto Alegre, Guaíba, Triunfo e Camaquã, publicaram um total de 39 reportagens, matérias ou notas sobre os projetos citados anteriormente, em 609 cm/coluna. <p>Além disso, no site da Aracruz (www.aracruz.com.br) existe um ambiente totalmente dedicado aos projetos da empresa com a comunidade. Na página específica sobre trabalhos com a comunidade da Unidade Guaíba: http://www.aracruz.com.br/web/pt/comunidades/comuni_acao_guaiba.html, foram realizados 4.419 page views, de janeiro de 2004 a março de 2005.</p>	

Página 19



Página 20

**ANEXO B - PEÇAS DE COMUNICAÇÃO VEICULADAS
NA MÍDIA IMPRESSA E EXTERNA**

ANEXO B1 – PEÇAS VEICULADAS EM 2003



**Foi plantando trabalho e respeito
ao meio ambiente e à comunidade que
a Aracruz chegou ao Rio Grande.**

A Aracruz Celulose está chegando ao Rio Grande do Sul trazendo na bagagem uma história de sucesso e de respeito aos valores e às tradições. Com a aquisição da Riocell, agora Unidade Guaíba da Aracruz, a empresa reafirma sua vocação para o crescimento e o seu compromisso social e ambiental com as comunidades. Em conjunto com a Unidade Barra do Riacho, localizada no Espírito Santo, a Aracruz amplia sua capacidade de produção para cerca de 2,4 milhões de toneladas anuais de celulose branqueada de eucalipto e cerselida sua condição de líder mundial no segmento. É com esse profissionalismo e dedicação que a Aracruz passa a fazer parte da vida deste povo e desta terra, contribuindo para o desenvolvimento de toda a região.




Mídia impressa

Foi plantando trabalho e respeito ao meio ambiente e à comunidade que a Aracruz chegou ao Rio Grande.

A Aracruz Celulose está chegando ao Rio Grande do Sul trazendo na bagagem uma história de sucesso e de respeito aos valores e às tradições. Com a aquisição da Riocell, agora Unidade Guaíba da Aracruz, a empresa reafirma sua vocação para o crescimento e o seu compromisso social e ambiental com as comunidades.



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Foi plantando trabalho e respeito ao meio ambiente e à comunidade que a Aracruz chegou ao Rio Grande.

A Aracruz Celulose está chegando a Guaíba com a aquisição da Riocell.



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia impressa

**CAMPANHA FLORESTA
É VIDA QUE SE RENOVA.**



É assim que a gente planta o futuro.

No último dia 24 de setembro 180 pessoas de 14 municípios transformaram a Aracruz Celulose, participando da **II Gincana Florestal Aracruz Unidade Guaíba**. Todas as equipes participaram de uma seletiva municipal, enviando projetos ambientais, dentro da realidade de seus municípios. Uma homenagem ao Dia da Árvore. Um incentivo ao cuidado com o verde desde cedo. Parabéns a todos os participantes e à equipe que coordenou esta turma toda.

Grande vencedora: Escola Estadual de Ensino Fundamental Piratini, de Charqueadas. Equipe Arco-Íris. Parabéns.




**Comunidade e meio ambiente em harmonia.
Nosso maior patrimônio.**



Valorizar a água, um dos nossos recursos naturais de maior valor, é reforçar o cuidado com a natureza e a valorização do ser humano que já fazem parte da nossa história. No monitoramento de microbacias, no cuidado com os hortos locais e com o tratamento de efluentes reafirmamos nosso compromisso de investir para preservar. Todos os dias.



Mídia impressa

À margem direita do Guaíba, porta de entrada para a Lagoa dos Patos e para o Oceano Atlântico. Ali fica Guaíba, cidade que liga o progresso e une as pessoas, do Brasil, Argentina e Uruguai. Guaíba tem história, tem igreja, museu, tem praia, escadaria, pórtico, agricultura, um amanhecer inesquecível regado a sol e futuro. Guaíba tem educação, cuidado com o meio ambiente, tem projetos e planos para exportar.

E tem também o nosso imenso orgulho de fazer parte desta terra.

Parabéns, Guaíba, 77 anos. Parabéns, Gazeta Centro-Sul, 10 anos.



ARACRUZ

Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

p3/04

Nossa relação com o ambiente onde trabalhamos não poderia ser melhor.

A Aracruz Celulose valoriza muito a conscientização ambiental, investindo em estudos para conhecer a biodiversidade existente em suas áreas. Além disso, nossos hortos florestais abrigam uma grande quantidade de espécies da fauna regional, inclusive espécies raras e ameaçadas de extinção. Para a gente, preservar a natureza é tão importante quanto tudo o que produzimos. É parte da nossa identidade.

ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

p4/13

Mídia impressa



A integração é um desafio que a gente assume com toda a vontade.

Integrar nossas atividades à paisagem regional conservando o solo, a água e a biodiversidade é o nosso grande objetivo. Além disso, nossa preocupação com o bem-estar das comunidades vizinhas reforça nosso compromisso de buscar o desenvolvimento econômico sem impactos negativos ao ambiente.

nossas florestas têm mais **vida**



ms 116



Olhando para estas imagens, já dá para notar o tamanho do nosso compromisso.

Integrar nossas atividades com as comunidades e o meio ambiente é um desafio e tanto. Justamente por isso é que assumimos essa responsabilidade diariamente: fortalecer cada vez mais a relação com a natureza e garantir o desenvolvimento econômico da nossa região.



ms 116



Aracruz Celulose. Top Ser Humano 2003 • ABRH-RS

Roni é Top. Assim como todos que fazem parte desta equipe. E não importa o cargo, a especialidade nem o tempo de casa de cada um. O que importa é a capacidade de transformar tantas habilidades em uma gestão participativa de verdade. Porque para ser Top é preciso saber dividir para depois somar. Parabéns a toda esta **equipe Top** que junta construiu este prêmio.





Mídia impressa



Mídia impressa



Mídia externa

**É assim que se
escreve uma
história de sucesso.**

A Aracruz Celulose reconhece e valoriza a importância da educação. Por isso está distribuindo este ano trezentos e sessenta mil cadernos escolares para os alunos da rede pública de ensino. Esta é uma das formas que a empresa encontrou para colaborar com o futuro das novas gerações.

ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia impressa

ANEXO B – PEÇAS VEICULADAS EM 2004

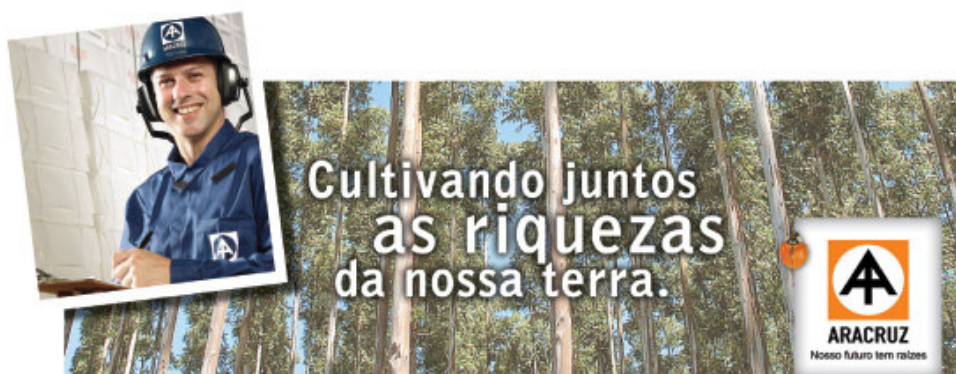
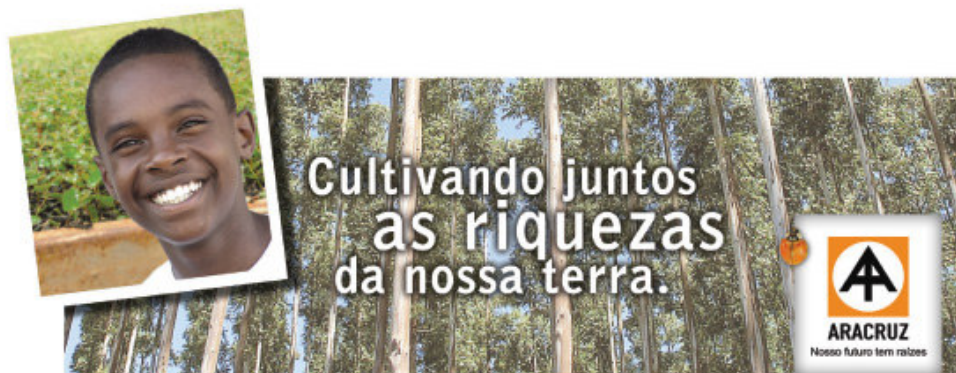


Para ver o resultado das nossas exportações não é preciso ir muito longe. Basta olhar em volta.

A Aracruz percorreu um longo caminho para conquistar o Prêmio Master Exportação ADVB-RS. Longo mesmo. Com exportações para diversos países da América do Norte, Europa e Ásia, nossa celulose viaja o mundo levando a qualidade dos produtos brasileiros. E o resultado pode ser conferido aqui mesmo, em cada comunidade, comprovando o desenvolvimento das nossas áreas de atuação.




Mídia impressa



A melhor forma de
entender nossas conquistas
é conhecer a sua causa.


1º de maio Dia do Trabalho

Neste Dia do Trabalho, a Aracruz Celulose parabeniza os grandes responsáveis pela realização de muitas das nossas iniciativas. Graças à dedicação de cada trabalhador podemos levar o desenvolvimento a todas as comunidades em que atuamos, dia após dia.



ARACRUZ
Núcleo Futuro tem realiza
www.aracruz.com.br

Mídia impressa



Um jornal que se preocupa com o meio ambiente só poderia crescer saudável.

Jornal Já • 16 anos

A Aracruz Celulose e o Jornal Já compartilham do interesse pela natureza há bastante tempo. Por isso, aproveitamos a ocasião para prestar uma homenagem pela passagem dos seus dezesseis anos. Que o jornal se desenvolva cada vez mais, com o mesmo entusiasmo pelos assuntos da natureza.



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br



É assim que se cultiva junto as riquezas da nossa terra.

Como a principal produtora mundial de celulose de eucalipto e uma das maiores exportadoras do país, a Aracruz Celulose sabe da responsabilidade que tem com as suas áreas de atuação. Por isso, renova diariamente o seu compromisso com as comunidades, promovendo o desenvolvimento sustentável e cuidando do meio ambiente em todas as suas atividades.



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br


Mídia impressa

Há 15 anos a gente sabe onde procurar para saber mais.

Folha Guaibense 15 anos

Quando a Folha Guaibense foi fundada, no dia 15 de junho de 1989, a nossa empresa já fazia parte do dia-a-dia de Guaíba. Foi com bastante entusiasmo que recebemos um jornal que já nascia envolvido com a cidade. E é com muito orgulho que hoje vemos que este envolvimento com Guaíba permanece o mesmo, guiando toda a informação que é levada à população guaibense a cada semana. Feliz Aniversário.

Uma homenagem da



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br


Grande amigo,

Hoje é um dia muito especial para ti. E consequentemente, para mim também. Afinal, nós temos muita coisa em comum. Nascemos quase na mesma época. Somos verdadeiros contemporâneos. Durante todo estes anos, acompanhamos eufóricos o crescimento desta cidade. Suas conquistas, suas mudanças. Ao mesmo tempo, nós mudamos junto com ela. Mas uma coisa não mudou neste período: o nosso compromisso com o desenvolvimento da comunidade de Guaíba, principalmente através da preocupação com a informação sempre atualizada. Por isso, te parabensizo pela passagem de mais este aniversário, motivo de orgulho para toda a nossa cidade.

O GUAÍBA

35 anos

Uma homenagem da Aracruz Celulose



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia impressa



Quer colher lucro? Plante eucalipto.

Você, produtor rural, sabe a importância de poder contar com uma fonte adicional de renda na sua propriedade. Então, chegou uma ótima oportunidade. Conheça o programa Produtor Florestal da Aracruz Celulose e veja como colher estas vantagens.

informações

0800.5107100



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

**Quer colher lucro?
Plante eucalipto.**

0800.5107100




ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia impressa

**Comunidade e meio ambiente em harmonia.
Nosso maior patrimônio.**



Num dia como hoje, é hora de reforçar o cuidado com a natureza e a valorização do ser humano que já fazem parte da nossa história. **21 de setembro. Dia da Árvore.**



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

098 1005

**21 de setembro, Dia da Árvore.
Um bom motivo para plantar o futuro.**



ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia impressa

Novo Viveiro Florestal da Aracruz.
Mais um passo importante para o desenvolvimento do Rio Grande.

Líder mundial em celulose de eucalipto para a indústria do papel, a Aracruz Celulose investe continuamente em tecnologia. Agora, inaugura o novo Viveiro Florestal da Unidade Gualba, na Barra do Ribeiro. De saída, a capacidade produtiva vai passar para 10 milhões de mudas/ano, chegando a 30 milhões de mudas/ano em 2007. Um projeto que lança a semente dos novos negócios e investimentos que vêm por aí.

Aracruz Celulose.
Cultivando juntos as riquezas da nossa terra.

Novo Viveiro Florestal da Aracruz.
Mais um passo importante para o desenvolvimento do Rio Grande.

Líder mundial em celulose de eucalipto para a indústria do papel, a Aracruz Celulose investe continuamente em tecnologia. Agora, inaugura o novo Viveiro Florestal da Unidade Gualba, na Barra do Ribeiro. De saída, a capacidade produtiva vai passar para 10 milhões de mudas/ano, chegando a 30 milhões de mudas/ano em 2007. Um projeto que lança a semente dos novos negócios e investimentos que vêm por aí.



Novo Viveiro Florestal

Mais um passo importante para o desenvolvimento do Rio Grande.

ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia externa



Modernização da fábrica de Guaíba.
Um investimento com a grandeza do nosso Estado.

Líder mundial em celulose de eucalipto para a indústria do papel, a Aracruz investe continuamente para assegurar sua posição de destaque. Agora, está destinando R\$ 100 milhões à modernização da fábrica de sua Unidade Guaíba. Serão gerados 500 empregos para as obras e pelo menos 100 postos permanentes de trabalho na área florestal. Junto com o novo Viveiro Florestal da Aracruz, este projeto colabora para o crescimento do Estado e do país, gerando riquezas para os municípios e desenvolvimento para toda a comunidade.

Aracruz Celulose.
Cultivando juntos as riquezas da nossa terra.

ARACRUZ
Nosso futuro tem raízes
www.aracruz.com.br

Mídia impressa



Mídia externa



Mídia externa



Mídia externa

ANEXO B – PEÇAS VEICULADAS EM 2005

The advertisement features a background of a green forest with a grid pattern. The text 'Aracruz Celulose.' is prominently displayed in white. Below it, the slogan 'Cultivando juntos as riquezas da nossa terra.' is written in a smaller white font. In the bottom left corner, the website 'www.aracruz.com.br' is listed. On the right side, there is a logo consisting of a white stylized 'A' inside a white circle, which is itself inside an orange square. Below the logo, the word 'ARACRUZ' is written in white capital letters.

Aracruz
Celulose.

Cultivando juntos as
riquezas da nossa terra.

www.aracruz.com.br


ARACRUZ

Mídia externa

Qualificação Investimentos Impostos Empregos

Nosso futuro passa por aqui.

As obras de modernização da Unidade Guaíba da Aracruz Celulose já começaram. E o primeiro passo, que também busca atender a futuras demandas industriais, foi um extenso Programa de Qualificação Profissional. Mais de 700 pessoas foram contempladas com cursos técnicos nas áreas de construção civil e metal-mecânica. Mais qualidade para o mercado de trabalho. Mais desenvolvimento para o Estado.



Modernização da Fábrica de Guaíba.



ARACRUZ
Papel e celulose para o Brasil
www.aracruz.com.br

Mídia externa

Impostos Empregos Qualificação Investimentos

Nosso futuro passa por aqui.

Durante as obras de modernização da fábrica da Unidade Guaíba da Aracruz Celulose, serão arrecadados mais de R\$ 6 milhões no pagamento de ICMS pela aquisição de equipamentos. Além disso, com o aumento da produção de celulose que a obra vai proporcionar, haverá um incremento anual de impostos de cerca de R\$ 500 mil para o Estado e de R\$ 150 mil para os municípios.



Modernização da Fábrica de Guaíba.



ARACRUZ
Papel e celulose para o Brasil
www.aracruz.com.br

Mídia externa

Investimentos Impostos Empregos Qualificação

Nosso futuro passa por aqui.

As obras civis da modernização da Unidade Guaíba da Aracruz Celulose já estão em fase de conclusão. O próximo passo é a execução da montagem eletromecânica. No total, R\$ 150 milhões terão sido investidos em desenvolvimento florestal, qualificação de mão-de-obra, estruturas e equipamentos, gerando oportunidades para fornecedores locais e desenvolvimento para as comunidades.



Modernização da Fábrica de Guaíba.



ARACRUZ
Papel e celulose para o Brasil
www.aracruz.com.br

Mídia externa



Mídia externa



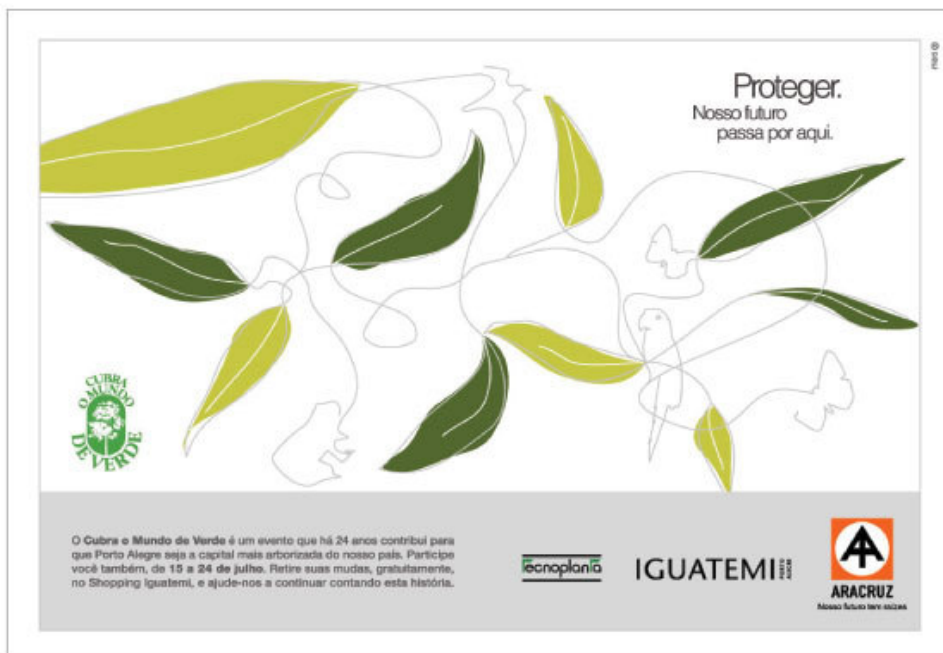
Mídia externa



Mídia externa



Mídia externa



Mídia externa



Mídia externa

**Acreditar, investir,
renovar, proteger.**

Palavras simples que representam um futuro de verdade para cada um de nós.

21 de setembro.
Dia da Árvore.

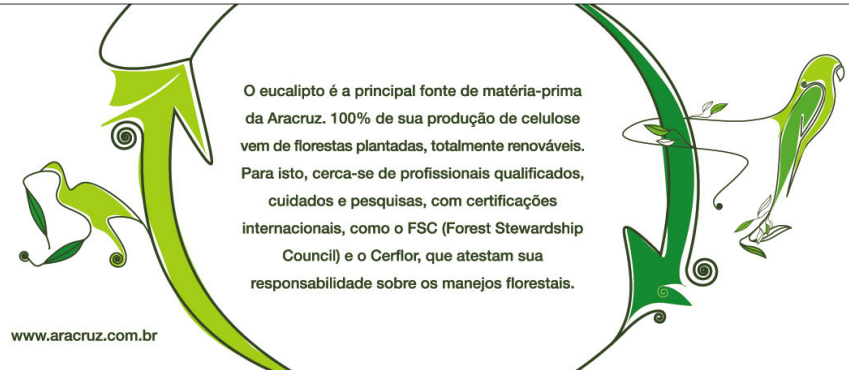
ARACRUZ
Nódo futuro tem raízes

www.aracruz.com.br

mas

Mídia externa


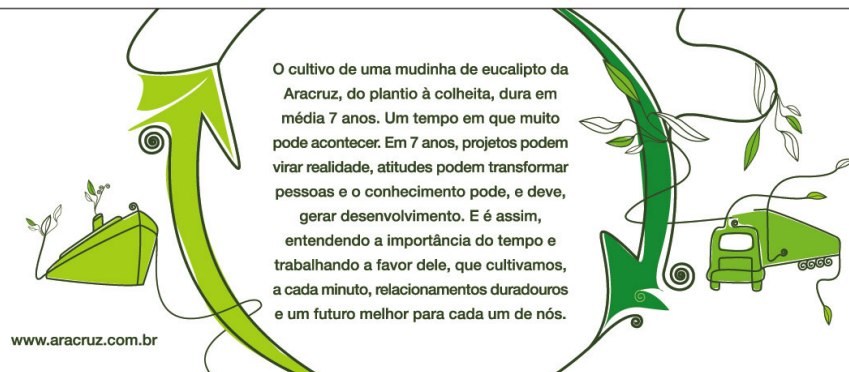
ANEXO B – PEÇAS VEICULADAS EM 2005



O eucalipto é a principal fonte de matéria-prima da Aracruz. 100% de sua produção de celulose vem de florestas plantadas, totalmente renováveis. Para isto, cerca-se de profissionais qualificados, cuidados e pesquisas, com certificações internacionais, como o FSC (Forest Stewardship Council) e o Cerflor, que atestam sua responsabilidade sobre os manejos florestais.

www.aracruz.com.br


Meio Ambiente.
Nosso futuro passa por aqui.

O cultivo de uma mudinha de eucalipto da Aracruz, do plantio à colheita, dura em média 7 anos. Um tempo em que muito pode acontecer. Em 7 anos, projetos podem virar realidade, atitudes podem transformar pessoas e o conhecimento pode, e deve, gerar desenvolvimento. E é assim, entendendo a importância do tempo e trabalhando a favor dele, que cultivamos, a cada minuto, relacionamentos duradouros e um futuro melhor para cada um de nós.

www.aracruz.com.br

Desenvolvimento.
Nosso futuro passa por aqui.




O cultivo de uma mudinha de eucalipto da Aracruz, do plantio à colheita, dura em média 7 anos. Um tempo em que muito pode acontecer. Em 7 anos, projetos podem virar realidade, atitudes podem transformar pessoas e o conhecimento pode, e deve, gerar desenvolvimento. E é assim, entendendo a importância do tempo e trabalhando a favor dele, que cultivamos, a cada minuto, relacionamentos duradouros e um futuro melhor para cada um de nós.

www.aracruz.com.br

Qualidade de vida.
Nosso futuro passa por aqui.



Mídia impressa

Meio Ambiente.

Nosso futuro passa por aqui.



www.aracruz.com.br



ARACRUZ

Desenvolvimento.

Nosso futuro passa por aqui.



www.aracruz.com.br



ARACRUZ

Qualidade de Vida.

Nosso futuro passa por aqui.



www.aracruz.com.br



ARACRUZ

Mídia externa